



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 97

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 14 de fevereiro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Lubélio Mendonça*

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Sumário

Após a chamada dos Srs. Deputados deu-se início ao [Debate de urgência sobre as “Condições de vida nos Açores e os mais recentes indicadores socioeconómicos”](#), solicitado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Usaram da palavra os/as Srs./as. Deputados/as António Lima (*BE*), o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Andreia Cardoso (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), João Bruto da Costa (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Silva (*PS*), Vera Pires (*BE*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*), Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*), Ana Luís (*PS*), Nídia Inácio (*PSD*).

Posteriormente, foram debatidas em conjunto as seguintes iniciativas:

[Anteproposta de Lei n.º 11/XII – “Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do Subsídio Social de Mobilidade atribuído a residentes nas Regiões](#)

[Autónomas](#)”, uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, [Anteproposta de Lei n.º 12/XII – “Estabelece a uniformização e descentralização do Subsídio Social de Mobilidade das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira”](#) uma iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado Independente e o [Projeto de Resolução n.º 120/XII – “Recomenda ao Governo Regional a intervenção na República pelo fim da burocracia no Subsídio Social de Mobilidade nos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do CHEGA.

Usaram da palavra os/as Srs./as. Deputados/as António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Indep.*), José Pacheco (*CH*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Silva (*PS*), Secretária Regional do Turismo, Mobilidade E Infraestruturas (*Berta Cabral*), Paulo Estevão (*PPM*).

Seguidamente foi votada a [Anteproposta de Lei n.º 11/XII – “Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do Subsídio Social de Mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas”](#), uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Anteproposta de Lei n.º 11/XII, após repetição de votação, foi rejeitada na generalidade, com 2 votos a favor de BE e 1 do CHEGA, 2 contra do PPM e 1 do PAN, 25 de abstenção do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente.

Seguiu-se a votação da [Anteproposta de Lei n.º 12/XII – “Estabelece a uniformização e descentralização do Subsídio Social de Mobilidade das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira”](#) uma iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

A Anteproposta de Lei n.º 12/XII, foi rejeitada na generalidade, com 2 votos contra de BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA E 1 do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente, 25 votos de abstenção do PS, 21 do PSD, 3 do CDS e 1 da Iniciativa Liberal

De seguida realizou-se a votação do [Projeto de Resolução n.º 120/XII – “Recomenda ao Governo Regional a intervenção na República pelo fim da burocracia no Subsídio](#)

[Social de Mobilidade nos Açores](#)”, apresentado pela Representação Parlamentar do CHEGA.

O Projeto de Resolução n.º 120/XII foi rejeitado na generalidade, com 25 votos contra do PS, 2 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 1 a favor do CHEGA, 21 de abstenção do PSD, 3 do CDS, 2 do BE e 1 da Iniciativa Liberal.

Usaram da palavra para Declarações de Voto os/as Srs./as. Deputados/as Carlos Furtado (*Indep.*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Carlos Silva (*PS*) e Paulo Estevão (*PPM*).

Avançou-se para o debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 38/XII – “Cria o Centro de Qualificação dos Açores, IPRA, e procede à definição do seu modelo de organização e funcionamento”](#), iniciativa apresentada pelo Governo Regional

Feita a apresentação por parte da Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João Carreiro*), usaram da palavra para participar no debate os/as Srs./as Deputados/as Vera Pires (*BE*), José Pacheco (*CHEGA*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), Gustavo Alves (*PPM*), Vílson Gomes (*PS*), Guilhermina Silva (*PSD*), Carlos Furtado (*Indep.*), Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João Carreiro*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Flávio Soares (*PSD*)

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada, faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente, bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria **Isabel Góis Teixeira**

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade Carvalho

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima de **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Vera Lúcia Pinheiro Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Chega (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum, declaro aberta a Sessão pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar na nossa Agenda no ponto 1. - **Debate de urgência sobre as “Condições de vida nos Açores e os mais recentes indicadores socioeconómicos”**, é um debate de urgência solicitado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Os tempos são os seguintes.

O PS, o Bloco de Esquerda e o Governo dispõe de 28 minutos cada, o PSD de 24 minutos, o CDS-PP dispõe de 14 minutos, o PPM 12 minutos, as representações Parlamentares 10 minutos cada e o Sr. Deputado independente de 5 minutos.

Para dar início ao debate, por parte do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Agendamos este debate de urgência sobre as condições de vida nos Açores porque o momento difícil em que vivemos assim o exige.

Mas antes que se inicie o passa culpas habitual entre o PS e os partidos da coligação e o sacudir de responsabilidades, queremos deixar claro o seguinte: não dizemos que tudo está mal, nem dizemos que tudo o que está mal é única e exclusivamente responsabilidade deste Governo, todavia, este Governo e esta maioria - que governam há mais de dois anos - têm responsabilidades das quais não se podem demitir. Governar é resolver os graves problemas que assolam as famílias açorianas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os partidos que suportam o Governo chegaram ao poder após uma campanha em que diabolizaram os apoios sociais...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... e quem os recebe. Normalizaram, na Região, a execrável classificação de ‘subsídio dependentes’. Classificam assim quem recebe apoios sociais.

Chegados aqui, e após serem conhecidos os mais relevantes indicadores estatísticos relativos às condições de vida do ano de 2021 - ano de governação da inteira responsabilidade desta maioria - é fundamental fazer a primeira análise de fundo aos resultados do Governo da coligação, apoiado pelo CH e pela IL, nesta área.

Após um ano de 2020 com resultados atípicos, em que o risco de pobreza desceu substancialmente nos Açores (6,6pp), em contraciclo com o do país, em 2021 registou-se um forte aumento da pobreza na Região, associado ao aumento da desigualdade.

25,1% da população é pobre, um aumento de 3,2pp em que só a Madeira tem uma taxa superior!

Enganos à parte (acontece a todos) o facto de a coligação vir agora valorizar as transferências sociais na análise dos números da pobreza é uma enorme hipocrisia.

Os apoios sociais, que antes eram - para a coligação - causa de dependência para quem os recebia, agora são a tábua de salvação a que a se agarra para tentar ver algo de positivo nos números de 2021.

O problema, como já perceberam os partidos da coligação, é que mesmo com as necessárias e determinantes transferências sociais nacionais e complementos regionais o risco de pobreza aumentou nos Açores em 2021.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

O Orador: Aumentou não só porque os apoios sociais são insuficientes, mas acima de tudo porque os salários nos Açores são miseravelmente baixos.

Porque mais de 37% dos trabalhadores só recebem o salário mínimo. Nos Açores, trabalhar não é sinónimo de não ser pobre.

O aumento de salários, incluindo o salário mínimo, como propôs o Bloco com a proposta de aumento do complemento regional ao salário mínimo, é determinante no combate à pobreza.

Dou um exemplo prático dos baixos salários praticados na Região: A convenção coletiva de trabalho entre as IPSS e o SINDESCOM em vigor em 2022 teve, em 2023, 91 das 164 categorias profissionais engolidas pelo aumento do salário mínimo.

Grande parte dos salários das IPSS são tão baixos que é preciso que o salário mínimo aumente para os restantes salários aumentarem!

E não, a redução do número de beneficiários do RSI não significa que há menos pobreza nos Açores, quando muito, significa que os mais pobres de todos estão um pouco menos pobres.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2021 não aumentou apenas a pobreza. Também aumentou a desigualdade...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E isso não é relevante?!

O Orador: ... que agora supera os números de 2019! Os Açores são a Região mais desigual do país.

O atual Governo contribuiu ativamente para esse aumento da desigualdade, porque, nesse mesmo ano, desceu os impostos para as pessoas que mais ganham e as empresas que têm lucros.

Quem tem maiores salários...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Afinal descemos os impostos.

O Orador: ... e as empresas com mais lucros viram, assim, o seu rendimento aumentar, enquanto quem tem menores salários ficou na mesma.

Perante a evidência de que as políticas sociais ficam longe do que é preciso, temos de arrepiar caminho e ter políticas de mitigação da pobreza muito mais intensas.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Como por exemplo?

O Orador: Mas é igualmente importante, no contexto de empobrecimento generalizado por via da inflação e do aumento dos juros do crédito habitação, controlar os preços e aumentar salários.

O Governo tem recusado sistematicamente o aumento do salário mínimo. O Governo recusou o aumento da remuneração complementar para os 100 euros e o seu alargamento para os salários até 2000 euros. O governo tem recusado impor qualquer tipo de controle de preços!

Por outro lado, como estratégia de desenvolvimento, o Governo aposta tudo o que tem no crescimento do turismo, quando o peso do turismo no PIB dos Açores aproxima-se cada vez mais do da Madeira e do Algarve.

Estas são as três regiões mais pobres do país, e isso é uma consequência dessa opção estratégica.

A “monocultura” do turismo será um erro histórico...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Qual monocultura?!

O Orador: ... que cavará mais fundo as desigualdades nos Açores.

Só a promoção de uma economia diversificada, com forte aposta nas tecnologias de maior potencial na Região, por exemplo na área da biotecnologia marinha, poderá ditar um futuro diferente. Esse é um caminho de longo prazo, é certo.

Mas o Governo não o inicia!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é possível fazer este percurso sem aumentar as qualificações dos açorianos. É preciso que todos os jovens terminem o ensino secundário.

É preciso que todos tenham a oportunidade de ingressar no ensino superior e que uma parte significativa o faça efetivamente.

Olhando para os dados mais recentes publicados pelo INE e pelo Conselho Nacional da Educação verifica-se que em 2021 houve retrocessos.

Em devido tempo o Bloco alertou para a necessidade de se estudar os efeitos dos confinamentos nos alunos açorianos, trazendo até uma proposta a este Parlamento.

Proposta que foi aprovada pela maioria para ficar bem na fotografia, mas que ficou no fundo da gaveta do respeito pela centralidade do Parlamento, onde o Governo arquiva as propostas do Bloco que são aprovadas.

No ano letivo de 2020/2021 a taxa de retenção e desistência no ensino básico aumentou pela primeira vez desde o ano letivo 2013/2014. E aumentou brutalmente!

Que explicações tem o Governo e que respostas estão a ser dadas a estas crianças?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os dados que disponíveis dizem-nos que com o aumento da inflação e das taxas de juro as famílias hoje estão pior do que em 2021.

Ainda assim, o Governo não se preocupa com a situação das famílias. É mais célere a pagar 10ME às empresas para pagarem salários de miséria do que a criar o apoio ao aumento dos juros do crédito à habitação que prometeu.

Apoio esse que tem como dotação um décimo do valor que o Governo vai dar às empresas.

Para acentuar ainda mais o paradoxo desta medida, o Presidente do Governo optou por anunciar a abertura das candidaturas a esse apoio numa visita à COFACO, uma empresa conhecida por pagar o salário mínimo às suas trabalhadoras, algumas delas que trabalham há décadas sem direito à progressão na carreira.

Deputado José Pacheco (CH): Isso não é verdade!

O Orador: Vão beneficiar também muito com esta medida as grandes empresas de distribuição e do setor do turismo. Assim se vê para quem se dirige esse apoio: para aqueles patrões que exploram mão-de-obra barata.

O Governo da direita está sempre ao lado dos mais fortes e abandona quem trabalha uma vida inteira por um salário de miséria.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não apoiado!

O Orador: Com as prioridades deste Governo as desigualdades e a pobreza nos Açores não irão diminuir de forma consistente.

Assiste-se ao aprofundamento de políticas de décadas implementadas à vez pelo PSD, pelo PS e agora pela coligação.

É preciso mudar de prioridades e construir um projeto de desenvolvimento para os Açores que se centre na melhoria das condições de vida nos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem duas inscrições, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional faça favor, Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Traz a esta Casa, o Bloco de Esquerda, um debate de urgência sobre a situação socioeconómica da Região Autónoma dos Açores.

E para discutirmos isso é preciso, contextualizar o passado, perceber o presente e projetar o futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):

Muito bem! Muito bem!

O Orador: É isso que faremos aqui hoje durante este debate, Sr. Deputado António Lima, e, dizia a poetisa Florbela Espanca, que tem uma frase perfeita para qualificar as mais recentes intervenções do Partido Socialista sobre a evolução dos indicadores de pobreza e exclusão social nos Açores, e, cito: *a memória prega-nos destas partidas, leva-nos coisas interessantes e deixa-nos as banalidades, os factos sem interesse*, fim de citação.

O papel a que o Partido Socialista se prestou nas últimas semanas, um partido que foi do poder, para abordar o estado da pobreza na Região diz muito de um partido que não se habituou a perda do poder e que, para fazer oposição, recorre insistentemente à memória seletiva. Infelizmente para os Açores, o PS tem um lugar de incompetência no tratamento e resolução da pobreza regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Desde 1996, 1996, que defendem o combate à pobreza nos seus programas do Governo, mas duas décadas, não são dois anos, Sr. Deputado António Lima, são vinte anos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma cassette.

O Orador: ... depois a Região não só continuou pobre, como apenas apresentaram formalmente, passados vinte anos, em 2018, uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social.

Nesse ano, o PS reconheceu, num raro rasgo de humildade, que o seu modelo de governação tinha falhado.

Não deixa, no entanto, de ser surpreendente o discurso a que recorriam para justificar os péssimos indicadores sociais em que os Açores se encontravam.

Discurso que é totalmente contraditório com o utilizado na atualidade, não tivesse o PS passado de uma situação de poder para a oposição.

Por ocasião de uma interpelação ao Governo Regional de então sobre a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, em 16 de janeiro de 2018, a então Secretária Regional da Solidariedade Social, Andreia Cardoso, dizia o seguinte:

“A grave crise socioeconómica a que assistimos nos últimos anos agravou, de forma generalizada e em todo o mundo, as condições de vida das pessoas, tendo tido reflexos profundos em Portugal e, naturalmente, também na vida dos açorianos e das Açorianas”. O que Andreia Cardoso defendia era que as circunstâncias externas afetavam a realidade regional e tinham um peso significativo na vida dos açorianos.

Mas o que diria Andreia Cardoso se ainda fosse Secretária Regional depois de uma crise pandémica e de uma guerra?

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Essa é que é a pergunta que se coloca, Sra. Deputada, o que diria a Sra. Deputada e o seu partido?

Em 2023, Andreia Cardoso, agora Deputada, aqui presente, vem dizer, acerca dos resultados do inquérito às condições de vida e rendimento do INE referente a 2021, que, imagine-se, vou citar: “as justificações para tais dados não se prendem com fatores exógenos como a pandemia ou a guerra, mas sim com o efeito de políticas públicas”.

(Risos do Secretário Regional das Finanças e do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: Ó Sra. Deputada, pelo menos um pouco de decência, nesta matéria, pelo menos um pouco e de coerência intelectual e política.

(Aplausos dos Deputados bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O PS de hoje perdeu a memória e faz o discurso oposto ao de 2018 e anos anteriores.

Numa interpelação ao Governo Regional do PS sobre “Pobreza e Exclusão Social”, em 15 de janeiro de 2019, Andreia Cardoso esclarecia que o “combate à pobreza é um processo longo, exigente e de muita persistência, que não se compadece com imediatismos”.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Mas em 2021 já estava mal!

O Orador: Estamos cá há dois anos, Sra. Deputada, um pouco de coerência e seriedade. Tal afirmação é curiosa e insólita, à luz da pressa e do alarmismo da Sra. Deputada em lamentar que, face à situação em 2021, o XIII Governo Regional dos Açores, em apenas um ano, não tenha feito aquilo que o PS, em mais de 20 anos, nunca chegou a fazer. Esta é que é a verdade que vos custa ouvir! Mas os açorianos sabem!

(*Aplausos dos Deputados bancadas da Coligação e dos Membros do Governo*)

O Orador: O imediatismo na reação da Sra. Deputada e a sua visão parcial sobre o combate à pobreza destoa claramente do que o PS defendia no passado

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Muito bem!

Mas ainda, mas há mais, e ainda em 2019, a então Secretária Regional da Solidariedade Social, que mais tempo teve essa pasta da pobreza e da solidariedade na mão, Diretora Regional e Secretária, está aqui presente, que mais tempo foi responsável por esta pasta, dizia o seguinte: “é importante que todos tenhamos consciência que quando alocamos recursos em medidas destinadas à promoção do desenvolvimento das crianças e jovens não há impacto direto nos indicadores do rendimento atual das famílias ou na redução da taxa de risco de pobreza. É, pois, um investimento de longo prazo (...)”.

Deputado Bruto da Costa (*PSD*): Ah pois é!

O Orador: Isto é maravilhoso, o PS ignora deliberadamente, entrando em contradição gritante com o que afirmava no passado, que os dados da pobreza agora conhecidos dizem respeito a 2021, ano em que o Governo da coligação só viu o seu Orçamento aprovado, nesta Assembleia, em abril, tendo o mesmo entrado em vigor apenas em junho.

Mas o XIII Governo Regional dos Açores não se compadece com as faltas de memória do PS nem é responsável direto pelas falhas que impuseram aos açorianos no combate à pobreza durante 24 anos.

(*Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo*)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, durante mais de duas décadas, o PS reagia aos números da pobreza e da exclusão social, prometendo que agora é que era. Deixaram sempre para amanhã, o que deviam ter feito ontem e hoje somos reféns deste legado de apatia, inação e incapacidade de quem nos governou durante duas décadas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Ao invés de combaterem a pobreza com eficácia, a Sra. então, Diretora Regional Andreia Cardoso, festejava a dependência e o assistencialismo. Fizeram-no, por exemplo, em 2007, quando gastaram mais de 220 mil euros nas “Comemorações do 10º Aniversário do Rendimento Social de Inserção”, é isto a política do Partido Socialista.

Deputado Bruto da Costa (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Por todas estas razões, não deixa de ser também risível a superioridade moral com que o PS reage à publicação dos resultados do inquérito às condições de vida e rendimento do INE.

Como sabem, os indicadores de pobreza precisam de ser contextualizados e vistos numa perspetiva de longo prazo, como dizia o PS.

A taxa de risco de pobreza tem mantido uma trajetória de descida, na Região Autónoma dos Açores sendo que em 2021, foi de facto, 25,1%, é, não há dúvidas...

Deputado Carlos Silva (PS): O que é isso significa? Um agravamento de mais de 15%.

O Orador: é inferior a 2014, é inferior a 2017, é inferior a 2018 e é inferior a 2019.

É preciso recordar e assinalar que foi com um Governo do PS que a taxa de risco de pobreza atingiu o máximo histórico de 31,8%, em 2018 e, era Presidente do Governo o Sr. Dr. Vasco Cordeiro, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, aqui presente, 31,8%, o maior resultado do país...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ...isso é que nos envergonha, o maior resultado de sempre. Sr. Deputado António Lima, relativamente ao Índice de Gini, da desigualdade, também lhe digo que

relativamente a ele, a esse indicador que mede a desigualdade, verifica-se que o valor de 2021 é igual ao de 2009, sendo que, em 2017, com um Governo do PS, presidido por Vasco Cordeiro, este indicador atingiu um máximo sem paralelo de 37,9%, sem paralelo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, sem paralelo.

Conclui-se, portanto, que foi com o PS que esta Região atingiu as maiores taxas de pobreza, as maiores desigualdades sociais, a maior taxa de desemprego e a maior taxa de sobrelotação de habitação.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É natural que o PS ignore outros dois dados essenciais para a compreensão do fenómeno da pobreza na Região, Sr. Deputado António Lima, a taxa de desemprego e o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), indicador que mede a intensidade da pobreza.

Entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022, o número de beneficiários passou de 14.344 para 9.679, ou seja, verificou-se uma redução de 4.668 beneficiários, equivalendo a menos 32,5%.

O que este dado indica, Sr. Deputado António Lima, é que poderá ter existido, nos Açores, um alívio na intensidade da pobreza.

Por sua vez, em 2022, a taxa de desemprego nos Açores foi de 6%, e os Açores atingiram o maior número de sempre de açorianos empregados, 117.100 mil, no 3º trimestre de 2022.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, as políticas, Sr. Deputado António Lima, as políticas de combate à pobreza não têm, como sabe, e, todos nós sabemos, só quem é desonesto é que diz o contrário, o impacto imediato que todos nós gostaríamos, têm um impacto de longo prazo.

Em matéria de combate à pobreza, este Governo já tem provas dadas, com medidas estruturais, mas o caminho é de contínuo aprofundamento das melhores soluções para os Açores.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é retórica.

O Orador: Os dados agora conhecidos são um desafio suplementar que temos de responder com firmeza e determinação, não os negamos como fizeram no passado.

Neste combate, que convoca a todos, importa ter uma visão emancipadora das pessoas, assente na criação de riqueza, na valorização do emprego e do acesso à educação.

Quanto aos apoios sociais, estes têm, Sr. Deputado, é verdade, uma função de complementaridade e são essenciais na ajuda destinada àqueles que se defrontam com uma situação socioeconómica de enorme dificuldade.

Cientes desta visão e perante uma mudança constante dos contextos económicos e sociais, o atual Governo tem procurado adequar a revisitação da Estratégia Regional às diferentes circunstâncias.

Além disso, o desenho desta nova visão estratégica para a pobreza obriga ao estudo científico das principais causas desta problemática e a sua disseminação assimétrica pelo território, bem como os novos fatores que têm influenciado a vida dos açorianos.

A este propósito, assinámos recentemente um protocolo com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e com o Centro de Estudos Sociais, de esquerda, como toda a gente sabe, e esperamos pelos resultados deste estudo para podermos consolidar a nossa, toda a gente conhece o Professor Boa Ventura de Sousa Santos, no terreno.

Ação que nunca esteve suspensa e quem disse que a estratégia estava suspensa mentiu desavergonhadamente.

A estratégia regional não está suspensa, nunca esteve, é mentira quem o disse, mentiu, e isso é grave para quem ocupa cargos públicos.

Deputados Bruto da Costa e Flávio Soares (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Lamentamos que existam por isso forças políticas, que façam tábua rasa das medidas estruturais que este Governo foi adotando ao longo dos últimos meses, ignorando, inclusive, que no último Orçamento tenhamos proposto o maior aumento de sempre dos apoios sociais.

Em 16 de janeiro de 2018, a já célebre, Secretária Regional, Andreia Cardoso, transmitia algumas das medidas tomadas pelo Governo do Partido Socialista para enfrentar a crise socioeconómica e cito:

“(…) mantivemos e aumentámos os complementos regionais, alargámos a abrangência do COMPAMID, reduzimos as comparticipações familiares nas creches (...) não agravámos impostos (...)”.

Sra. Deputada, com este Governo fizemos os maiores aumentos de sempre nos complementos regionais, aumentámos e simplificámos o COMPAMID, as creches tornaram-se gratuitas e os impostos não só não agravaram, como ainda baixaram, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ...essa é a grande diferença no combate à pobreza deste Governo e com o seu Governo, esta é a grande diferença, Sra. Deputada, tivemos medidas estruturais que estão em vigor, são as medidas estruturais de longo alcance, que corrigem situações de desvantagem social e respondem humanisticamente a problemáticas como a pobreza. Relembremos o que está em causa:

Hoje, os açorianos pagam menos impostos, o que permite que as famílias tenham mais rendimento disponível do que no passado.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Hoje, as creches contratualizadas com a Segurança Social são totalmente gratuitas para todas as famílias.

Hoje, os estudantes carenciados beneficiam de um programa de atribuição de bolsas de estudo, que não existia com o Partido Socialista.

Hoje, os açorianos têm ao seu dispor um programa de apoio ao pagamento de propinas ajustado e adequado às necessidades das famílias.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Hoje já estão implementados, com recurso ao PRR, cinco pontos de apoio ao estudo que permitem o estudo acompanhado e que estão na estratégia.

Hoje os beneficiários de apoios sociais podem aceder a ações de formação que visam o desenvolvimento das suas competências pessoais, sociais e financeiras.

Hoje os idosos beneficiam de um cheque-pequenino digno e contam com um plafond do COMPAMID suficientemente robusto para adquirirem os seus medicamentos.

Entre 2018 e 2023, o plafond anual do COMPAMID passou de 304 euros para 579 euros, o que corresponde a um aumento histórico de mais 275 euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (IL): Produção de riqueza, zero!

O Orador: Mas, Sr. Deputado António Lima, pelos vistos não concorda com estas medidas e pelos vistos estas medidas para si não são eficazes na pobreza, mas há uma medida que o Sr. se esquece de referir, o complemento regional de pensão, que o Governo de Vasco Cordeiro congelou entre 2016 e 2020, em 54 euros, conheceu um aumento para 97 euros, em 2023.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: isto é que é combater a pobreza, dos mais pobres, dos mais necessitados, dos idosos por exemplo, Sr. Deputado António Lima e isso o Sr. não reconheceu.

Sras. e Srs. Deputados,

Todas estas medidas, assumem um carácter estrutural ao contrário do passado, terão efeitos concretos nos próximos anos, apesar de o PS exigir para ontem o que não foi capaz de executar e garantir enquanto governou durante 24 anos.

Apesar da memória seletiva do PS e das suas reações imediatistas, o XIII Governo Regional dos Açores está focado em lutar contra a pobreza e em melhorar as condições de vida dos açorianos.

Os açorianos podem contar connosco!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado José Pacheco.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começaria por dizer em época carnavalesca, não devemos levar nada a mal e o que aqui tivemos foi uma pequena rábula de Carnaval, como vamos vendo aqui, acolá nos jornais etc.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

O Orador: Eu estou a falar de si ou quê? Enfiaram agora uma carapuça atrás de mim não sei porquê.

O berloque de esquerda, traz-nos aqui um tema em Dia dos Namorados, em Dia dos Namorados e o Sr. se for ao dicionário vai ver que é um apêndice menor daquilo que é a canhota, traz-nos em Dia dos Namorados para dizer é o amor e já agora, feliz Dia dos Namorados para todos, para as nossas Senhoras, sejam elas, as nossas mães, irmãs e as nossas mulheres ou namoradas.

E, traz-nos aqui o Bloco de Esquerda, que já agora aproveito para dar os sentimentos porque vai embora também Catarina Martins e deve lá ficar a filha do outro que assaltava bancos e que vem falar da subsidiodependência, bom, quanto ao combate à subsidiodependência, Sr. Deputado, tem nome, chama-se CHEGA, tem rosto José Pacheco nesta Casa, quer o Sr. goste, quer o Sr. não goste, a subsidiodependência matou esta Terra, a subsidiodependência faz com que as empresas não tenham mão de obra, a

subsidiodependência é um dos maiores cancros, mas a Sra. Andreia Cardoso, a Sra. Deputada, trouxe a esta Casa, não há muito tempo, um voto de congratulação pelos 25 anos do RSI, parabéns Sra., é fazer o mal e aplaudir, são as borbulhas de amor, como dizia o Juan Luis Guerra, borbulhas de amor eu cá não quero ser um peixe, nem quero mergulhar em aquários destes.

Ao longo de décadas, nós andamos, pode-me acompanhar com a banda sonora, Sr. Deputado, ao longo de décadas nós vimos, num assunto tão sério, que dá vontade de rir, mas pronto, é Carnaval...

Deputada Ana Luis (PS): Isto é sério, Sr. Deputado!

O Orador: ... não podemos levar a mal, num assunto tão sério, nós continuamos a ver a canhota a defender a subsidiodependência, as pessoas não precisam de trabalhar, as pessoas não precisam de ter mérito, as pessoas não precisam de se esforçar, as pessoas precisam de votar, votar onde? Neles! É isto a lógica. Ó Sr. Deputado, se há exemplo que se pode dar aqui, idosos, o CHEGA tem defendido, se há um aumento do complemento de pensão para os idosos, deve-se ao CHEGA. É certo que agora o Governo faz uma bandeira com isto, mas foi o CHEGA!

Acompanhamos o vosso partido no aumento do complemento do abono de família, mas nós somos o diabo, pois somos, Sr., nós somos o diabo que vai destruir a subsidiodependência, nós somos o demónio que vai destruir esta coisa que as pessoas não precisam ter mérito, não precisam de se esforçar, nós somos esse diabo, Sr., nós somos esse diabo, enquanto os Srs. vão continuar a ser um “apêndicezinho” cada vez mais decadente da canhota, eu não tenho medo de dizer as coisas e digo a olhar para si, não digo através de uma rede social nem de uma página do jornal, nem mandando os outros dizer, digo, é isto que vai acontecer, sabe porquê? Porque aquela gente que está ali em casa, que se chama povo açoriano, fartou-se, fartou-se, ...

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Fartos de si!

O Orador: ... fartou-se de ser enganada, fartou-se de estar aqui a levar com isto, com esta canhota, pela cara todos os dias que já não conseguem pagar a prestação da casa que já não conseguem pôr comida na mesa que já não conseguem fazer na sua vida.

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco...

O Orador: Se eu ouvir um comentário que não seja de um Deputado, eu peço para esvaziar a pessoa.

Presidente: Eu peço que adeque a sua linguagem.

O Orador: A minha linguagem é a linguagem do meu povo, Sr. Presidente.

Presidente: Não, Sr. Deputado.

O Orador: A minha linguagem...

Deputada Valdemira Gouveia: Linguagem triste, isto não devia ser permitido!

O Orador: ... não é a linguagem com que eu sou insultado todos os dias, é muito mais urbana, muito mais educada, porque sou uma pessoa como aqueles que estão em casa e que diz o que eles dizem, eu não posso admitir que se continue a defender a pouca vergonha que é subsidiodependência.

Para mim não dá, seja em que setor for, eu sei que incomoda e vai incomodar muito mais, porque eu não vou sair daqui, vou continuar aqui, é bom que se acostumem, é bom que se acostumem e em Dia dos Namorados, é o amor, meus amigos, é o amor, aproveitem, usem o amor para isso, não destilem o ódio.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Que vergonha Sr. Presidente!!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado José Pacheco. Sr. Deputado José Pacheco, referir-se aos outros partidos como canhota e outros termos que o Sr. utilizou não são adequados numa linguagem parlamentar, permita que lhe diga com toda a franqueza, peço-lhe que tenha mais algum cuidado com a linguagem parlamentar, designadamente quando se está a referir aos seus colegas.

Sras. e Srs. Deputados, eu tenho o gosto de informar que estão a acompanhar os nossos trabalhos uma turma da Escola Secundária Manuel de Arriaga, do 11º ano de economia, curso de ciências económicas a quem saúdo em nome desta Assembleia.

Aplausos de todas as Bancadas

Presidente: Muito obrigado. Sr. Deputado António Lima tem a palavra para defesa da honra, faz favor.

(* **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, muito rapidamente, eu peço a defesa da honra da bancada, porque, e até em sequência do que o Sr. Presidente referiu, julgo eu que não é aceitável insultar e gozar usando terminologia ofensiva com os nomes, com até com as próprias designações dos partidos, como fez o Sr. Deputado do CHEGA.

Já não é a primeira vez, e lamento que....

Deputado José Pacheco (CH): Nem vai ser a última!

O Orador: ...o CHEGA esteja a transformar este Parlamento efetivamente num circo e, isso é lamentável, que este triste espetáculo se transmita mensalmente em direto na RTP/Açores, mas talvez sirva para alguma coisa, para perceberem exatamente o que é que se discute aqui, a forma como se discute e quem é quem e que fique bem claro quem é quem, aquilo que defendem e a forma que o defendem,...

Deputado José Pacheco (CH): Tem razão, a gente sabe quem é quem!

O Orador: ... em que o desrespeito até pelos açorianos é permanente mais do que o desrespeito pelos partidos, mas utiliza esta figura porque, de facto, mais uma vez se ultrapassam todos os limites. Finalmente, e ainda bem, que o Sr. Presidente chamou a atenção, mas julgo eu, que isso é muito mais do que recorrente é permanente, e, julgo eu que não há aqui ninguém que não tenha vergonha deste tipo de intervenção.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor, Sr. Deputado Pedro Neves.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É só para informar a Mesa que o artigo 92.º, relativamente aos debates na generalidade e debates de urgência, pelo menos quando se pede a primeira vez a palavra não se pode exceder os 10 minutos ou 15 minutos, supostamente 15 minutos, só o proponente é que pode exceder os 20 minutos, o Governo excedeu esses 15 minutos, é só para informar o PS...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Essa é nova. Eu desconheço esse artigo.

O Orador: ...para que não faça exatamente o mesmo, obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, quer dar algumas explicações? Faça favor.

(* **Deputado José Pacheco** (*CH*): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Apenas para tentar perceber sempre que fui apelidado de fascista, racista, xenófobo e outras coisas mais, esta Mesa, esta Assembleia não teve o mesmo comportamento, eu não aceito ser insultado e tudo o que eu disse aqui assumo, escrevo e subscrevo, eu não tenho medo das minhas palavras, as minhas são convictas, as vossas são vãs.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado, tem agora a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, Sra. Deputada.

(* **Deputada Andreia Cardoso** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Ao longo dos últimos dois anos, a cada alerta que fizemos, a cada medida ou proposta que apresentámos, fomos apelidados de profetas da desgraça.

O tempo, infelizmente, deu-nos razão. Nas últimas semanas, foram tornados públicos indicadores sociais e económicos que de facto incomodam, ...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): É preciso ter lata!

A Oradora: ... só os inconscientes, os distraídos ou os aliados da realidade podem ficar indiferentes.

Incomodam porque esses indicadores traduzem resultados reais e concretos de uma acentuada degradação das condições de vida das nossas famílias e cidadãos, incomodam porque, enquanto o país e a generalidade das regiões melhoram os seus indicadores, os Açores veem os mesmos indicadores degradar-se e piorar, incomodam porque estes indicadores revelam que os Açores e os açorianos vivem hoje pior do que em 2020 e estão mais longe de ter as mesmas condições de vida e de rendimento dos demais cidadãos deste país e da Europa. Indicadores como a taxa de risco de pobreza, a desigualdade, a taxa de sobrelotação habitacional, o abandono escolar e o PIB, só para mencionar alguns, indicam para os Açores e nos anos mais recentes, uma inversão do percurso positivo registado em anos anteriores, não isento de falhas dos Governos da responsabilidade do Partido Socialista.

Este facto é inegável, não é uma opinião do Partido Socialista. Em matéria de taxa de risco de pobreza, os Açores com os Governos do PS convergiram com o resto do país, diminuindo essa taxa em 31% e agora em apenas um ano com este Governo aumentou 15%.

No que à desigualdade diz respeito nos Governos do Partido Socialista Açores, este indicador diminuiu 15%, atingindo a média nacional em 2020 e em apenas um ano com este Governo de coligação aumentou 5%, ultrapassando a média nacional.

Nos Governos da responsabilidade do Partido Socialista, a taxa de sobrelotação habitacional diminuiu 25% e em apenas um ano, com este Governo da coligação, aumentou 21%, a taxa de abandono escolar registada é mais um insucesso gritante deste Governo, enquanto o continente mantém um indicador ao nível de 2021 em 5.3%, os Açores regridem e divergem, subindo 3.3 pontos percentuais, atingindo 26.5%.

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Não pode fazer essa conta assim.

A Oradora: Se ao nível social é notório o retrocesso vivido nos Açores, conforme atestam os indicadores publicados, também ao nível económico, os Açores estão a ficar mais longe da média nacional e europeia.

Ao contrário do que apregoavam e escreveram no programa do Governo os dados divulgados pelo INE comprovam que a Região está a divergir da média nacional e europeia, tendo em 2021 o nível de riqueza produzida por habitante, PIB per capita, recuado para níveis de há mais de 20 anos relativamente à convergência europeia.

Ora, se é certo o que afirmou o Professor Fernando Diogo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual Professor Diogo?!

A Oradora: ... que o que aqui está em causa é o efeito de políticas públicas, então é lícito concluir que o atual Governo do PSD, CDS-PP, PPM, o que está a fazer é tornar os Açores e os açorianos mais pobres, mais vulneráveis e a nossa sociedade mais desigual.

Nas palavras do PSD Açores, o aumento da pobreza é a maior vergonha de qualquer governação, então estes resultados são a prova de que este Governo de coligação falhou redondamente nas opções e vive aliado da realidade e das dificuldades das famílias e das empresas.

O Partido Socialista vem alertando o Governo de coligação para a necessidade de acudir às famílias e às empresas.

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Ó senhora tenha vergonha!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Isto é uma coisa incrível!

A Oradora: Vimos alertando para o acentuar das dificuldades e para a desadequação das pretensas soluções, vimos alertando para a necessidade de atender às consequências nas quebras das cadeias de abastecimento, da inflação e dos aumentos das taxas de juro.

Vimos alertando desde 2021 para a necessidade de ajustar políticas e para a necessidade de adotar medidas urgentes. A tudo isto, o Governo Regional e a maioria que o suportam e sustenta responderam mais uma vez hoje com ataques pessoais e desconsiderações.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Não abdicamos da nossa responsabilidade, ao longo destes dois anos apresentámos muitas dezenas de propostas porque acreditamos fundamentadamente que é urgente arrepiar caminho.

É urgente agir no curto prazo, implementando medidas que respondam à emergência social e económica, mas não pode continuar a ser descurada...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já era, Sra. Deputada!

A Oradora: ... ou desprezada uma visão de longo prazo que promova a interligação das políticas públicas da educação, da saúde e da solidariedade social e do trabalho.

Não nos podemos dar ao luxo de ter governantes de costas voltadas, não nos podemos dar ao luxo de deitar por terra conquistas que levaram décadas a consolidar só para desqualificar quem as propôs ou implementou, é urgente termos governantes preocupados em governar e não entretidos e distraídos a corresponder a exigência dos partidos que suportam o governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: É urgente apoiar as famílias nas prestações de crédito à habitação, que, em muitos casos, subiram mais de 200 euros por mês, e, reforçar os instrumentos de aconselhamento às famílias sobre endividadas, é urgente rever os programas de apoio à habitação, por exemplo, por via do arrendamento, alargando os limites de rendimento das famílias que deles beneficiam e aumentando as percentagens de apoio, é urgente ativar o mecanismo de apoio alimentar de emergência para ajudar as pessoas que se encontram em situação de maior fragilidade e evitar situações de fome, que já se verificam, é urgente reativar uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social, promovendo ações de curto prazo médio e longo prazo que atendam às consequências da crise que atravessamos, mas que ataquem o problema estrutural, combatendo as causas da pobreza. É urgente nunca esquecer, não ignorar que, por detrás de todos estes números e das palavras mais ou menos pomposas, estão pessoas, estão rostos expressivos que sofrem, não nos limitamos a fazer diagnósticos e a criticar o que corre mal, já apresentamos e vamos continuar a apresentar propostas concretas...

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Como no passado!

A Oradora: ...que beneficiam as famílias e as empresas, porque acreditamos que podem fazer a diferença perante a crise que atravessamos, disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem agora a palavra para participar no debate a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(* Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Na sequência daquela que foi a intervenção que me antecedeu, não posso deixar de registar a incoerência que se mantém por parte da Deputada Andreia Cardoso e por parte do Partido Socialista, desde logo do início da sua intervenção, quando se apelidou ou apelidou a bancada do Partido Socialista de profetas da desgraça, pois bem, Sra. Deputada, quantas vezes trouxe o Grupo parlamentar do CDS a esta Casa, debates de urgência, interpelações sobre a matéria da pobreza? E sabe o que é que dizia o Partido Socialista, porque basta irmos ver ao Diário das Sessões, o Partido Socialista dizia que o CDS estava a puxar os Açores para baixo.

Deputado Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Foi acusado de lançar o caos, o pânico, a descrença na sociedade açoriana, foram estas as palavras do Partido Socialista.

E a pergunta que eu faço à Sra. Deputada é, o que é que o Partido Socialista, o que é que a Sra. Deputada Andreia Cardoso, têm feito diariamente, tem sido exatamente isso, puxar os Açores para baixo, que era aquilo que criticavam à oposição quando trazia determinadas temáticas a esta Casa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E isso é uma incoerência por parte do Partido Socialista. É uma incoerência por parte do Partido Socialista vir agora dizer, como disse a Sra. Deputada na conferência de imprensa, que os fatores externos, como a crise e a guerra e a pandemia não afetavam a Região, quando foi a Sra. Deputada Andreia Cardoso, que disse exatamente o seu

contrário que, exatamente, ainda em 2019, por sermos uma Região arquipelágicas que os fatores externos afetavam ainda mais a nossa Região, mas agora só porque o governo é outro, já não afeta a nossa Região, que incoerência é esta!?

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Muito bem! É a incoerência!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Antes os indicadores do RSI, os indicadores do emprego, dito pela Sra. Deputada Andreia Cardoso, era uma medida que aproximava de aferir a evolução dos níveis de pobreza, palavras da Sra. Deputada, que a integração no mercado de trabalho contribuía positivamente para o incremento do rendimento familiar e por essa via para a redução da pobreza, palavras suas, ...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Ela já não tem vergonha!

A Oradora: ... agora são indicadores que não interessam para nada, temos na Região dois indicadores que são bastante favoráveis, que, todos nos devemos satisfazer com estes indicadores em que temos ou a taxa de desemprego mais baixa da última década, maior número de açorianos empregados, uma descida no RSI que também é importante avaliar também abaixo dos 10 mil que já há bastante tempo isso não acontecia na Região, e, não nos devemos satisfazer com estes resultados, isto agora não interessa para nada, mas como é que é possível?

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: É isso que eu não consigo, o Grupo Parlamentar não consegue entender. E como tal e como tal, ...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Ela já não pode fazer festa!

A Oradora: ... a verdade é que o caos sim quer ser transmitido e quer ser passado pela bancada do Partido Socialista, mesmo em relação a esta estratégia que o Governo nunca disse que a tinha abandonado e ainda hoje o Sr. Vice-Presidente afirmou que não tinha abandonado a estratégia de combate à pobreza e à exclusão social e que a bancada do Partido Socialista e a Sra. Deputada Andreia Cardoso teima em dizer que isso aconteceu,

ainda tivemos a recente notícia dos pontos de acompanhamento ao estudo que faz parte da estratégia e, portanto, o que aconteceu e o que foi firmado por este Governo, foi que passado um ano da sua governação, entendeu e, consideramos que bem, avaliar essa estratégia, porque essa estratégia foi desenhada numa conjuntura diferente, numa realidade diferente, e é preciso fazer uma avaliação crítica à mesma, quantificar, qualificar para exatamente podermos adequar essa estratégia, e, a Sra. teima em mentir em dizer que esta estratégia foi suspensa, como se o Governo agora nada fizesse quanto a isso e isso não é verdade!

E como tal, e, termino nesta minha primeira intervenção, dizendo que há uma coisa que é inequívoca, é que as políticas implementadas pela governação do Partido Socialista de 24 anos não foram suficientes para o combate à pobreza e à exclusão social e a Sra. Deputada, até vem falar do Professor Fernando Diogo, pois bem, ele em 2013 dizia que a pobreza era devastadora nos Açores em 2013, e, como tal há aqui um histórico que não pode ser apagado, a verdade é que o Governo tem implementado medidas concretas e não é retórica, é medidas concretas que pode o Partido Socialista não concordar, até porque votou contra o Orçamento para 2023, o maior orçamento com condor social...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ...numa altura e numa conjuntura sem qualquer paralelo nesta Região e votou contra, foi essa a urgência do Partido Socialista e, portanto, é legítimo que não concorde com estas medidas, mas as medidas estão a ser implementadas para dar resposta e termino só dizendo uma coisa, se quando tínhamos o Governo do Partido Socialista sentado naquela bancada que dizia que as políticas de combate à pobreza não tinham um resultado imediato, não é isso que vai mudar, não é isso que mudou e exatamente se isso era verdade na altura que governavam agora também é.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): O que vale agora é aquela cara!

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Num debate em que abordamos as condições sociais e económicas da Região e em que particularmente é motivado pelos indicadores da pobreza e da exclusão social e das condições de vida dos açorianos, eu acho que é importante nós começarmos por uma questão, de falarmos com clareza para os açorianos que nos ouvem e que são os destinatários da nossa missão neste Parlamento, é preciso dizermos com clareza que há duas premissas que para nós são imprescindíveis na análise e na atuação que fazemos sobre o contexto social e económico da Região e sobre o combate à pobreza.

A primeira premissa penso que é clara e que é unanimemente aceite por todos, ainda que todos queiramos que ela não seja o principal fator de discussão na abordagem desta problemática tem a ver com os tempos exigentes que vivemos, essa é a primeira premissa que nós não podemos ignorar dos últimos três anos relativos à situação social e económica da Região, porque não somos alheios àquilo que se passa no mundo e que se passou com a pandemia, com a guerra e com a inflação, e, portanto, essa primeira premissa tem que estar sempre presente, ainda que nós, com objetividade, clareza e coerência, não a deixemos também de afastar quando queremos implementar políticas de longo prazo e que visem efetivamente combater um fenómeno que se arrasta na Região há demasiado tempo e que tem a ver com a desigualdade, com a pobreza e com a exclusão social.

A segunda premissa, que é para nós, objetivamente relevante e que manifestamente para o Partido Socialista deve ser afastada, tem que ver com uma conclusão que a atual maioria parlamentar retirou no início desta legislatura, a receita do Partido Socialista não serve, a receita do Partido Socialista não resultou, o Partido Socialista durante 24 anos, manteve a Região...

Deputado Nuno Barata (IL): A vossa é igual, esse é que é o drama!

O Orador: ... como a Região que fica nos últimos lugares da pobreza e do combate às desigualdades do país, no último lugar da coesão, inclusivamente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, se formos às várias publicações do Instituto Regional de Estatística sobre o índice sintético de desenvolvimento regional, nós até percebemos que com o Partido Socialista nos últimos anos e na Presidência do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nós piorámos, nós piorámos, em 2018 e em 2019 e, portanto, a segunda premissa para nós, fundamental é que nós não podemos seguir a receita do Partido Socialista.

E vamos àquilo que era a receita do Partido Socialista, que nós mudámos o paradigma em termos do combate à pobreza e à exclusão social, eu ouvi com alguma atenção, no último fim de semana, algumas afirmações do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, relativamente à situação que vivemos nos Açores e eu queria dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a primeira afirmação que lhe queria transmitir sobre o conteúdo daquilo que o Sr. tem vindo a afirmar, é que o Sr. Deputado não se deve esconder atrás da Sra. Deputada Andreia Cardoso,...

Deputada Andreia Costa (PS): Ele não consegue. Mesmo que quisesse.

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): A senhora festejava a pobreza!

O Orador: ... quando falamos de pobreza e exclusão social, não se esconda atrás da Sra. Deputada Andreia Cardoso, porque de facto, o Sr. Deputado é o principal responsável, eu bem sei que não é fácil o Sr. esconder-se, mas também digamos que o passado da Sra. Deputada Andreia Cardoso, facilita-lhe um bocado essa tarefa.

Agora é verdade que nós quisemos mudar o paradigma do combate à pobreza na Região e como é que o fizemos e como é que o Partido Socialista fazia? E isso é importante esclarecer porque a atual maioria parlamentar optou por não seguir o vosso caminho.

Nós se olharmos, por exemplo, de uma forma séria, coerente e objetiva para aquilo que o Sr. Vice-Presidente já referiu na questão dos pensionistas e dos idosos da nossa Região, os Açores tinham em 2021 51 mil, perto de 52 mil, pensionistas, 51 mil 971 pensionistas da segurança social, desses pensionistas a média de pensões é inferior a 435 euros, ou

seja, a média de pensões nos Açores em 2021, relativamente a 51 mil pensionistas, leva a que o seu rendimento fosse inferior ao valor estabelecido de 500, se não estou em erro, 550 euros para o limiar do risco da pobreza, são 100 euros abaixo, 100 euros abaixo e a política deste Governo foi muito clara quando reconhecemos que um dos fatores maiores em termos de desigualdade nos Açores, está nos pensionistas e nos idosos açorianos que têm rendimentos de miséria, e, por isso este Governo tomou duas medidas e esta maioria tomou duas medidas que o Partido Socialista não tomaria e não tomou durante uma legislatura inteira e que teve a ver com o aumento praticamente para o dobro do cheque pequenino, o aumento praticamente para o dobro, que nalgumas pensões significa metade da sua pensão, outro tanto em termos de combate à pobreza, essa medida foi fundamental e, para além dessa medida fundamental, tivemos o aumento de mais de cerca de 200 euros do COMPAMID, em termos de disponibilidade, para além de terem passado a ser 7 mil com o Partido Socialista, os beneficiários do COMPAMID, para 20 mil com este Governo de coligação e portanto, essa matéria dos idosos é fundamental para combater a pobreza.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: E aqui distingue-nos Sr. Deputado Vasco Cordeiro, porque V. Exa. entre 2016 e 2020, congelou, congelou os pensionistas dos Açores em termos da melhoria do seu rendimento para se livrarem da situação de pobreza, em que muitos deles se encontram e se encontravam com o seu Governo e, portanto, Srs. Deputados do Partido Socialista, como o Sr. Vice-Presidente aqui deixou bem claro, nós temos que olhar para aquilo que é os Açores hoje, dois anos depois do início desta legislatura com as duas premissas que nós assinalamos, mas sabendo que há três indicadores que nos devem motivar, para que estamos com esta maioria parlamentar e que não seguindo a receita socialista a trilhar o caminho correto para o desenvolvimento dos Açores.

Neste momento, os Açores têm o maior número de empregados de sempre da história da autonomia, nunca tantos açorianos trabalharam na nossa Região e tiveram emprego na nossa Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Os Açores têm hoje o desemprego mais baixo do país é verdade, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, estamos em contra ciclo, este é o contra ciclo que nós desejamos, o contra ciclo é termos o desemprego mais baixo do país e termos mais população empregada e o contra ciclo é também, e, a Sra. Deputada Andreia Cardoso não disse toda a verdade quando falou daquela tribuna, é termos no RSI uma quebra de 1/3 em 2 anos dos beneficiários do RSI, os beneficiários do RSI estão neste momento com um valor de 9 mil 679 em Dezembro de 2022, nunca, Sra. Deputada Andreia Cardoso, nunca, Sras. e Srs. Deputados, nunca o RSI foi tão baixo na Região, o único valor deste calibre, foi Rendimento Mínimo Garantido em 2004, e, lembramo-nos bem, como é que os Srs. usavam o Rendimento Mínimo Garantido e,...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): No porta-bagagem dos Presidentes de Junta!

O Orador: ..., portanto, eu quero ainda nesta primeira intervenção voltar a dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro que ouvimos com muita atenção aquilo que o Sr. pensa sobre a situação económica e social dos Açores e sabemos uma coisa, aliás, duas coisas que ficaram muito claras no último fim de semana sobre o pensamento do Partido Socialista para os Açores. A primeira coisa é que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro acha que não é com impostos mais baixos nem com a Tarifa Açores que nós somos capazes de mudar o rumo desta Região, mas quero-lhe dizer, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que é muito bom o Sr. falar da Tarifa Açores e o Sr. falar da baixa de impostos, porque é isso que nos distingue, é isso que nos divide e é isso que mostra aos açorianos que temos um caminho diferente para percorrer, é porque foi a Tarifa Açores que permitiu aos açorianos libertarem-se da pandemia, conhecerem as suas ilhas, regressarem às suas casas ou às casas dos seus amigos, motivamos a economia dos Açores com a Tarifa Açores, é bom que o Sr. lembre sempre os açorianos que se o Sr. fosse Presidente do Governo, não existia tarifa Açores, o Sr. nunca se esqueça de falar disso, porque isso é essencial para o futuro dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (IL): Não é para estar com esse discurso agora!

O Orador: E não se esqueça também, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, para terminar esta primeira intervenção, não se esqueça também, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que a baixa de impostos que devolveu 14 milhões de euros ao bolso dos açorianos é dinheiro que o Sr. deixou de pedir à banca, porque se o Sr. fosse Presidente do Governo, o Sr. estava com uma mão estendida para os bancos e outra no bolso dos açorianos e isso nós temos que mostrar que somos diferentes e que não vamos seguir o percurso do Partido Socialista. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Sr. Deputado António Lima, eu tive oportunidade de seguir atentamente a sua intervenção nesta matéria e devo-lhe dizer que para mim, foi uma profunda desilusão, eu espero sempre o melhor das intervenções de V. Exa. e espero sempre que tenha uma intervenção que faça sentido, uma intervenção que traga um contributo positivo para o problema que nós estamos a discutir e o que eu vi ali da sua intervenção foi uma intervenção ideológica, uma intervenção ideológica e uma intervenção sem soluções, diz V. Exa. o seguinte, para combater a pobreza não foi positivo a diminuição dos impostos, diz que isso apenas beneficiou a classe média,...

Deputado António Lima (BE): E é verdade!

O Orador: ... num momento em que era preciso aumentar ainda mais a pressão fiscal sobre a classe média para fazer uma redistribuição dos impostos, eu não acredito nisso, Sr. Deputado, nós estamos a fazer diferente, isso era o que o Partido Socialista fazia, nós estamos a diminuir a carga dos impostos, porque nós acreditamos que se pode combater

a pobreza através do crescimento económico da Região e isso só se consegue se tivermos uma sociedade e empresas que possam investir e continuar a criar riqueza.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: Não concordo com esse caminho, esse foi o caminho que o Partido Socialista seguiu, por isso é que o Partido Socialista também não queria diminuir impostos, tal como o Bloco de Esquerda. E o que é que levou o caminho do Partido Socialista de aumentar constantemente os impostos para aumentar depois a redistribuição junto dos mais pobres? Foi aumentando gradualmente a pobreza nos Açores, cavando cada vez mais o fosso da pobreza nos Açores. Porque é isso que nós herdamos, nós herdamos uma Região com profundos desequilíbrios, uma Região pobre com os maiores desequilíbrios, um dos maiores desequilíbrios da Europa do ponto de vista dos rendimentos, e, foi através desta política de aumento dos impostos da taxaço constante em relação à classe média e ao tecido empresarial dos Açores. E nós estamos a seguir um caminho diferente aí, é diferente, Sr. Deputado, diz V. Exa. também, e o turismo que V. Exas. estão a deixar criar e que agora é a monocultura, o discurso do Bloco de Esquerda há uns anos era a monocultura da vaca...

Deputado António Lima (BE): Todas são más!

O Orador: ... agora é monocultura do turismo, não Sr. Deputado, agora é que acabaram as monoculturas, porque estamos a diversificar a economia dos Açores, criando um setor turístico forte, pujante, que está a crescer, contribui para a riqueza dos Açores e é fundamental e que V. Exas. querem destruir, se destruir o setor turístico vai aumentar a pobreza nos Açores, porque não se cria riqueza, Sr. Deputado, esse não é o caminho, esse não é o caminho, porque estamos a diversificar o setor agrícola, os números estão aí, porque estamos a apoiar as pescas.

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Está tudo mal sempre!

O Orador: Nunca houve um rendimento tão grande na área das pescas, porque estamos a aumentar também aquele que é, a diversificar alguns setores estratégicos, como, por

exemplo, o setor espacial e outros ligados às tecnologias e é isso que nós estamos a fazer, a diversificar o setor agrícola, a diversificar o setor agrícola nos Açores, com resultados que já são muito palpáveis e, portanto, acabou-se a monocultura, Sr. Deputado, essa também é uma herança do Partido Socialista, que nós neste momento estamos a contrariar e estamos a fazer diferente, Sr. Deputado.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: V. Exa. fala também, por exemplo, em relação a uma questão nacional em relação à questão dos professores em relação às questões da educação, ó Sr. Deputado, os Srs. Deputados apoiaram o Governo do Partido Socialista durante os primeiros tempos do Primeiro-Ministro, António Costa, quando ele não tinha a maioria, V. Exas. permitiram que chegasse ao poder e eu pergunto-lhe, conseguiram que fosse feita a recuperação do tempo de serviço dos professores? Não conseguiram, Sr. Deputado, esse foi o contributo do Bloco de Esquerda, não conseguiram...

Deputado António Lima (BE): O Governo quase caiu por causa disso!

O Orador: ... e este Governo continua a recuperar o tempo de serviço dos professores, vai continuar a recuperar o tempo perdido na transição entre carreiras vai acabar com a monodocência no primeiro ciclo, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: ... Sr. Deputado e estamos a ter resultados diferentes, é um caminho diferente, Sr. Deputado. V. Exa. não conseguiu que o Partido Socialista alterasse nem lá nem cá as práticas, que estavam a exercer nesta matéria ou irá dizer-me, ou irá negar-me que existe neste momento menor precariedade entre os docentes dos Açores e que neste momento é uma carreira, é uma carreira que oferece outras condições, que lá fora não está a suceder, apesar dos protestos massivos dos professores, Sr. Deputado, eu só falo nesta questão...

Deputado António Lima (BE): E o que é que tem a dizer sobre a taxa de retenção?!

O Orador: ... que foi nesta também que V. Exa. falou, e quero também dizer-lhe o seguinte nesta matéria, V. Exa. também não fez aquilo que devia ter feito do ponto de

vista da contextualização do setor, daquilo que nós estamos a sofrer neste momento nos Açores, que é uma crise, uma crise tremenda, ouça, nós estamos a enfrentar as pessoas, esquecem-se, nós estamos a enfrentar neste momento na Europa, o maior conflito bélico desde a II Guerra Mundial, nem o Sr. nem a Sra. Deputada Andreia Cardoso tiveram a seriedade...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): É, o termo é esse, “seriedade” e vergonha!! Tenho pena!

O Orador: ... de dizer que este é que é o contexto, um contexto que nunca enfrentámos que não enfrentamos, que a Europa não enfrenta e o mundo não enfrenta desde a II Guerra Mundial, não fizeram uma única referência e isso retira qualquer credibilidade ao vosso discurso. Não fizeram uma única referência às dificuldades que, este Governo teve que enfrentar logo no primeiro ano em relação ao combate ao COVID e que foi tremendamente difícil também e é algo que nós tivemos neste contexto que enfrentar e V. Exas. não fizeram uma única referência e isso retira credibilidade absoluta ao vosso discurso, quero dizer-vos o seguinte, mesmo assim, o Sr. Vice-Presidente, mesmo nestas condições, o Sr. Vice-Presidente anunciou um conjunto de apoios sociais que este Governo está a implementar e que está a ter um êxito muito significativo, V. Exa. não referenciou também, por exemplo, uma medida absolutamente, que o Bloco de Esquerda andou anos e anos a pedir e que nós é que concretizámos que foi o sistema das creches gratuitas, que é algo que, evidentemente, ajuda e muito as famílias nestas condições, o aumento do COMPAMID, ou o aumento do complemento social, são um conjunto de indicadores importantíssimos.

Deixe-me dizer só para ficar com tempo para uma segunda intervenção, há um indicador que acho que é fundamental, que é o Rendimento Social de Inserção, que teve uma diminuição brutal ao longo destes dois anos e este é um indicador fundamental na área da pobreza, na área do combate à pobreza e isto significa que estamos a ter resultados significativos ou agora os indicadores do Rendimento Social de Inserção também já não

servem? Os indicadores do Rendimento Social de Inserção já não servem para medir pobreza?

Em segundo lugar e para terminar, Sra. Deputada Andreia Cardoso, é um antigo Diretor Regional...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): A senhora também foi, mas já se esqueceu.

O Orador: ... da vossa área, do vosso Governo que diz o seguinte, citando V. Exa., não se pode dizer que, e a partir de agora é uma citação de V. Exa., *que a degradação dos indicadores de pobreza e exclusão social dos Açores em 2021 é a pior e a mais acentuada de que há registo* foi o que V. Exa. escreveu e o que é que ele diz? Até 2019 são todos piores, por isto, isto desmascara, bem aquela que é a falsidade do vosso discurso.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Todos! Tenha vergonha! A senhora devia pedir desculpa aos açorianos!

(*Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo*)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves, a quem dou a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Temos aqui, obviamente, um problema que é bastante complexo e as soluções só vêm a longo prazo, exatamente como o Sr. Vice-Presidente disse, a longo prazo e isso temos que, obviamente, ver que tudo o que fosse problemas, é problema do PS, soluções, também pode ser, porque também tem a ver com o PS, porque isto são medidas a longo prazo.

Só que este Governo, o novo Governo que nós temos nesta legislatura, obviamente que, reforçou os apoios, e muito bem, em algumas situações, mas também aumentou o assistencialismo que o Sr. Vice, por um lado não gosta tanto, eu também não vejo que o combate à pobreza tem a ver com o assistencialismo não pode mesmo ir por aí, não pode mesmo ir por aí.

E, há aqui um problema, há aqui um problema que não podemos é esquecer e tem a ver, obviamente, com o nosso PIB tem a ver, obviamente, com a nossa dívida pública...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Olhe pergunte ali ao Dr. Cordeiro. Ele é que sabe.

O Orador: ... isto também vem do passado e nós não conseguimos arrearçar o caminho que a República conseguiu, os Açores e a Madeira não conseguiram, obviamente, reduzir a sua dívida pública, nos Açores por causa da SATA, e isso, obviamente, também já está a ser resolvido. Nós não podemos reduzir uma dívida apenas por causa de uma empresa e, isso, sem dúvida que foi um tiro no pé na Região Autónoma dos Açores, mas também não podemos esquecer do coeficiente de Gini e o coeficiente Gini também está agregado sem dúvida aos ordenados...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): É verdade!

O Orador: ... e nós temos uma desigualdade imensa nos Açores, aliás, somos a Região de Portugal pior relativamente a essa desigualdade e é dentro dessa desigualdade que também está a solução.

E não há sobre, obviamente apoios, sobre assistencialismos ou sobre até mesmo o RSI que eu digo já ao Sr. Deputado do CHEGA, que aumentou em dezembro de 2022, temos mais 130 beneficiários do que aquilo que nós, é só, é uma informação, se calhar, relevante para si, está informado pronto, apesar de ter diminuído nesta legislatura, aumentou em dezembro de 2022, por isso, o timing não é o melhor para dizer à partida que reduzimos o RSI, aumentámos 130, obviamente.

Mas também temos, obviamente, problemas que existiram nos últimos três anos, como o Sr. Deputado Bruto da Costa disse, obviamente são problemas extraordinários, ninguém estava à espera, aconteceu e o Governo, obviamente, tem que ter um poder social sobre as pessoas, tanto que temos um problema do poder de compra, perdemos poder de compra, com o cabaz alimentar com a taxa de inflação, as pessoas não têm as mesmas condições financeiras e só há, apesar de haver pequenas soluções que nós podemos ajudar,

há uma única solução que pode diminuir drasticamente a percentagem de pobreza que nós temos Açores e isso tem a ver com os ordenados.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): É verdade!

O Orador: Se nós não aumentarmos os ordenados, a percentagem que este Governo irá diminuir vai ser muito reduzida e isso, por mais que tentem usar várias soluções em termos sociais, em termos de apoios, em termos de assistencialismo, também é necessário, mas não é a solução, se nós não aumentarmos os ordenados, se os açorianos não tiverem um aumento do poder de compra, nós obviamente não vamos a lado nenhum e vamos ficar sempre abaixo do continente, a Madeira agora conseguiu estar pior ainda do que nós, mas também nós não diminuámos esse défice da dívida pública nos últimos dois anos, não é em 2023, não é em 2023, que nós temos que reduzir dessa forma, eu tenho uma opinião completamente diferente, eram nos últimos três anos que não fizemos e agora, obviamente não conseguimos estar nivelados nem competir, obviamente em termos de percentagens, em termos per capita com o continente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O tema que o Sr. Deputado António Lima aqui nos trouxe hoje, foi tema central da campanha eleitoral de 2020, que resultou no quadro parlamentar que hoje vivemos nesta Casa.

Dizíamos em 2020, quase todos, principalmente à direita do Bloco de Esquerda...

Deputado José Pacheco (*CH*): Muito à direita!

O Orador: ... Sr. Deputado, o Sr. é que se está qualificando muito à direita do Bloco de Esquerda, depois não se queixe de lhe dizerem que o Sr. é de extrema-direita, tenha lá a santa paciência, tenha lá a santa paciência... mas dizia eu que dizíamos todos que era preciso reduzir a subsidi dependência, eu também o disse, lembro dois debates na RTP-

Açores em que reafirmei isso mesmo e um debate onde acusei inclusivamente o Partido Socialista de nos ter trazido ao pior resultado de sempre na história de Portugal sobre o abandono escolar precoce, pasmem-se 2022 foi batido esse recorde, em 2022 foi batido esse recorde, lembro também o debate do primeiro Orçamento desta Região, que dali daquela tribuna disse aos açorianos que, ficaria contente se chegássemos a 2024 e tivéssemos reduzido a pobreza nos Açores, temo não conseguir esse desiderato, apesar do esforço que a Iniciativa Liberal fez até agora de introduzir em sede dos sucessivos orçamentos da Região Autónoma dos Açores, medidas que entendemos que são conducentes a essa condição, à condição de reduzirmos a pobreza nos Açores, reduzir o endividamento, facilitar a vida das empresas, reduzir gastos com a administração pública regional, infelizmente ao longo deste debate muitas têm sido as intervenções baseadas na mitigação da pobreza e poucas centradas no combate às causas da pobreza, porque mitigar a pobreza, até se calhar é fácil, é derramar dinheiro nela, o problema está em combater as causas da pobreza e uma das causas da pobreza na Região Autónoma dos Açores é termos uma economia toda ela também dependente da Região, dependente do Estado, do investimento que o Estado faz nessa economia.

Não vem mal ao mundo de termos monoculturas ou agora duas monoculturas, para quem está estudando economia nem consegue bem perceber isso ou é monocultura de uma coisa ou é monocultura de outra, não pode haver é duas monoculturas, se já há a monocultura da vaca não pode haver outra monocultura, há uma outra cultura que veio introduzir inovação no mercado, mas o problema dessas culturas, dessas economias, quer do setor agropecuário e agroindustrial, quer do turismo é que são dependentes do investimento da Região e isto é que não pode continuar, porque se nós continuarmos a ter sectores económicos que sejam dependentes do Orçamento, nós não chegamos a ter (imperceptível 01:25:52) financeiros para poder satisfazer os outros problemas que são os problemas sociais, se nós continuarmos como o Governo agora pretende fazer, com o programa AÇORES+, a derramar dinheiro nas empresas que são dependentes, então estamos a criar

outro tipo de dependentes, são dependentes iguais aos do RSI aos programas ocupacionais, àquelas coisas todas que toda a gente gosta muito de hostilizar e de diabolizar.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Mas a questão é esta, é que nós estamos e continuamos a criar dependências, e as palavras não são minhas, as palavras são do Governo, do Governo da coligação, que diz que este é o Orçamento, foi o Orçamento da Região com maior pendor social, ou seja, é um Orçamento que continua a ser um Orçamento Socialista de mitigação da pobreza...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Para responder a uma situação específica, seja sério na argumentação.

O Orador: ... e não de solução para os problemas da pobreza!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires, faça favor.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia de 2000, consagra o direito à assistência social e à ajuda à habitação destinadas a assegurar uma existência condigna a todos aqueles que não disponham de recursos suficientes.

Mas aqui e agora nos Açores há cada vez mais gente a viver na rua, é em São Miguel e Terceira, ...

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Olha era a estratégia da pobreza!

A Oradora: ... que se encontra a maior concentração das pessoas em situação de sem abrigo, em especial nas cidades de Angra e, sobretudo, Ponta Delgada.

O recente estudo, à margem, a condição de sem abrigo nos Açores da Associação Novo dia, confirmou a existência em 2020 nos Açores de 493 pessoas nesta situação, que inclui 105 sem teto, vivendo no espaço público alojados em abrigo de emergência ou em local

precário e 388 sem casa, os acolhidos em alojamento temporário destinado ao efeito, verificando-se em Ponta Delgada uma taxa de 5 por cada 1000 habitantes nestas situações. A condição de sem abrigo é a forma mais extrema de pobreza e exclusão social e obrigamos como sociedade a garantir respostas individuais de auxílio urgente, mas também a promover alterações estruturais que permitam a integração, uma verdadeira inclusão dos mais pobres e mais vulneráveis, é de direitos humanos que falamos, da falta de direitos básicos, como a habitação, a proteção da saúde, a proteção social, o direito à dignidade. Diferentes fatores concorrem para a condição de sem abrigo, mas destacaremos três, o desemprego e emprego precário ou ocasional com rendimentos extremamente baixos ou mesmo inexistentes, a saúde, particularmente a saúde mental e o acesso a uma habitação segura e adequada.

De emprego precário, mal retribuído e sem direitos, já aqui falámos hoje, o baixíssimo nível dos salários na Região, a falta de rendimentos dignos do trabalho, as reformas de miséria empurram muitos açorianos para a pobreza.

Sobre as políticas de saúde e saúde mental é importante referir que os estudos apontam para que, cerca de 2/3 dos casos de doença mental entre esta população seja prévia à sua condição de sem abrigo, o que significa que faltam apoios sociais e cuidados de saúde a pessoas economicamente vulneráveis e com doença mental.

E perguntamos a futura estratégia para a saúde mental vai contemplar medidas específicas dirigidas à população pobre, sem abrigo? Que medidas?

Temos depois o aspeto da habitação e este fenómeno tem vindo a aumentar na Europa, no país e também nos Açores, influenciando o número de pessoas sem casa e a viver na rua ou em quartos e centros de abrigo temporários. O acesso à habitação é, pois, condição fundamental no combate a este flagelo social.

O mercado de arrendamento de longa duração nos Açores é muito escasso e particularmente caro, altamente inflacionado pela pressão do turismo e do alojamento local desregrado.

A alta taxa de pobreza associada à enorme falta de investimento no domínio da habitação pública e social só aumentam e agravam nos Açores a dimensão do problema de quem se encontra em situação de sem abrigo.

O princípio 19 - habitação e assistência para os sem abrigo do Pilar Europeu dos Direitos Sociais de 2017, enuncia que deve ser garantido às pessoas necessitadas o acesso à habitação social ou a uma ajuda habitação de qualidade, que as pessoas vulneráveis têm direito a assistência e a proteção adequadas em caso de despejo, que devem ser disponibilizados aos sem abrigo, alojamento e serviços adequados para promover a sua inclusão social.

O Bloco de Esquerda, Bloco, defende a criação de uma bolsa pública de habitação para arrendamento acessível, esta medida é estrutural e será essencial no combate de que é urgente às desigualdades sociais e à exclusão habitacional, no combate à pobreza e à condição de sem abrigo.

A autonomia funcional das pessoas em situação de sem abrigo tem de ser promovida e ajudada, nos Açores tarda a opção pela concretização de políticas de “Casa Primeiro” concertadas entre o Governo Regional e Autarquias. A Estratégia de “Housing First” tem demonstrado em diferentes países europeus resultados bem mais consolidados do que as políticas de passo por passo que a nossa Região tem seguido.

Perguntamos ao Governo Regional, está prevista a articulação entre Governo Regional e Autarquias, nomeadamente Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, onde o fenómeno de sem abrigo é mais premente de modo a racionalizar e otimizar a utilização dos fundos disponíveis, nomeadamente as verbas do PRR direcionadas às autarquias e os montantes regionais do PRR destinados à habitação e ao combate à pobreza?

Que estratégia tem este Governo Regional, quais as medidas conjunturais e estruturais, se as há, delineadas para combater a situação de sem abrigo, realidade cuja evidência...

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): A habitação em Sta. Maria, aquele grande bairro, não é?

A Oradora: ... é hoje impossível ignorar? A abordagem securitária e repressiva, que tem começado a surgir mesmo se com alguma timidez inicial, é inadmissível numa sociedade que queremos, progressista, humanista, temos de trabalhar coletivamente para garantir a segurança de quem se encontra em situação de sem abrigo, proporcionando-lhe opções e condições de vida com rendimentos, saúde, com casa, com dignidade. Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(* Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Intervenho neste debate, sobre a situação socioeconómica da Região, em primeiro lugar porque, importa clarificar e refutar algumas das acusações que foram aqui feitas ao Partido Socialista e também foram apresentados aqui indicadores que não correspondem à verdade, mas começarei pela questão das últimas intervenções que foram feitas.

O Sr. Deputado Nuno Barata, por exemplo, crítica aqui um Orçamento que foi apresentado para 2023, quando há apenas dois meses, votou a favor deste mesmo Orçamento e, portanto...

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor não consegue perceber.

O Orador: ... estes também são os resultados das suas políticas, Sr. Deputado Nuno Barata, estes resultados que foram aqui apresentados também são seus...

Deputado Nuno Barata (IL): Não é verdade!

O Orador: ...e o Sr. tem responsabilidade sobre eles e, portanto... Ó Sr. Presidente, eu fui acusado de mentiroso e aldrabão, ...

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): E é verdade!

O Orador: ... agora, pelo Sr. Deputado Nuno Barata, há limites, há limites...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Orador: ... eu acho que há limites, Sr. Deputado Nuno Barata, eu percebo que o Sr. fique incomodado com aquilo que eu digo, mas tenha algum respeito, tenha algum respeito! O Sr. aprovou o orçamento para 2023 e agora criticou, é factual, é factual!

Relativamente à taxa de desemprego que já foi realçada quer pelo Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro, quer também pelo Sr. Deputado Bruto da Costa, referiu que a taxa de desemprego em 2022 nos Açores é a mais baixa do país, isso não corresponde à verdade e os indicadores que estão publicados pelo INE comprovam exatamente o contrário, em 2022 regiões como o Centro, como o Alentejo e como o Algarve...

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): 4^a trimestre.

O Orador: ... tiveram taxas de desemprego inferiores à dos Açores e, portanto, também aqui o Presidente do Governo Regional dos Açores faltou à verdade e o Deputado João Bruto da Costa foi na mesma linha e, portanto, importa refutar.

Um terceiro aspeto também aqui é importante realçar é que tem sido utilizado o argumento da guerra como a causa para os problemas, para os indicadores que foram apresentados em 2021, a guerra começou em 2022, nós estamos aqui a falar de indicadores sobre a taxa de risco de pobreza sobre a desigualdade sobre o PIB per capita de 2021 e, portanto, uma coisa não tem a ver com a outra e não se pode invocar um argumento de 2022 para justificar indicadores de 2021, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... isso também é importante clarificar para que os açorianos percebam daquilo que estamos efetivamente a falar.

Sobre a taxa de risco de pobreza os números que foram apresentados pelo INE são, de facto, preocupantes...

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Sim 2019, 2018. Não pode fazer uma conta dessas. Isso é ignorante!

O Orador: ... e comprovam um agravamento superior a 15% na taxa de risco de pobreza e mais importante que este agravamento é a tendência que foi invertida e havia um caminho que estava a ser seguido com falhas, é verdade, às vezes com alguns erros também cometemos, reconhecemos isso, mas havia uma tendência de crescimento e essa

tendência foi claramente invertida com o agravamento de 15% em apenas um ano e isso deve ser realçado.

E Sr. Vice-Presidente, o Sr. Vice-Presidente, talvez ande desatento, mas o Presidente do Conselho Económico e Social, num debate na RTP Açores, no dia 7 de fevereiro, disse o seguinte: *além das cativações de 25% do Governo Regional dos Açores, o Presidente do CESA critica o facto de o Governo ter ido buscar especialistas ao continente para coordenar o estudo da pobreza nos Açores e também o facto do Governo Regional dos Açores ter abandonado a estratégia de combate à pobreza*, portanto, não somos só nós...

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Não, aquela senhora é que disse. O senhor mentiu mais essa senhora que aí está! Os Srs. mentem desbragadamente!

O Orador: ... que dizemos que o Governo abandonou estratégia, o Presidente do Conselho Económico e Social também disse o mesmo e, portanto, e, diz mais ainda diz: *Gualter Furtado diz mesmo que não percebe porquê e nem explicaram porquê*, e, portanto, convinha que o Governo explicasse também o porquê ao Conselho Económico e Social.

Portanto, os especialistas, continuo a citar: *os especialistas alertam para o agravamento da pobreza e da exclusão social nos Açores*, e, portanto, não somos só nós que referimos que os indicadores se agravaram em 2021, é factual, Sr. Vice-Presidente!

E, ao invés do Sr. se limitar a criticar o Partido Socialista...

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Os Srs. é que disseram!

O Orador: ... deveria ter em consideração o diagnóstico que é feito, as críticas que são apresentadas e trabalhar de facto para inverter o rumo que apresentaram em 2021, isso é que é o mais importante!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Porque, o Sr. na sua intervenção de mais de 15 minutos, limitou-se a criticar o Partido Socialista por resultados que são seus, resultados que são seus, de 2021 e, portanto, era importante que tivessem em consideração a análise que é feita pelos

especialistas, pela sociedade civil, pelos partidos que estão aqui representados, que têm legitimidade para tal.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): E vergonha na cara?! Não?!

O Orador: E que se esforce efetivamente para trabalhar a favor dos açorianos, e, Sr. Vice-Presidente, vergonha na cara deveria ter o Sr.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Pela instabilidade que apresenta à Região, pela forma como discute assuntos desta importância, não tendo em conta os argumentos, mas limitando a criticar pessoas e o Partido Socialista, isso sim deveria envergonhá-lo.

E, portanto, mais importante do que falar de pessoas, importa falar também daqui de políticas e são, de facto, as políticas da coligação e do Governo que levaram a Região em 2021 a apresentar indicadores que merecem a nossa preocupação e, esses indicadores do ponto de vista económico são evidentes já aqui foram realçados, mas também do ponto de vista económico, há indicadores que merecem a nossa preocupação, o PIB per capita, que mede a riqueza produzida por habitante nos Açores em 2021 apresenta uma redução significativa e leva a Região...

Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*): Isso é falso, ponto final!

O Orador: ... para níveis...

Diversos apartes das Bancadas

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Carlos Silva faça a sua intervenção, os Srs. logo a seguir terão oportunidade de contraditar o que ele está a afirmar. Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Às acusações que os argumentos que estou a apresentar são falsos, eu responderei entregando os documentos na Mesa para serem distribuídos e, portanto, estou a utilizar dados do INE, que dizem o seguinte, relativamente ao PIB per capita e a comparação com a média Europeia, os Açores apresentaram em 2021 uma taxa de 65,8% e isso leva-nos a níveis de imagine-se, 1998,

comparação, relativamente ao PIB per capita e a comparação com a média nacional apresenta um indicador de 87,6% e leva-nos a níveis, imagine-se 2007 e, portanto, entregarei na Mesa e podem comprovar...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Quem é que estava no Governo em 2007?

O Orador: ... aquilo que efetivamente estamos a falar.

E em relação à taxa de desemprego, também farei o mesmo e entregarei na Mesa dados que comprovam que efetivamente aquilo que foi dito quer pelo Presidente do Governo quer pelo Deputado Bruto da Costa, relativamente à taxa de desemprego, não corresponde à verdade. os Açores não têm a taxa de desemprego mais baixa do país em 2022.

Mas mais do que falar de indicadores, importa aqui falar das dificuldades que enfrentam os açorianos, famílias e as empresas em 2023 e essas dificuldades resultam do contexto em que vivemos, difícil, de aumento de taxas de juro, de aumento do custo da habitação, de aumento do custo de energia, no fundo de um agravamento do poder de compra que enfrentam as famílias açorianas, isso são factos indesmentíveis e basta ter em conta o diagnóstico que é apresentado todos os dias, quer nas ruas, quer nos órgãos de comunicação social que refletem essas dificuldades e, portanto, correspondem na íntegra, às dificuldades que são sentidas pelos açorianos e é isso que nos tem mobilizado, quer através do diagnóstico, que já o fizemos, quer através da apresentação de propostas concretas...

Deputado Flávio Soares (*PSD*): Quais propostas?

O Orador: ...e que podem ajudar os açorianos a ultrapassar as dificuldades que são sentidas.

É isso que temos feito, é isso que continuaremos a fazer. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PS*)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, relativamente àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Carlos Silva, que me acusou a mim e ao Sr. Presidente do Governo de termos faltado à verdade, antes chamou-nos mentirosos, porque dizemos que a Região Autónoma dos Açores tem a mais baixa taxa de desemprego do país, eu vou fazer chegar à Mesa o quadro do INE relativo ao local de residência NUTS III, Portugal – Continente - 7%, Região Autónoma dos Açores - 6.2, Região Autónoma da Madeira - 7.7 e, portanto, Sr. Deputado Carlos Silva, para os açorianos que nos ouvem...

Deputado José Ávila: Se vai entregar não é preciso estar a ler!

O Orador: ... Continente - 6.5, Açores - 5.5, Madeira - 6.9., 6.5 é superior a 5.5., ó Sr. Deputado, estão aqui jovens a ouvir este debate, estão açorianos lá em casa a ouvir-nos, o Sr. quando disser que o Sr. Presidente do Governo ou algum Deputado desta Casa faltou à verdade, por favor, Sr. Presidente, quero que distribua para que saibam que nem eu nem o Presidente do Governo faltámos a verdade. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma interpelação, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. Aquilo que o Sr. Deputado João Bruto da Costa diz não é verdade, e, eu farei chegar à Mesa em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o destaque do Instituto Nacional de Estatística, que demonstra que, quer em relação ao 4º trimestre, quer em relação ao ano de 2022, os Açores não são, repito, não são a Região do país onde a taxa de desemprego é mais baixa, não são a Região do país onde a taxa de desemprego é mais baixa.

Relativamente ao 4º trimestre de 2022, os Açores têm uma taxa de desemprego de 5.5, mais baixo do que os Açores, está o Centro com uma taxa de desemprego de 5.3.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O senhor sabe que isto é uma Região Autónoma não sabe?!

Vice-Presidente do Governo: Ah muito obrigado!

O Orador: ... a par dos Açores está o Alentejo com uma taxa de desemprego de 5.5. Diz o Sr. Deputado Rui Martins, sem se rir, que isto afinal, é uma Região Autónoma. Em termos anuais, gostaria também de fazer chegar à Mesa os dados do Instituto Nacional de Estatística que comprovam que os Açores também aí, em termos anuais, não têm, repito, não têm a taxa de desemprego mais baixa do país, na verdade os Açores têm em 2022...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... uma taxa de desemprego de 6%. Abaixo dos Açores...

Vice-Presidente do Governo: Isto não é uma interpelação, isto é um abuso!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): Se fosse eu já tinham dado murros na mesa!

O Orador: ... está o Norte com 5....

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Já termino, se me deixarem...

Presidente: Faz favor.

O Orador: Abaixo dos Açores está o Norte com 5.9, abaixo dos Açores está o Centro com 5.1, abaixo dos Açores está o Alentejo com 4.8, abaixo dos Açores está o Algarve, com 5.7, em 2022. São os dados que farei chegar à Mesa, os Açores têm a terceira taxa de desemprego mais alta do país. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado João Bruto Costa, uma interpelação, faça favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente da Assembleia, foi repetido nesta Casa e eu não recorro à figura da defesa da honra do protesto, porque é demasiado evidente para quem nos ouve e para quem está lá em casa.

O que eu disse foi o que está no INE e que tem a ver com 4º trimestre de 2022, temos a mais baixa taxa de desemprego do país.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não tem razão. Isso não é verdade!

O Orador: Está aqui escrito, temos a mais baixa taxa de desemprego, Portugal Continental, Açores e Madeira. Os Srs. Deputados do Partido Socialista e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que a sua falta de seriedade política que o caracteriza, ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... fala aqui de abandono escolar precoce comparando com o total nacional, mas não fala de desemprego...

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... comparando com o total nacional, não é sério da sua parte, nós somos uma Região Autónoma, não somos um distrito continental.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito bem, mais uma interpelação, Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(* Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Uma verdadeira interpelação à Mesa, a Mesa me informe se esses tempos dessas interpelações, são descontados do tempo dos partidos ou se nos vão fazer falta quinta-feira ao final do dia, como o Sr. Deputado Bruto da Costa tem andado preocupado!?

Presidente: Provavelmente vai-nos fazer falta, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo, faça favor.

(* Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente. Sr. Deputado Bruto da Costa, eu gostaria de falar, se me permitem, gostaria de falar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos aqui uma vasta plateia que nos está...e, portanto, eu gostaria de dizer, Sr. Deputado Nuno Barata, que concordo com a sua intervenção, de facto, temos que, ir no caminho de tornar as empresas menos dependentes dos subsídios do Governo, o Sr. tem toda a razão.

Sra. Deputada Vera Pires, eu poderia fazer uma interpelação como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fez, mas estaria a não respeitar o Regimento, mas sempre lhe vou dizer o seguinte, a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, feita pelo Partido Socialista, e, que está em vigor, ao contrário do que disse e faltou à verdade e mentiu a Sra. Deputada Andreia Cardoso e por isso, induziu outras pessoas a mentirem, nomeadamente jornalistas e o Presidente do CESA.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde isto já vai!

O Orador: As medidas, nessa estratégia não são mencionados determinados grupos específicos por razão de género, localização geográfica, tipo de família, entre outros, se encontram numa condição de maior vulnerabilidade, as prioridades estratégicas na estratégia não estão orçamentadas, Sra. Deputada Vera Pires, para responder à sua pergunta e relativamente aos sem abrigo, Sra. Deputada Vera Pires, o plano de ação não previu nenhuma medida para as pessoas sem abrigo, os mais vulneráveis de todos, tem razão, Sra. Deputada, não previu nenhuma ação, não está definido na estratégia um sistema de avaliação de resultados e de impacto e também lhe digo, Sra. Deputada, que, como sabe relativamente à prioridade 2.3 na estratégia, a promoção da saúde mental contempla apenas duas medidas: a rede regional de cuidados integrados de saúde mental, aliás, está em vigor o plano regional de saúde mental, que esse Governo já implementou, e, depois tinha outra medida curiosa, era um curso de preparação para a reforma, o que é manifestamente pouco, essa era a estratégia do Partido Socialista, por isso estamos a avaliá-la a reavaliá-la e a melhorá-la. Mas, quanto aos estudos do estrangeiro, do Sr. Deputado Carlos Silva, esse estudo da Novo Dia foi feito pela Universidade Nova, não foi feito pela Universidade dos Açores, em colaboração com a Universidade dos Açores,

feito pela Universidade Nova. E, portanto, o Sr. Presidente do CESA também não sabe o que diz, talvez tenha sido induzido em erro, mas eu gostaria de dizer o seguinte, gostaria de dar este número sobre o emprego, Sr. Deputado Pedro Neves, tem toda a razão, que se combate pelo emprego, pelo melhor emprego.

Em 2016 gastava-se na Região Autónoma dos Açores 25 milhões de euros em subsídio de desemprego, em 2022, apenas 20 milhões de euros, isto é a prova provada que o emprego aumentou, que o desemprego diminuiu, a estatística são números, Sra. Deputada são números!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E devo-lhe dizer mais, Sra. Deputada, nós poderíamos até fazer melhor, mas posso anunciar aqui que até final da legislatura contamos criar 10 mil empregos definitivos efetivos.

Secretário Regional das Finanças: Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: 3 mil e seiscentos na administração pública e mais de 6 mil nos programas que estão em vigor nos Açores, o TURIS.ESTAVEL, o CONTRATAR, etc.

Temos os professores regularizados que eram precários no vosso tempo, as educadoras de infância nas IPSS eram precárias no vosso tempo, foram regularizadas as carreiras, quase 3 milhões de euros que nós regularizamos, Sra. Deputada Andreia Cardoso, e, quando eu digo que a estratégia não estava sequer orçamentada, nada estava orçamentado...

Deputada Andreia Cardoso: Falso!

O Orador: ... e por isso pedimos a uma entidade independente, nada estava orçamentado, a Sra., mente, mentiu e continua a mentir.

E Sr. Deputado Vasco Cordeiro, com toda a consideração, eu julgo que, eu reconheço os meus erros e quando eu lhe digo que é preciso que o Partido Socialista tenha vergonha, não quero ofender ninguém, muito menos a si, mas nós devemos reconhecer os nossos

erros e os Srs. erraram na pobreza, erraram na economia, erraram no emprego, e, isso deviam ter reconhecido, pelo menos dizer, nós erramos, mas os açorianos sabem que os Srs. erraram e sentaram-vos aí!

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(* **Deputada Andreia Cardoso:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e demais Membros do Governo, é apenas para entregar à mesa a página 106 do plano de ação bianual 2018/2019 da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, que tem o quadro o anexo 5, que diz, afetação de recursos para a área de intervenção e que apresenta exatamente o orçamento para este plano bianual que aqui consta, portanto, eu não menti, pelos vistos houve alguém que mentiu, mas este alguém não fui eu!

Depois, Sr. Presidente, também é importante e eu vou dar nota à Mesa, o ponto 2.3 da Estratégia, confusão novamente do Sr. Vice-Presidente do Governo, ele fala em estratégia quando se referia naturalmente ao plano de ação bianual, as duas ações que falou em matéria de saúde mental, porque em matéria...

Vice-Presidente do Governo: É mesma coisa. Sr. Presidente, eu abandono o plenário porque isto é uma brincadeira!

A Oradora: ... da Estratégia de Combate à Pobreza, o que se fala de saúde mental, é a implementação do Plano Regional de Saúde Mental como plano de ação neste domínio, portanto, vou entregar os dois documentos ao Sr. Presidente para que faça chegar ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(Aplausos das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Para uma interpelação, Sr. Vice-Presidente, faça favor.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse a Câmara sobre o que é uma interpelação, porque fazer um intervenção e depois dizer, eu vou entregar um documento à Mesa, não é uma interpelação e isto é recorrente aqui, quer seja deste lado, quer seja daquele lado, é recorrente e é uma falta de respeito para com o Sr. Presidente de quem quer que seja, seja do Partido Socialista, seja do PSD, seja do CDS, seja quem seja, e, portanto, pelo menos olhe no tempo da Sra. Presidente Ana Luís, isso não acontecia, isso não acontecia...

Deputada Ana Luis: Eu acho que acontecia.

O Orador: ... e, portanto, Sr. Presidente, o que lhe quero dizer é que, explique à Mesa o que é que são interpelações, porque se se abre esse precedente, eu não tenho nada para entregar, Sr. Presidente, eu não tenho nada para lhe entregar, posso-lhe entregar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza daqueles Srs.

Presidente: Esta é que não é uma interpelação, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Vou fazer chegar à Mesa a Estratégia Regional de Combate à Pobreza para verem que a Sra. Deputada, mais uma vez, a avaliação 18/19 está integrada na Estratégia, é tudo a mesma coisa e a desonestidade política continua a existir, lamentavelmente.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, está registada a sua interpelação. Vamos fazer um intervalo, regressamos ao 12h20.

Intervalo às 12h00

Os trabalhos recomeçaram às 12h28

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos dar continuidade ao nosso debate de urgência, está inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata, a quem dou a palavra faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs., Membros do Governo.

Uma nota muito rápida, para explicar ao Sr. Deputado Carlos Silva que o facto de um Deputado, único, aprovar um Orçamento não o responsabiliza e jamais o responsabilizará pela ação governativa de quem executa esse Orçamento, além de que, como se aprova um orçamento com linhas gerais macro, isto não quer dizer que se concorde com aquilo que depois, quem executa esse Orçamento faça com ele o que entende e lhe apetece.

Mas há uma coisa que o Sr. Deputado Carlos Silva há de perceber, nem que seja até ao fim dessa legislatura, que tenha, que se batalhar da mesma maneira que o Partido Socialista agora batalha nessa coisa de responsabilizar a Iniciativa Liberal...

Deputado Berto Messias (PS): Não é o PS.

O Orador: ... pela governação da Região, que não é e repito, a Iniciativa Liberal não é governo na Região Autónoma dos Açores.

Há uma coisa que o Sr. Deputado Carlos Silva, há de levar até ao fim da legislatura a perceber, mas vai perceber, é que a Iniciativa Liberal, aquilo que fez nos Orçamentos da Região Autónoma dos Açores, aquilo para o qual a Iniciativa Liberal contribuiu, foram duas coisas importantíssimas para alterar o paradigma que a Região vinha a viver até outubro de 2020, reduzir impostos e reduzir endividamento da Região, e, essas duas coisas são fundamentais para, não para mitigar a pobreza, mas para erradicar a pobreza, para permitir a criação de riqueza na Região Autónoma dos Açores, porque cada euro de dívida que o Partido Socialista hipotecou essa Região futura é um euro de receita fiscal, que vai ter que ser cobrada à posteriori para as gerações futuras e o Partido Socialista nos últimos anos, fez crescer a dívida da Região Autónoma dos Açores em 800%.

E isto, para isto, a Iniciativa Liberal, contribuiu, para reduzir o endividamento da Região, mesmo que o Partido Socialista insista em dizer...

Deputado Carlos Silva: A dívida está a aumentar.

O Orador: ... que a Iniciativa Liberal foi enganada pelo Governo, que o Governo era obrigado a fazer um endividamento zero, por via do Orçamento de Estado, mesmo que o Partido Socialista insista nesse erro, porque não consegue perceber como é que faz a projeção da receita do IVA e que, por isso não consegue ou não quer, ou não consegue, ou não quer fazê-lo, mesmo que o Partido Socialista insista nisso, há uma coisa que os açorianos vão perceber, nesta Região, houve uma maioria parlamentar que quis reduzir impostos...

Deputado Bruto da Costa: Apoiado!

O Orador: ... e que quis reduzir o endividamento da Região para que as gerações futuras, que já não estão ali sentadas, mas hão de estar em casa a ver, não tenham que pagar pelos disparates que foram feitos nessa Região e que redundaram no aumento da pobreza nessa Região.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E isto, a Iniciativa Liberal já leva consigo no final dessa legislatura, mesmo que os açorianos entendam que para a próxima não há de estar aqui um deputado liberal, mas eu acho que os açorianos vão perceber uma coisa, os açorianos vão perceber que é bom que esteja aqui um ou dois Deputados liberais, porque se um Deputado Liberal já fez a diferença, dois farão muito mais diferença, aliás, farão muito mais diferença do que os 25 deputados socialistas que ainda não apresentaram nesta Casa uma proposta, que alterasse o modelo de governação da Região Autónoma dos Açores para melhor, são incapazes de admitir que erraram, são incapazes de admitir que não fizeram bem feito, para os Srs. do Partido Socialista tudo foi perfeito. E muitas coisas houve, Sr. Deputado Carlos Silva, devo dizer muitas coisas houve, que foram muito bem feitas e não me custa nada apontá-las se for preciso, mas é preciso um bocadinho de humildade para se aceitar que se errou e para se fazerem alterações.

O Partido Socialista agora, agora, e vamos ter oportunidade ao longo deste Plenário, admitiu que é preciso reduzir os impostos na Região Autónoma dos Açores quando nos

trouxe uma proposta de substituição integral sobre os benefícios fiscais, porque até agora até achava que era só em alguns concelhos, mas agora, e bem, e bem, é uma assunção da sua incompetência no passado...

(Risos do Deputado Bruto da Costa)

O Orador: ... e agora, e bem, veio corrigir essa trajetória, mas foi incapaz, incapaz até hoje de fazer um ato de contrição e de dizer aos açorianos, erramos e estamos aqui para tentar mudar isso.

Deputado Berto Messias: Isso é falso! O senhor é que vai ter que fazer uma rede de outdoors novos!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires, faça favor.

(*) Deputada Vera Pires (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu registo, a propósito da intervenção que fiz há pouco, sobre a situação específica dos sem abrigo e a situação da pobreza nos Açores, registo dizia eu, o interesse e importância que este Governo Regional mostrou na resposta à minha intervenção, ao contrário do despique partidário, em que parece que aposta sempre as fichas todas, não foi aqui dada qualquer resposta nem sequer referência foi feita à questão da habitação, que é fulcral para a pobreza e é fulcral também para a recuperação...

Vice-Presidente do Governo: Isso já foi dado.

A Oradora: ... e a integração das pessoas em condição de sem abrigo. Não deu qualquer resposta às questões da saúde mental, quer em relação à população em geral, quer especificamente em relação às pessoas em situação de sem abrigo e aquilo de que falou foi da falta ou das más medidas de governos passados.

As perguntas que nós fizemos e mantemos são em relação ao Governo que temos, ao Governo de hoje, ao Governo que está em funções há dois anos, e, que esperamos ou pensamos que ainda nos consiga dar algumas respostas.

E, quando o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, em relação a um estudo da Novo Dia, ...

Vice-Presidente do Governo: É uma fotografia.

A Oradora: ... que é um estudo pioneiro, um estudo com profundidade sobre um problema que a olhos vistos se aumenta e ganha força na Região Autónoma dos Açores, que é a questão das pessoas em situação de sem abrigo, se em relação a esse estudo, a única referência que o Sr. Vice-Presidente consegue fazer é em relação à morada...

Vice-Presidente do Governo: Foi para responder àquela senhora e àquele senhor.

A Oradora: ... da universidade, que terá apoiado esse estudo, estamos conversados em termos de defesa da autonomia. Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. A Mesa neste momento não tem mais inscrições. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu gostava de, em relação a este debate, e para além daquilo que já tive oportunidade de, em interpelação, referir, no fundo, dar conta do seguinte.

O Partido Socialista, reconhece obviamente, a legitimidade que este Governo Regional tem de definir as suas medidas, a sua abordagem em relação a fenómenos como aqueles que nós vivemos, de degradação ao nível da pobreza, ao nível das condições económicas dos Açores.

E é isso, aliás, que nós aguardamos com expectativa, porque, até este momento, a resposta do Governo tem oscilado em duas circunstâncias.

A primeira é dizer, a qualquer coisa, que a culpa é do Vasco Cordeiro e que a culpa é do Partido Socialista.

Vice-Presidente do Governo: É claro que é!

O Orador: Em segundo lugar, a de, paradoxalmente, insistir, exatamente, nas mesmas medidas que o Governo do Partido Socialista e o Vasco Cordeiro implementaram ou deram seguimento.

E, portanto, aumentando todos os apoios que já estavam criados, ao mesmo tempo, que diz que diminuam a subsidiodependência, isso é uma contradição!

Deputado Bruto da Costa: Ah como se isso fosse comparável. Faz muito bem em dizer isso!

O Orador: O que eu acho que é importante, - e, julgo que esse debate já permitiu esse esclarecimento -, é que, em termos de soluções, de propostas novas, de constatação daquilo que é uma realidade que é nova, o Governo Regional nada nos traz!

E há um aspeto nessa discussão que eu acho que é muito importante: a pandemia, ou pós pandemia, e a guerra na Ucrânia têm consequências? Claro que têm, claro que têm! Mas, tanto têm aqui como têm na Madeira, como têm no Continente, como têm por todo o Mundo.

Deputado João Vasco Costa: Muito bem!

O Orador: O que a pandemia e a guerra na Ucrânia já não justificam, é, porque razão, nos Açores, está a fazer-se um caminho contrário àquele que, num conjunto de indicadores, está a ser feito, por exemplo, no Continente. É isso que não justifica. É isso que os Srs. têm dificuldade de explicar.

Deputado João Bruto da Costa: Mas quais indicadores?!

O Orador: Olhe a pobreza, por exemplo, diminuiu no Continente e aumenta nos Açores, a desigualdade, por exemplo.

Vice-Presidente do Governo: Ó senhor isso não é para si!

O Orador: E, portanto, em relação a esta matéria, julgo que o debate foi particularmente esclarecedor.

Eu não resisto a terminar esta intervenção sem, proactivamente, prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Nuno Barata, relativamente às invetivas que lançou quanto ao Partido Socialista.

Sr. Deputado Nuno Barata, o povo açoriano fará a sua avaliação no final desta legislatura, quer em relação à ação do Governo, quer em relação à ação de cada um dos partidos que aqui está presente, mas neste momento, todas as apostas que o Sr. fez, fracassaram. Quer que eu lhe explique.?

O Sr. apostou na redução da dívida, em dois anos de acordo com os dados do Banco de Portugal, este Governo aumentou mais a dívida anualmente em média do que aquilo que aumentaram anteriormente. Em relação à pobreza, Sr. Deputado Nuno Barata, se o Sr. se satisfaz com isso, estamos conversados.

Em relação à pobreza, o Governo está a fazer o caminho inverso àquele que estava a ser seguido até 2020...

Vice-Presidente do Governo: Isso é falso! O senhor é desonesto!

O Orador: ...e está a seguir o caminho inverso àquilo que está a acontecer no todo nacional. Se o Sr. está satisfeito com isso, estamos conversados.

Em relação a impostos, Sr. Deputado Nuno Barata, foram os Governos Regionais do Partido Socialista que mais utilizaram a possibilidade de baixar impostos nos termos conferidos pela Lei de Finanças das Regiões Autónomas e, há outro dado, nunca os açorianos pagaram tanto dinheiro de impostos como estão a pagar hoje, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Como?! Isso não é verdade!

O Orador: ... nunca os açorianos pagaram tanto dinheiro de impostos, não é falso, basta olhar para as receitas fiscais da Região para perceber e, além disso, as finanças públicas nunca estiveram tão desequilibradas como estão hoje.

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata, o Sr. utilizará os argumentos que bem entender, não tente é justificar os fracassos das suas opções, atribuindo as culpas aos Governos do Partido Socialista.

Mas, a concluir, e respostas para as famílias e para as empresas?! E respostas para as famílias e para as empresas que estão lá fora, porventura a ouvir este debate?!

O Partido Socialista apresentou, no debate do Plano e Orçamento para 2023, um plano de emergência social que foi chumbado.

O Partido Socialista tem insistido em medidas de apoio às famílias, por exemplo, ...

Deputado Joaquim Machado: Veja o Costa o que é que aconteceu.

O Orador: ... na questão do crédito à habitação que os Srs. dizem que depois do primeiro trimestre, então chegará a este Plenário, mas que as famílias já estão a sentir neste momento a carga pesadíssima do aumento das prestações mensais.

Srs., é necessário, e com isto conluo, é necessário agir mais depressa, é necessário agir mais rápido, é necessário, porventura, corrigir aquilo que for necessário corrigir, porque o caminho que estamos a seguir é, efetivamente, um caminho que, para as famílias dos Açores, para as empresas dos Açores, se está a mostrar bastante penalizador, desde logo, mas não só, fruto da conjuntura que se vive. Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo faça favor.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A dívida aumentou, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, aumentou para pagar as dívidas que o Sr. deixou a este Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Aumentou para pagar as dívidas que o Sr. deixou a este Governo, humildade, Sr. Deputado, fica-lhe bem.

Vamos já lá, 20 milhões do cachalote, já se esqueceu? Isto é que foi um grande calote, Sr. Deputado.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Este é que foi um grande calote, o cachalote foi um grande calote da Região Autónoma dos Açores, feito por si pelo seu Governo, Sr. Deputado. Sinaga, Azorina, Santa Catarina, 50 milhões de euros.

Deputado Carlos Silva: O Furacão Lorenzo?!

O Orador: SATA, 435 milhões de euros, Saudaçor, 700 milhões de euros, 1200 milhões de euros de dívida que o Sr. deixou aos açorianos Sr. Deputado.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Peça desculpa aos açorianos, tenha humildade, fica-lhe bem, Sr. Deputado, fica-lhe bem, peça desculpa aos açorianos, desculpa, olhe para aquela câmara e diga: desculpa, açorianos, eu endividei-vos e não vos trouxe nada, aumentei a pobreza, tive os piores índices de pobreza e desigualdade social dos Açores, o seu Governo, o seu Governo, 2012 a 2020 foi um desastre, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro: O senhor!

O Orador: O Sr., vou lhe dar o exemplo da sua grande medida com que o senhor iludia os açorianos, olhe, lembra-se desta fotografia?

Deputado Berto Messias: Isso está ao contrário.

Deputado Bruto da Costa: Vocês estão ao contrário!

O Orador: Lembra-se? Lembra-se? Lembra-se desta fotografia? O carro elétrico, onde é que está o carro elétrico que o Sr. prometeu aos açorianos? O carro elétrico, a grande indústria revolucionária, criadora de emprego nos Açores, onde é que está o carro elétrico, Sr. Deputado?

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Seja humilde, onde é que está, Sr. Deputado? Onde é que está o carro elétrico?

Deputado Vasco Cordeiro: Pergunte ao eng. Bastos e Silva o que é que ele disse ao investidor!

O Orador: Peça desculpa aos açorianos, aos jovens açorianos que emigraram, porque o Sr. os deixou sem emprego, os jovens açorianos emigraram, porque o Sr. os deixou sem emprego, peça desculpa, seja humilde, que é coisa que lhe está a faltar, honre o cargo que ocupou e que os açorianos lhe confiaram entre 2012 e 2020. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Chegados a este ponto no debate, eu julgo que importa tentar centrá-lo, porque efetivamente, como eu disse na minha intervenção inicial, temia que este debate resvalasse rapidamente para um passa culpas e, efetivamente aquilo que se assiste por parte do Governo é um sacudir completo de responsabilidades sobre...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso não é verdade, não crie uma realidade paralela!

O Orador: ... a situação social e a situação económica nos Açores, aliás, na intervenção do Sr. Vice-Presidente, verificou-se que ele gastou mais de metade da sua intervenção, sem falar uma única vez da do tema do debate, limitou-se a falar dos Governos do Partido Socialista e do Partido Socialista.

Eu julgo que em primeiro lugar este debate e esta matéria é demasiado importante, para o Governo estar permanentemente a tentar fazer uma prova de vida, porque parece que ainda não percebeu que é Governo e que não tem que fazer oposição à oposição, tem sim que governar e tem que responder ao Parlamento e responder aos açorianos, que era isso que devia ter feito desde o início do debate e permanece, ainda agora com esta intervenção do Sr. Vice-Presidente, com perguntas para responder, com matérias da importância como têm, por exemplo, a situação dos sem abrigo na Região.

Vice-Presidente do Governo: Já respondi, no plenário passado.

O Orador: Vem acenar com um carro elétrico, Sr. Vice-Presidente, a população sem abrigo dos Açores não quer saber do seu carro elétrico, quer respostas e os açorianos querem respostas do Governo para essa situação.

Mas, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, eu gostaria de lembrar que este debate é sobre a situação como vivem os açorianos, vivem numa Região mais desigual, já foi referido aqui o coeficiente de Gini, que subiu na Região e aproximou-se dos valores de 2019 em contraciclo com o país, como se o país não tivesse também a passar uma crise, como não estivesse com inflação elevada, falou-se aqui também, aliás, ainda não se falou, mas refiro, a diferença entre os 80% que mais ganham e os 20% que menos ganham, que subiu em 2021, de 5.6 para 6, valor idêntico a 2019, no ano em que os Srs. baixaram os impostos a quem? Não foram às pessoas que ganham 600, 700, 800 ou 1000 euros, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Foi a todos!

O Orador: ... nem 1200, nem 1500 foi, por exemplo, aos Deputados desta Casa que tiveram uma redução de impostos por via da vossa política, aumentando as desigualdades, essa foi a vossa opção e essa é a consequência, o aumento do fosso entre os mais ricos e os mais pobres.

Mas, também é preciso ver qual é a resposta que tem dado o Governo no investimento nas áreas sociais. Eu recorro-me à execução do Plano 2022, que já é conhecida, aliás, conhecida e reconhecida até por ex-governantes.

No que diz respeito ao Apoio à Infância e Juventude, a execução é de 53,9%, o Apoio à Família, Comunidade e Serviços é de 42,5%, o Apoio a Idosos é de 55,7% e a Promoção Reabilitação Habitacional é de 56,6%, então é isto o maior Plano de sempre? Execuções na área social que estão na casa dos 50%, o que diria o PSD...

Deputado Bruto da Costa: Diga lá o valor individualizado dos 3 anos?!

O Orador: ... e os partidos da coligação no tempo do Partido Socialista, dos Governos do Partido Socialista, ...

Deputado Bruto da Costa: Como não?!

O Orador: ... a execuções desta maneira, o que diriam? O que diriam desta execução nas áreas sociais, matéria em que nós estamos naturalmente a debater, e, que é sobre ela que são necessárias respostas, e, Sra. Secretária de Educação, na minha intervenção inicial também referi números que gostaria que o Governo explicasse ou procurasse explicar não só a que se devem, na opinião do Governo, mas também, o que é que está a fazer para os combater. É que a taxa de retenção e desistência no ensino básico em 2020/2021, no ano letivo 2020/2021, é, nos Açores, apesar de ter aumentado em todo o país, o aumento nos Açores é brutal, é muito, muito significativo, aumenta em 3,3 pontos percentuais na Região, e, há anos que vale a pena especificar o aumento da taxa de retenção.

Ora, por exemplo, no segundo ano do ensino básico há uma taxa de retenção e desistência de 8,8%, compara com a média nacional, que é de 4,2, é mais do dobro.

No sétimo ano de escolaridade, a taxa de retenção e desistência é de 12,8% na Região, compara com os 5,7% da média nacional, é mais do dobro, mais do dobro.

A taxa de retenção e desistência no oitavo ano é de 10,2%, é mais do dobro da taxa nacional.

No nono ano é de 6,7%, é mais do dobro da taxa nacional.

Bem, eu não estou, como é óbvio, a dizer que tudo isto é culpa do Governo, aliás, como disse, na minha intervenção, mas o Governo tem responsabilidades naturalmente e tem acima de tudo, a responsabilidade de responder por estes números, que foram divulgados recentemente, e é sobre isso que este debate versa, não é sobre os 24 anos do Partido Socialista, é sobre o que é preciso fazer para o futuro e perante estes dados.

E é por isso que eu e os açorianos e açorianas, querem, é respostas para estes dados e o Governo tem tempo, por isso fico a aguardar. Muito obrigado.

Deputado Bruto da Costa: Já lhe respondi, Sr. Deputado! Ali da tribuna!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, momentaneamente fora da sala, mas não posso deixar de lhe responder e de responder, Sr. Deputado António Lima, porque não são só os 24 anos do Partido Socialista, é o passado recente do Partido Socialista que está aqui em causa e que nos divide profundamente e, pelos vistos, o Bloco de Esquerda tem saudades de fazer oposição ao Partido Socialista, porque preferia certamente debater à esquerda, qual era a melhor medida.

Mas, deixe-me dizer, Sr. Deputado Vasco Cordeiro aqui há dois anos, quando decidimos baixar os impostos nos Açores, quando propusemos e aliás, o PSD sempre propôs baixar o diferencial fiscal, aumentar o diferencial fiscal para o máximo, baixar os impostos dos Açores, ali o Deputado Vasco Cordeiro dizia, não, não façam isso, vamos ficar sem receita fiscal, vai ser o descalabro, vai ser um buraco gigantesco no orçamento, ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Sr. agora diz exatamente o contrário do que dizia há um ano atrás.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o que é relevante quando nós queremos discutir o combate à pobreza é que, ou faz-se através do aumento do rendimento e da redistribuição, este Governo apresenta como resultados neste ano, a mais baixa inflação, o que é um acontecimento, não é um resultado da ação do Governo, mas o que existe nos Açores é a mais baixa inflação do país, o mais baixo desemprego do país, em relação ao 4º trimestre de 2022, o maior número de açorianos empregados de sempre e em contraciclo com o país, que apenas reduziu 6% o número de beneficiários do RSI nos últimos dois anos, nós reduzimos 30% o número de beneficiários do RSI nos últimos dois anos...

Deputado Vasco Cordeiro: E aumentou a pobreza!

Vice-Presidente do Governo: Não aumentou, é falso!

O Orador: ... e isso é revelador de um combate eficaz à pobreza que mais estigma a realização profissional e social dos Açores, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. E, depois Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a economia açoriana está no positivo há 19 meses consecutivos, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, orgulhe-se disso, é o trabalho dos açorianos, ...

Deputado Vasco Cordeiro: Já percebemos que está tudo bem!

O Orador: ... é o labor e o esforço de todos os açorianos que está a fazer nós vencermos as dificuldades que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro deixou a esta Região empenhada em dívidas, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Sr. de facto tinha obrigação quando se dirige a este Parlamento de fazer aquilo que já lhe foi sugerido aqui várias vezes, primeiro pedir desculpa e reconhecer os erros do seu passado que levaram a esta Região a ter os piores indicadores sociais, não é só a pobreza no sentido amplo, é aqueles fatores que contribuem para a pobreza e para a desigualdade, é os baixos rendimentos dos idosos, é a exclusão social das desigualdades provocadas pelas dependências, pelo alcoolismo, pelo analfabetismo, pela violência doméstica e por todos esses indicadores vergonhosos que o Sr. deixou nesta Região, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Tenha portanto, como eu lhe disse no início deste debate desta manhã, o cuidado de ter a seriedade política que se exige a quem foi Presidente do Governo durante oito anos e tem muito que responder, não só pelo passado, Sr. Deputado António Lima, que nos condiciona uma posição para o futuro, mas aquela oposição que tem feito neste Parlamento e nos últimos dois anos, o Deputado Vasco Cordeiro, que é destrutiva e que é extremamente penalizadora em relação também à palavra que um político deve ter perante a democracia açoriana, muito obrigado.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, alguém na sua equipa de marketing lhe disse, o Sr. tem de dar uma nova imagem, tem que aparecer com outra imagem, outras ideias e o Sr. Deputado, alguém está a tentar seguir esse conselho.

Bom, Sr. Deputado, o problema é que V. Exa. não tem ideias, o problema é que V. Exa. não tem ideias, diz V. Exa., bom aqui, os partidos da coligação só fazem uma coisa, é dizer que a culpa é do Vasco Cordeiro, bem, Sr. Deputado, é evidente que a culpa é sua, com os indicadores que são uma vergonha que V. Exa. deixou...

Deputado Vasco Cordeiro: E os vossos?!

Vice-Presidente do Governo: Não são como os seus.

O Orador: ... no âmbito da sua governação, a culpa é sua, toda a gente sabe e é por isso que o povo dos Açores o tirou daquele lugar ali de Presidente do Governo e o colocou aí na oposição.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E há uma segunda, diz V. Exa., bom e V. Exas. estão a seguir a política da subsidiopendência., esta não é o maior apoio social de sempre, diz V. Exa., então aí pressupõe-se que o Sr. está contra que, neste momento em que a Região enfrenta uma situação difficilíssima, que a população dos Açores está a enfrentar uma taxa de inflação altíssima, em que estão neste momento a enfrentar uma situação económica tremendamente difícil, fundamentalmente para os mais desfavorecidos e é isso que nós estamos agora a discutir, V. Exa. diz, não, não, essa não é a política, eu tenho outra ideia, não sei qual é, mas apoiar a população neste momento não é o caminho, é o que V. Exa. neste momento está a dizer.

Deputado Vasco Cordeiro: Não apoiado!

O Orador: E quero dizer-lhe também, Sr. Deputado, que é muito importante referenciar-lhe isto, V. Exa. não tem um caminho, qual é o seu caminho? O seu caminho foi deixar uma dívida brutal para os Açores, o seu caminho foi deixar-nos a responsabilidade tremenda, tremenda, que foi pagar, por exemplo, o buraco que V. Exa. nos deixou na SATA, ...

Deputado Vasco Cordeiro: Já lá vamos!

O Orador: ... o buraco que V. Exa. nos deixou nas empresas públicas, V. Exa. deixou-nos um passado que estamos todos a pagar neste momento, mas sabe, Sr. Deputado, sabe como é que nós estamos a fazer, de forma diferente, nós estamos a crescer economicamente, apesar das circunstâncias tão difíceis, nós temos a taxa de desemprego mais baixa do país, apesar das circunstâncias tão difíceis que estamos a enfrentar e, Sr. Deputado, veja bem, quando esta maldita guerra terminar com estas medidas e com esta intensidade que estamos a recuperar a economia dos Açores, a nossa economia vai crescer muito significativamente e V. Exa. sabe isto, por isso, este é o caminho e só se combate a pobreza e se têm bons resultados se crescemos economicamente e tivermos dinheiro, o dinheiro suficiente para atender esses problemas do ponto de vista social, que já o estamos a fazer, com maior esforço de sempre que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro no seu discurso, disse não, esse não é o caminho, porque este foi o caminho que falhou no passado.

Deputado Vasco Cordeiro: Eu não disse isso! É falso!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Atingimos a nossa hora regimental, vamos fazer o nosso intervalo para o almoço.

Intervalo às 13horas

Os trabalhos recomeçaram às 15h03

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Estava inscrito o Sr. Deputado Rui Martins, a quem dou a palavra faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Eu devo começar por referir que o Bloco de Esquerda, ainda bem que o Bloco de Esquerda nos traz, no fundo, este debate acerca das condições socioeconómicas que a Região atravessa, porque felizmente o Bloco de Esquerda, ao contrário do Partido Socialista, traz isto a debate no Plenário, enquanto o Partido Socialista tem-se ocupado, nos últimos dias, nos últimos meses, a levar para a comunicação social todo um arrazoadado de críticas, que no fundo, depois, o contraditório tem que ser feito também pelas mesmas vias, ou seja, no fundo, andar a semear a desgraça, aquilo que acusavam no passado partidos como o CDS, que traziam os debates a esta Casa, dizer que era puxar os Açores para baixo, o que o Partido Socialista tem feito é puxar os Açores para baixo na comunicação social sem direito a contraditório nesta Casa, que é a casa onde isto se deve discutir, e, aí o Bloco de Esquerda esteve muito bem ao trazer este assunto a debate.

Agora, dizendo que o Bloco de Esquerda, começou na intervenção inicial dizendo, nem tudo está mal, mas também nem tudo está bem, este Governo não fez o que devia ter feito nestes dois anos de governação e por isso, impõe-se a análise, isto foi, grosso modo, o que o Bloco de Esquerda disse e é verdade, e, que se há coisa que este Governo fez, foi exatamente isso, foi analisar, nomeadamente e especificamente, por exemplo, a questão da Estratégia Regional de Combate à Pobreza, mas depois também há um aspeto que importa referir relativamente ao Bloco de Esquerda, que é, para o Bloco de Esquerda determinante é o complemento do salário mínimo regional, ou seja, então de que é que serve ter uma Estratégia ou ter uma Estratégia há dez anos, que nós sabemos que estas coisas não são instantâneas, não são tremendistas ou de um momento para o outro. E então a Estratégia, aparentemente para o Bloco de Esquerda, devia então apenas ter uma linha que é, aumento do complemento regional ao salário mínimo, bastava porque bastava

isto para resolver os problemas da pobreza, isto foi o que o Bloco de Esquerda fez, mas ao contrário do que o Bloco de Esquerda diz, devo dizer que a redução dos impostos que esta Assembleia aprovou, esta solução governativa aprovou, as próprias creches gratuitas era o suficiente, por exemplo, para acomodar aquilo que possam ser os aumentos das prestações com o crédito à habitação das famílias...

Vice-Presidente do Governo: Muito bem!

O Orador: ... Isso era suficiente, mas era suficiente do ponto de vista económico e quantificado, mas digo mais, mas este Governo não ficou por aí, mesmo assim, este Governo anunciou que o apoio específico para fazer face aos aumentos das taxas de juro e foi anunciada regulamentação para o primeiro trimestre, que terá efeitos a janeiro de 2023, ou seja, as famílias, Sr. Deputado, terá efeitos a janeiro de 2023, terá início, terá efeitos no Orçamento deste ano a partir de janeiro.

E isso quer dizer que este Governo efetivamente foi mais longe e já anunciou ou foi mais longe, não, está a fazer mais do que aquilo que até já conseguiu acomodar com outras medidas.

Depois devo-lhe dizer mais, Sr. Deputado, do ponto de vista também económico a juntar a taxa de desemprego mais baixa da última década, o aumento da liquidez que as próprias empresas têm pela via da diminuição do IRC, isto aqui é fazer face àquilo que são os desafios que agora se impõem, que tem a ver exatamente com a inflação e a questão da inflação, o risco de pobreza é óbvio que aumenta, aumenta porquê? Porque há um aumento da inflação, aumento das taxas de juro e, obviamente, há uma diminuição da liquidez das famílias. Mas a questão aqui é, mais liquidez e a diminuir obrigatoriamente essa inflação, porque é que estão a ser aumentadas as taxas de juro, o BCE está a aumentar as taxas de juro?

Deputado Pedro Neves (PAN): Porquê?!

O Orador: Não, porque é que o BCE está a aumentar? Não é que concorde, mas porque é que está a aumentar? Está a aumentar exatamente para não haver tanta liquidez, para

não haver tanto risco para as pessoas não se endividarem, esse é que é o facto é isso que está a acontecer a nível europeu.

E, este Governo Regional, o que está a fazer é dar liquidez às famílias através do quê? Creches gratuitas, a diminuição dos impostos às empresas na economia com o IRC, é isto que este Governo está a fazer, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois devo dizer também, Sra. Deputada Vera Pires, vem falar das questões da habitação e a questão dos sem abrigo, a questão da sobrelotação, sobrelotação da habitação nos Açores é uma coisa que tenha surgido nestes últimos dois anos?

Deputada Vera Pires (BE): Faça a ladainha do futuro. Não faça a do passado.

O Orador: E sabe porque é que nós falamos do passado? Eu vou-lhe dizer, sabe, eu vou relembrar então a Sra. deputada Vera Pires, que desde 2012 a 2020 o anterior Governo Regional, tenho que falar do passado, ó Sra. deputada, mas eu tenho que falar do passado para falar da situação atual e dos investimentos que já foram anunciados, os investimentos que já foram anunciados para os foros do Sol Mar, por trás dos Mosteiros, Nossa Sra. de Fátima, são tudo investimentos deste Governo Regional da Vice-Presidência que está a fazer na habitação aquilo que não foi feito. Sabe qual é que foi o investimento? Foi menos de uma casa por ilha, por ano foram 71 casas, de 2012 a 2020, isto é, o património da habitação da Sra. Deputada Andreia Cardoso e do Governo Socialista. Este é o vosso património.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E depois devo dizer, a outra referência que tenho que fazer é efetivamente à hipocrisia do Partido Socialista.

Deputado João Vasco Costa: Menos uma coisinha.

O Orador: O Partido Socialista vem para este debate com uma atitude absolutamente hipócrita, porquê? Porque vem dizer que, basicamente, este Governo não fez nada, por um lado, diz que foi abandonada a Estratégia do Combate à Pobreza, o que é mentira,

mentira e, por outro lado, temos a Sra. Deputada Célia Pereira, que diz que, afinal, este Governo quer usurpar a Estratégia Regional contra a Pobreza, sim, sim, a Sra. Deputada veio dizer que era uma forma dissimulada de se apropriar de uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza. Vocês têm que afinar agulhas por um lado, ou foi abandonada, ou então está a ser apropriada.

Vice-Presidente do Governo: A CRESAÇOR sim senhora

O Orador: E eu devo-lhe dizer que este Governo na verdade fez muito porquê? Porque, o que é que eu devo dizer? É muito fácil, olhe relativamente, creches gratuitas é uma medida do PS? Bolsas de estudo para famílias carenciadas, é uma medida do PS? Programa novos idosos, é uma medida do PS? Sr. Deputado Vasco Cordeiro, Sra. Deputada Andreia Cardoso, não são do PS! É óbvio que não são do PS! E porquê? Eu posso-lhe dizer, relativamente à Estratégia Regional de Combate à Pobreza, que o Partido Socialista demorou 22 anos, 22 anos, ...

Deputado Bruto da Costa: É verdade! Muito bem!

O Orador: ... a lembrar-se que havia pobreza na Região, não podemos esquecer. Entraram em 1996, em 2018 lembraram-se, os Governos do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, de 2012 a 2018, andaram a pensar que não havia pobreza na Região, demoraram seis anos a delinear uma estratégia para 2028, 2028 e entraram em 2012, com o Sr. Deputado Vasco Cordeiro ao leme.

E, então devo dizer o que é que faz parte da Estratégia Regional para o Combate à Pobreza e que continua? Criação de novas vagas em creche, estava na Estratégia, continua na Estratégia, novas vagas em CAO, estava na Estratégia continua na Estratégia, aquisição de viaturas para as IPSS, estava na Estratégia, continua na Estratégia, criação de pontos de estudo, estava na Estratégia, continua na Estratégia. Sabe o que é que trouxemos de novo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro? Creches gratuitas para todos, este Governo, está na Estratégia, Programa Idosos em Casa está na Estratégia, foi este Governo...

Deputado Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... Bolsas de Estudo para famílias carenciadas, está na Estratégia, foi este Governo, formação para as famílias beneficiárias de RSI, está na Estratégia, foi este Governo que implementou e devo dizer, por isso que há muita novidade que foi introduzida por este Governo, este Governo não está de mãos atadas nem olhar para o passado e está efetivamente a olhar para o futuro. Fico por aqui, muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação, faça favor, Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Quero só começar por saudar o Bloco de Esquerda por nos dar oportunidade de combatermos a desinformação que tem vindo à luz nos últimos dias e passo a explicar porquê, em primeiro lugar no que concerne aos indicadores da educação, porque importa fazermos a referência a longo prazo, aliás, como o Sr. Deputado António Lima muito bem expressou, sendo que nessa análise a longo prazo, também estamos a corresponder ao desiderato que nos foi deixado por todos os partidos políticos nas reuniões que fizemos para a preparação da Estratégia de Educação para a década. Para além disso, também não faz sentido algum que estejamos unicamente a fazer comparativo com um ano que foi o ano de pandemia, que é considerado por todos unanimemente a nível do país, como um ano absolutamente atípico, e, dito isto, aquilo que quero frisar é que este Governo, por comparação com os últimos dez anos, à exceção da pandemia, em todos os indicadores de educação, têm os melhores resultados da década.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Abandono escolar precoce que não é taxa de retenção, abandono escolar precoce, estamos em 26,5 por comparação com o último ano do Partido Socialista, ...

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: O último ano foi 23. Diga as coisas como elas são.

A Oradora: ... que era 27, os melhores dados de todos.

Taxa de retenção e desistência, também se retirarmos os dados, estão aqui, está aqui, Sr. Deputado, se retirarmos os dados do ano da pandemia, conseguimos ver retenção sempre a descer.

Transição, se retirarmos um ano da pandemia em todos os ciclos e níveis de ensino, estamos sempre a progredir e, portanto, é com muito orgulho que digo que fora o ano da pandemia, nós temos os melhores resultados da década.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Aqui tem sido falado neste assunto tão vago e tão abstratos, várias coisas, uma que se falou foi dos sem abrigo, e bem, ali a Sra. Deputada Vera Pires, levantou a questão, e bem, eu recomendava, por exemplo, fossem a São Roque de Ponta Delgada, falar com eu chamo-lhe o Prof. Gilberto do Centro Social e Paroquial de São Roque, que tem feito um trabalho bastante interessante nesta área e que tem uma casa do Estado, uma casa do Governo no lado de cima do Centro Social, que podia muito bem ser aproveitada para poder acudir outros casos desses gritantes, Sr. Vice-Presidente se tomar nota, se fizer favor, existe uma casa disponível para tal, para nós podermos fazer um trabalho e já agora, recomendava uma visita lá, há um trabalho muito bom, olha até dou um testemunho pessoal de uma pessoa que lá vi, que não era propriamente um sem abrigo, mas era uma pessoa, uma Sra. que andava um pouco pelas ruas, quase sem abrigo e não reconheci a Sra. tão bem tratada que estava e tão feliz que estava e fiquei feliz, a Maria, beijinho para Maria, fiquei feliz de ver aquela pessoa assim.

Mas, era apenas um aparte e gostaria de falar de um outro tema, daqueles que são os esquecidos, muitas vezes, nós todos, “mea” culpa também, daqueles que nós às vezes não nos lembramos porque não passamos a dificuldade, não vou aqui entrar no passa culpa porque eu acho que tanto no Governo Socialista como no Governo atual tem-se feito alguma coisa neste sentido, eu falo dos cidadãos portadores de deficiência e suas famílias, uma preocupação que nós temos manifestado, ainda a semana passada, em requerimento, que tem a ver não só com estes cidadãos, e, cada vez temos que intensificar mais inclusão no mundo do trabalho, na sociedade, nas escolas, mas também dos seus cuidadores e alguns deles acabam por ser puxados para baixo naquilo que é pobreza, porque obrigam-se a ficar em casa, obrigam-se a cuidar, obrigam-se a ter que cuidar de quem é familiar e que tem uma condição que nós não desejamos para nenhum de nós. Aqui deixo o alerta ao Governo Regional, para cada vez mais pensemos neles, cada vez mais consigamos ter caminhos, ter desafios, um desafio que nós temos que colocar a todos nós para que estas pessoas cada vez mais estejam incluídas e que os seus familiares vejam que a sua missão, que não é fácil, não seja um calvário, mas sim apenas uma missão, uma missão mais facilitada, é este também o papel de nós todos, cuidar daqueles que, infelizmente, às vezes não conseguem cuidar de si, quer sejam os idosos, mas neste caso, gostaria mesmo de falar do cidadão deficiente e das suas famílias.

Apenas esse alerta, Sr. Vice-Presidente que tem a pasta e sei que tem trabalhado nessa área e peço-lhe e desafio-o para que trabalhemos ainda mais e também, ali, a Sra. Secretária do Emprego, que nós consigamos cada vez mais incluir o cidadão deficiente e há tão bons exemplos de pessoas que estão muito bem integrados no mundo do trabalho, é a nossa função é a nossa obrigação, muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começo por dizer ao Sr. Deputado Rui Martins, do CDS, que, não é, só e apenas, o complemento regional ao salário mínimo, que é importante, também é, e não falei apenas dele, falei na necessidade de nós termos uma economia que não pague apenas a quase 40% dos açorianos o salário mínimo e que, infelizmente, é a única forma, nesta Região de se aumentar salários é aumentando o salário mínimo e isso é que é dramático, isso é que é dramático, porque esse sim é um dos fatores que levam a que nós tenhamos 25,1% da população que é pobre, esse é um dos problemas.

E quando o Sr. vem lembrar a política do BCE que está a aumentar os juros, por alguma razão, aquilo que o Sr. dá a entender é que concorda que com essa política, que concorda que as pessoas fiquem mais pobres.

Deputado Rui Martins: Não, a sua proposta é que concorda!

O Orador: Porque a diminuição da procura agregada que se pretende, esse chavão, isso a única coisa que quer dizer é que as pessoas têm que ficar com menos poder de compra e tem que ficar mais pobres e que a pobreza tem que aumentar, por isso, o Sr. estava a contrapor com aquilo que dissemos a política do BCE, bem, pelos vistos, concorda. Relativamente à habitação e aos ao problema dos sem abrigo, eu não ouvi perante um estudo novo e uma realidade que conhecíamos, mas não conhecíamos com a dimensão que hoje conhecemos, aquilo que vemos é que o Governo não tem propostas, ...

Vice-Presidente do Governo: Ó senhor não diga isso!

O Orador: ... não tem soluções, não apresenta e pouco fala delas, nem quer falar e isso é dramático.

Relativamente à educação, Sra. Secretária, bem, se nós retirarmos o ano de 2021, fica tudo muito melhor, mas a verdade é que ela existe e fazer contas retirando um ano como 2021 e procurar tapar o sol com a peneira, é preocupante porque esse problema existe, existe e o Governo, acha que o que deve fazer é celebrar os bons resultados e ignorar os maus resultados, muito mal vai esse Governo!

Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Não pode é pedir que se ignorem os resultados.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Sra. Deputada Ana Luís, faça o favor, tem a palavra.

(*) Deputada Ana Luis (PS): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Vice-Presidente, na sua intervenção inicial, utilizou duas frases que eu gostaria de aqui voltar a utilizar também, a primeira: contextualizar o passado, pois nós não temos feito outra coisa, o que verificamos é que nos principais indicadores de pobreza e exclusão social, os dados referentes a 2022 são uma total inversão do caminho que estávamos a percorrer e, aliás, quem até ainda há muito pouco tempo, disse o contrário...

Vice-Presidente do Governo: Isso é mentira. A senhora é mentirosa. A senhora, mente!!

A Oradora: ... acusando-nos e até cito “de manipulação, grosseira e despudorada dos dados”, hoje nada disse, com certeza porque sabem que estávamos a analisar dados de 2022 e não a avaliação de 2020 e 21 e infelizmente, em todos os parâmetros, mesmo na taxa de risco de pobreza após transferências sociais, infelizmente os Açores crescem.

Deputado Paulo Estêvão: Não é verdade!

A Oradora: E o Sr. Vice-Presidente também falou de rigor e responsabilidade, pois bem, Sr. Vice-Presidente, as circunstâncias externas, neste caso em particular, não podem ser invocadas, porque o país e as regiões, quando consideradas individualmente, veem todos os parâmetros diminuir, enquanto nos Açores, e mais uma vez digo, infelizmente, aumenta, ...

Deputado Paulo Estêvão: Não é verdade!

A Oradora: ... e não, Sr. Vice-Presidente, nós não nos congratulamos, ...

Vice-Presidente do Governo: Congratulam-se sim. A senhora está contente.

A Oradora: ... obviamente, com estes dados e com esta inversão do caminho que estava a ser percorrido, mas ela é uma realidade.

E, é também injusta a crítica que nos fazem, que não reconhecemos no nosso percurso os erros, tenho-o feito muitas vezes nas minhas intervenções e é também injusta a crítica que não reconhecemos na ação deste Governo medidas positivas, é claro que elas também existem e por isso é que, tendo em conta o passado e com o rigor...

Vice-Presidente do Governo: Diga lá quais são?

A Oradora: ... e responsabilidade que temos adotado nas nossas intervenções, temos alertado, criticado e proposto, porque quer outrora no Governo, quer agora na oposição o que nos move é o desenvolvimento da nossa Terra e o bem-estar dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Agora, os partidos que suportam este Governo é que não saem do passado, esquecem-se das responsabilidades que hoje têm, como Governo desta Região e, ao invés, V. Exas., sim, de apresentarem medidas concretas de apoio às famílias e empresas, preferem continuar a criticar o Partido Socialista, com uma oposição responsável e, se quisermos, até voltar ao tempo da pandemia desde 2021, que temos vindo a alertar e a apresentar medidas, em relação à conjuntura atual desde maio do ano passado, que temos vindo a alertar e a apresentar medidas, quando agora, em janeiro último, o Partido Socialista, face aos dados conhecidos referentes à taxa de pobreza e exclusão social, criticou o Governo por falta de estratégia e não ter uma visão integrada das políticas públicas e apresentou medidas concretas para ultrapassar essa situação, o Governo nada fez e quando, em fevereiro, o Presidente do CESA e especialistas desta área vieram dar razão ao Partido Socialista,...

Deputado Paulo Estêvão: Exatamente o contrário!

A Oradora: ...corroborando as nossas chamadas de atenção e criticando este Governo por ter abandonado a Estratégia de Combate à Pobreza e alertando para o agravamento da mesma e da exclusão social nos Açores, o Governo continuou sem fazer nada...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A senhora está a mentir! A Estratégia Contra a Pobreza não foi abandonada!

A Oradora: ... e Sr. Vice-Presidente, eu não estou a mentir e o Sr. sabe que eu não minto, a Estratégia de Combate à Pobreza, foi abandonada, sim, porque senão onde é que estão os planos de ação bianuais? O último que se conhece é de 2018/2019, se a Estratégia não está abandonada e se os planos de ação eram bianuais, tal como consta da estratégia, onde é que eles estão?

Quando a 3 de fevereiro, o Partido Socialista lamentou que o Governo é incapaz de responder aos problemas das famílias e das empresas, assim como se tem demonstrado incapaz de executar os fundos comunitários que tem ao seu dispor, apresentando medidas concretas para fazer face a esta situação difícil, um Governo com maior volume de verbas disponíveis de sempre é também o Governo que menos faz e não somos só nós que o dizemos, a 5 de fevereiro o Presidente da Federação Agrícola veio pôr em causa o endividamento zero da Região, numa altura em que o investimento Público pode consistir uma verdadeira alavanca...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... para toda a economia...

Deputado Paulo Estêvão: Ah ainda quer mais endividamento?!

A Oradora: ... e em 8 de fevereiro, também a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, alertou para os impactos significativos na atividade das empresas resultantes do aumento da energia. Todas estas pessoas, instituições estão erradas? Ou os Srs. na cegueira...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A senhora está há muito tempo errada!

A Oradora: ... de quererem criticar o Partido Socialista também deixaram de ouvir os parceiros sociais?

Os dados são evidentes, públicos e inegáveis de que se divergiu do caminho que os Açores estavam a trilhar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: E a verdade é que este é um Governo que lida mal com a crítica, ...

Deputado Paulo Estêvão: Logo a Sra. Deputada!

A Oradora: ... um Governo demasiado preocupado em assegurar a sua sobrevivência política, um Governo demasiado ocupado em lidar com tantos egos e sede de protagonismo, um Governo que se esqueceu do que é verdadeiramente importante, do desenvolvimento dos Açores e do bem-estar dos açorianos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo: É a economia do carro elétrico.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio, faça favor.

(* Deputada Nídia Inácio (PSD): Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Em dois anos de governação, este Governo da coligação tem desempenhado um trabalho eficiente na procura de criar soluções para resolver os problemas das pessoas, das famílias e das empresas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Não tem sido fácil, pois este Governo vê-se a braços com uma crise pandémica, vê-se a braços com uma guerra aberta em território europeu, vê-se a braços com uma crise inflacionária, como já não se via há uma dezena de anos, vê-se a braços com uma oposição de esquerda destrutiva e tóxica.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Que não é capaz de enaltecer o bom que tem sido feito por esta governação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Os açorianos beneficiam do Plano e Orçamento para 2023 com mais forte pendor social da história da autonomia, a par dos impostos mais baixos do país.

São cerca de 140 milhões de euros de impostos em 3 anos que ficaram no orçamento das famílias.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Com este Governo, os açorianos beneficiam de um programa de apoio à natalidade *Nascer Mais*.

Com este Governo, os açorianos beneficiam de creches gratuitas para todos através de um regime de isenção para todos os escalões, assim como das AMAS gratuitas.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Com este Governo, os açorianos beneficiam de um complemento regional de abono de família de mais de 15%, num aumento sem precedentes.

Com este Governo, os nossos jovens que pretendam ingressar no ensino superior sabem que podem contar com o programa de apoio ao pagamento de propinas e com o programa de pagamento de bolsas de estudo.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Com este governo, as famílias mais vulneráveis sabem que podem contar com a ajuda no cabaz alimentar no âmbito do Fundo de Auxílio Europeu às pessoas mais carenciadas, FEAD.

Deputado Bruto da Costa: É verdade!

A Oradora: Tendo o Governo lançado o concurso para fornecimento de bens alimentares de primeira necessidade no passado mês de agosto, com um preço base de mais de 3 milhões de euros.

Com este Governo, as famílias que procuram o acesso à habitação social e à habitação a custos controlados sabem que podem contar com um Governo Regional que em dois anos já investiu mais de 30 milhões de euros no parque habitacional da Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Como são exemplos, o Bairro Nossa Sra. de Fátima, o Bairro da Terra Chã, o empreendimento detrás dos Mosteiros ou de Santa Clara.

Deputado Carlos Silva (PS): Detrás dos Mosteiros está igual!

A Oradora: Com este Governo, os mais idosos sabem que podem beneficiar do complemento regional de pensão, com valores mais dignos, num aumento de cerca do dobro do relativo ao ano anterior, quem hoje beneficia do cheque pequenino, relativa à pensão pequenina de 221 euros, fica com um aumento muito perto dos 100 euros de complemento, uma mudança de paradigma...

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

A Oradora: ... ao que antes acontecia, pois, este complemento esteve congelado em toda a legislatura anterior.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Com este Governo, os mais idosos sabem que podem beneficiar do COMPAMID, com menos burocracia e mais valor afeto. Mais, com este Governo, os mais idosos beneficiam de um programa inovador para o envelhecimento ativo designado o Programa Novos Idosos.

Com este Governo as Instituições Particulares de Solidariedade Social veem o financiamento do seu contrato de cooperação, valor cliente reforçado, como há muito não acontecia.

Ainda ontem foi anunciado um reforço do financiamento das unidades de cuidados continuados integrados da Região, de mais de 11% para as unidades de média duração e reabilitação e de mais de 20% para as unidades de longa duração e manutenção.

Deputado Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: São os apoios sociais deste Governo Regional de coligação que estão a reduzir a pobreza nos Açores.

Deputada Andreia Costa: A senhora sabe que isso é mentira!

A Oradora: Através de uma política de proximidade atenta e adequada às necessidades das pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a pobreza e a exclusão social são problemas estruturais na nossa Região por demais sérios para serem retirados dividendos políticos.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ao contrário de certos partidos que enquanto estavam no poder, gastavam centenas de milhares de euros do erário público para comemorar a pobreza, hoje os açorianos sabem que podem contar com o Governo Regional sustentado em três forças partidárias, unidas com o propósito de dar condições sociais, económicas e financeiras às famílias e empresas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Sem que tenham de estar de mão estendida. Há mais de quatro meses consecutivos o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção nos Açores manteve-se a abaixo das 10 mil pessoas, um cenário que já não acontecia desde 2004.

Em fevereiro de 2018, os Açores tinham mais de 19 mil beneficiários, entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022, o número de beneficiários passou de 14 mil 344 para 9 mil 679 beneficiários.

Meus Srs., naturalmente, todos sabemos que o combate à pobreza...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porque é que falam em 2018 e não falam em 2020?

A Oradora: ... é um processo longo e exigente e de muita persistência que não se compadece com imediatismos, importa, pois desde a primeira hora, garantir que todos, incluindo as crianças de ambientes mais vulneráveis, tenham acesso a serviços públicos de qualidade e promotores de um desenvolvimento saudável, equilibrado e potenciador das suas capacidades, não sou eu que o digo, são palavras da anterior Secretária Regional, com a tutela da Solidariedade Social, agora, Deputada desta Casa e convertida ao imediatismo que tanto criticava no passado.

Vice-Presidente do Governo: Muito bem! Esqueceu-se!

A Oradora: Saibamos agora, como então, ser consequentes na nossa ação, saibamos todos estar unidos e confiantes nesta função de bem servir a população, disse.

Deputado Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(* Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Tenho que vir a debate, porque obviamente, a Sra. Deputada Ana Luís, quando vem falar de habitação...

Deputada Ana Luís (PS): Habitação? Mas eu não falei de habitação!

O Orador: ... devia de olhar mesmo para o passado e devia olhar para o histórico, devia olhar para o histórico.

De 2012 a 2008 menos uma casa por ano por ilha, esse foi o investimento, é o seu legado e isso contribui e muito, para aquilo que se vive hoje na Região.

Relativamente às questões da pobreza e àquilo que fala dos planos de ação bianuais, então vamos dizer, Sra. Deputada Andreia Cardoso, vem dizer que este Governo quer deitar por terra o que durou anos e décadas a conquistar, é isto que diz, 2018 índice de Gini - Portugal tinha 31,2, os Açores também não estavam a convergir 37,6, pronto não estavam a convergir, depois devo-lhe dizer quais é que são então as medidas do plano de ação bianuais que a Sra. Deputada Ana Luís vem aqui falar, eu devo dizer uma coisa, para já, eram tudo medidas que não estão quantificadas no plano, não havia orçamento para nada disto...

Deputada Andreia Costa: Havia sim senhor!

O Orador: ... e depois as medidas eram, é isto que está a fazer falta de combate à pobreza, não é? Implementar o projeto domicílios e carros 100% livres de fumo, é isto que está a faltar, não é? Organização de campos de férias, é isto que está a faltar também? o que é que está mais a faltar? Promover atividades conjuntas entre pais e filhos de partilha de momentos de leitura e conteúdos digitais, é isto que está a faltar na Estratégia contra a Pobreza, Sra. Deputada?

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e do Vice-Presidente do Governo)

O Orador: Vou-lhe dar, vou lhe dar um último dado, Sra. Deputada, combater a pobreza.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Termino já Sr. Presidente. Combater a pobreza e o papel deste Governo contra o papel do seu Governo, vou-lhe dar só um dado: creches gratuitas.

Deputada Ana Luís (PS): É uma boa medida, nunca disse o contrário!

O Orador: Sabe qual era o investimento nas creches do Partido Socialista? 160 mil euros, sabe qual é o investimento deste Governo Regional, 3,5 milhões de euros. Acho que está respondido.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem que, esgotar o tempo.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Eu não ouvi o seu aparte, Sr. Presidente...

Vice-Presidente do Governo: Não percas tempo!

O Orador: ... e, não posso gastar mais tempo, bom, mas o quero dizer é que em relação à Sra., eu não posso, não posso deixar de responder à Sra. Deputada Ana Luís, que muitos açorianos só reconheceram a sua voz de há dois anos para cá, que ainda não conheciam, principalmente aqueles que não são da ilha do Faial, porque do ponto de vista da intervenção social, do ponto de vista da intervenção política, ela pura e simplesmente não existiu.

Deputada Ana Luis (PS): E porque é que não existiu, Sr. Deputado?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ouça!

O Orador: Mas Sra. Deputada, eu quero-lhe dizer o seguinte, Sra. Deputada, todos nós sabemos o ponto de vista da habitação, qual foi o seu legado no âmbito da SPRHI e das dívidas que lá ficaram, nós temos essa referência, nós temos com certeza esses dados e essa é uma responsabilidade política de V. Exa. e também temos, Sra. Deputada, uma

discordância profunda em relação à dívida, a Sra. Deputada acabou de dizer que agora é que era ocasião de fazer mais dívida, ou seja, prosseguir as políticas que o Partido Socialista realizou ao longo de todos estes anos, deixando a Região muitíssimo endividada porque é sempre o momento de fazer dívida, eu pergunto-vos ao longo dos 24 anos e agora os 2 anos que passaram, qual é o momento em que não se deve fazer dívida? Porque para V. Exas. é sempre o ano em que deve ser feita mais dívida e mais dívida e mais dívida, isso resolveu alguma coisa?

Deputada Ana Luís (PS): Resolveu tanta coisa, Senhor Deputado!

Deputada Ana Luís (PS): As casas que as pessoas têm é que responde a isso!

O Orador: Não resolveu e é por isso que nós estamos agora a discutir...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... e Sr. Presidente, acabo, reparei agora que já concluí o meu tempo, dizer, Sra. Deputada que essa não é a estratégia, não nos levou a sítio nenhum, levou-nos foi a deixar V. Exas., deixaram uma das Regiões mais pobres da Europa, mais desiguais da Europa, é um rumo que a coligação neste momento está a inverter, e, este debate demonstrou isso, os Srs. não têm estratégia, a nossa estratégia está a resultar e está a inverter os péssimos resultados que V. Exas. deixaram.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e do Vice-Presidente do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, o PPM esgotou o seu tempo. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Vice-Presidente do Governo, faz favor.

(* Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É sempre bom contextualizar. Sra. Deputada Ana Luís, o passado e reconhecer os erros é um sinal de humildade que a Sra. não tem, ...

Deputado José Ávila (PS): Não, o senhor é que tem!

Deputada Ana Luis (PS): Não é justa essa sua crítica!

O Orador: ... a Sra. Deputada Andreia Cardoso não tem e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não tem. Olhe, o pior e taxa de risco de pobreza após transferências sociais 31,8% 2018 no Governo de Vasco Cordeiro.

Deputada Ana Luís (PS): E quanto é que era em 2017?

O Orador: O pior índice de desigualdade da história da autonomia, desde que há números, 37,9 no Governo de Vasco Cordeiro em 2017. Portanto, pelo menos podiam pedir desculpa aos açorianos.

Deputada Ana Luís (PS): A gente tem de ver é o ponto de partida e onde estamos.

O Orador: A Sra. tinha em 2005 37% e tinha em 2017 37.9, é de onde a Sra. partiu e onde a Sra. está, 37.9, devia pedir desculpa aos açorianos, Sra. Deputada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Devia pedir desculpa do enredo e do enriço que a Sra. deixou na SPRHI, mais do que a dívida da sua responsabilidade direta, a Sra. já se ri, porque a desfaçatez já chegou a esse ponto.

Deputada Ana Luis: Não é desfaçatez!

O Orador: Mas a Sra. devia pedir desculpa aos açorianos...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Vice-Presidente.

O Orador: ... e aos faialenses, eu vou terminar, Sr. Presidente, devia pedir desculpa disso, Sra. Deputada, é ter a humildade de pedir desculpa é um sinal de grandeza e não de fraqueza, e eu terei humildade de o pedir no final da legislatura, se nós não conseguirmos, seremos julgados e cá estarei eu, ao contrário dos Srs. que querem fazer tábua rasa do seu passado, iludindo os açorianos e não olham a meios para atingir fins para chegarem ao poder.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É isso que a Sra. quer e os seus Camaradas.

E, para terminar, aos mil e duzentos milhões de dívida que os Srs. nos deixaram, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Até no valor o Senhor está errado! Nem é esse valor!

O Orador: ... ainda é preciso acrescentar os 150 milhões de dívida dos hospitais, do Sistema Regional de Saúde, atualmente, são mil trezentos e cinquenta milhões de dívida que, nós temos que pagar e os Srs. nos deixaram e isso daria para fazer muita casa e combater muita pobreza, não criar pobreza, combater pobreza. Muito obrigado. *(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Sra. Deputada Ana Luís pede a palavra para um protesto, tem a palavra.

(* **Deputada Ana Luis (PS):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O protesto, foi claramente, à expressão que o Sr. Vice-Presidente utilizou em relação à minha pessoa de falta de humildade e desfaçatez e de que até eu estaria a gozar com aquilo que o Sr. disse.

Antes de mais, o Sr. sabe perfeitamente que a eu não gozaria com nenhuma intervenção sua, eu tenho muito orgulho no meu passado profissional e em todas as áreas em que tive intervenção pública e política fi-lo com um objetivo, tenho perfeita consciência e sou humilde o suficiente para reconhecer que de certeza absoluta, ainda bem, porque sou humana, que cometi muitos erros, sou capaz de os admitir, mas também sei que, no caso concreto da SPRHI, muita coisa boa foi feita, nomeadamente a reconstrução do sismo de 1998 na ilha do Faial e do Pico e de São Jorge, mas Sr. Vice-Presidente, o que eu lamento mais é que a crítica e a pessoalização da crítica e a tentativa de rebaixar as outras pessoas, daquilo que é um debate político sério,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Partido Socialista a dizer isso!

A Oradora: ... sobre um assunto sério, que nos preocupa ou devia preocupar a todos, seja a forma como o Governo e os partidos que suportam este Governo utilizaram para esconder aquilo que efetivamente não fizeram, não monitorizaram nem reavaliaram a agenda para habitação, não tem medidas de apoio às famílias nesta situação do aumento das taxas de juro, não tem ideias para o problema demográfico das nossas ilhas, a não ser

um cheque que se gasta nas farmácias, utilizam os dados. É um protesto porque o Sr. Vice-Presidente acusou-me de estar a gozar com aquilo que era a intervenção, e, eu estou a dizer que a crítica em relação a estes assuntos não é uma ofensa pessoal, é uma crítica política e legítima, porque é aqui que nós podemos fazê-la e, ao contrário que eu estou a tentar dizer, é que, ao invés de combater e debater a crítica, o que foi feito aqui foi o ataque pessoal àqueles que intervieram neste debate e dizia eu aquilo que o Governo e os partidos que o suportam fizeram neste debate foi utilizar os números como a Sra. Secretária da Educação ainda há pouco, à medida do que dá jeito...

Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais: Dá jeito há uma década.

A Oradora: ... e para defenderem aquilo que querem e isso Sr. Vice-Presidente, eu não fiz neste debate, não ataquei ninguém pessoalmente, critiquei com a legitimidade que tenho por estar aqui sentada na oposição e, como já referi em várias intervenções que fiz, é com esta responsabilidade que tenho que o vou continuar a fazer, quer o Sr. goste quer não goste...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: ... e efetivamente Sr. Vice-Presidente, o passado é algo que faz parte da nossa existência e, portanto, os erros fazem parte, as coisas boas fazem parte, agora nós não podemos querer é transformar a crítica reiteradamente que foi feita hoje aqui e noutros debates no passado...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... às pessoas, colocando-as em posições que, obviamente este não é o espaço nem o momento para as debater e é isso que lamento, Sr. Vice-Presidente, o que era importante hoje neste debate sobre a pobreza, era falarmos da pobreza e do problema das nossas famílias e das nossas empresas, e isso o Sr. também não foi capaz de fazer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Vice-Presidente, tem direito a um contraprotesto, faça favor, tem a palavra, tem dois minutos.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Fazer-se de vítima, vitimizar-se, comigo não colhe, Sra. Deputada. **Deputada Ana Luís** (*PS*): O Senhor sabe que eu nunca precisei de me fazer de vítima, felizmente!

O Orador: E, portanto, comigo não colhe vir-se fazer de vítima, comigo colhia seriedade política, coisa que não apresentou aqui V. Exa., porque se tivesse apresentado, sabia perfeitamente que nos seus argumentos do passado, que a Sra., a Sra. Deputada Andreia Cardoso, aqui usaram que a pobreza, que a Estratégia está, a Estratégia não acabou, Sr. Deputada, a Estratégia está em vigor, está a ser avaliada pela Universidade de Coimbra pelo Centro de Estudos Sociais, porque medidas como o carro sem fumo, não tem nada a ver com a pobreza e outras medidas patéticas...

Deputada Ana Luís: Isso é que é educação, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... que lá tem e estamos a avaliá-la medida a medida, dizem, assim, aí conseguimos o índice, eu posso acabar, Sra., eu interrompi-a?

Deputada Ana Luís (*PS*): Várias vezes!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Várias vezes!

O Orador: E, portanto, o que a Sra. deixa é este seu ar de desprezo para com os açorianos, deixou índices de pobreza lamentáveis, 37.9 índice de Gini, 31.8 a taxa de risco de pobreza. Sra. Deputada, devia envergonhá-la, envergonha-me a mim e a todos, Sra. Deputada.

Mas, a Sra. não quis ouvir o que eu lhe disse dali de cima, não quis ouvir, eu disse e enumerei todas as medidas deste Governo.

Na infância Sra. Deputada, quem são os mais frágeis, as crianças e os idosos, na infância aumentamos das creches gratuitas que, aliás, foi proposta minha neste Parlamento...

Deputada Ana Luís (*PS*): E que é uma boa medida!

O Orador: ... e aprovada pelo Partido Socialista, 167 mil euros, porque os Srs. a mim me disseram que era muito, alargar mais os escalões das creches, Sra. Deputada, que era muito, quando eu vim a descobrir.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: ..., quando vim para este lado, que era apenas 160 mil euros que os Srs. gastaram, nós agora investimos 3 milhões e meio nas creches, como no cheque pequenino, Sra. Deputada, que as Sras. congelaram durante 4 anos em 54 euros, agora em 97 euros...

Deputado Carlos Silva (PS): Falta a Tarifa Açores

O Orador: ... como no COMPAMID, que as Sras. deixavam 1 milhão ponto 2 de euros, nós agora vamos investir 6 milhões de euros.

Deputado Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Isso não é combater a pobreza, Sra. Deputada Ana Luís? Queria que nós em dois anos fizéssemos o que a Sra. e o seu Governo não foram capazes de fazerem 24?

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Era isso, queria agora medidas repentistas e imediatistas, só quem é desonesto politicamente pode exigir de um Governo que tem dois anos de vida que tenha combatido a pobreza, que tenha diminuído a pobreza perante um cenário da COVID, herdamos em 2021 e de uma guerra que temos agora em 22 e digo-lhe mais, Sra. Deputada...

Presidente: Sr. Vice-Presidente, tem que terminar.

O Orador: Então termino, Sr. Presidente, muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar, concluindo este debate, a primeira conclusão óbvia a que se chega, é que há um Governo nesta Região que está profundamente obcecado com o passado, é um Governo que não está preocupado com o aumento da pobreza em 2021.

Deputado Nuno Barata (IL): Tem razão!

O Orador: Sacode todas as responsabilidades para o passado, não está preocupado com o aumento das desigualdades, como demonstram os indicadores de 2021.

Não está preocupado com as condições de vida dos açorianos, nem com o problema da habitação, nem com o problema do brutal aumento do custo de vida, aliás, como se vê pela ausência de medidas imediatas que se exigem neste momento.

A preocupação do Governo, que passou estas três horas de debate, é com o passado e é com o Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esse discurso é do ano passado!

O Orador: Bem, nós não precisamos de um Governo com estas prioridades, felizmente, há na oposição quem preocupe-se com o presente e preocupe-se com o futuro, ao contrário do Governo e da coligação, que se preocupa a exigir que haja controlo de preços para mitigar os efeitos da inflação, que se preocupa a exigir que haja habitação, respostas da habitação urgentes...

Vice-Presidente do Governo: Isso é o Robles.

O Orador: ... de habitação pública para efetivamente intervir no mercado de arrendamento, que haja aumento de salários e que haja acima de tudo, um novo modelo económico que não reproduza a pobreza como este faz e uma oposição que não desvaloriza nem aquilo que está bem nem procura apagar anos do retrato da estatística, como o Governo fez neste debate.

E, na verdade, nós não vamos lá, os Açores não vão lá com um Governo que está mais preocupado com o passado e com a sua sobrevivência política...

Deputado Rodolfo Franca: Ora aí está!

O Orador: ... perante as suas guerras permanentes, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... do que com o futuro dos açorianos, e, efetivamente é um Governo que, para além disso, acha que haver 37% dos açorianos que ganham o salário mínimo já é bem bom, como referiu o Sr. Vice-Presidente em aparte.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Isso é falso!

O Orador: Esta é a realidade que os açorianos estão a sentir cada vez mais dificuldades e um Governo que só governa para si e para os partidos que o compõem e não governa para resolver os problemas das pessoas.

Este é o drama que nós sentimos e o que os açorianos sentem neste momento, mas efetivamente, felizmente, há alternativas e há na oposição e há no Bloco de Esquerda, um modelo económico diferente e medidas urgentes muito diferentes do que este Governo tem feito. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Está encerrado este debate. Sr. Deputado Paulo Estevão, faça o favor, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, é para chamar a atenção do algo que está a acontecer recorrentemente, que é no caso dos protestos, no caso da defesa da honra, estão a ser contabilizados nos tempos globais dos partidos e também do governo regional e depois aparecem ali os tais 4 minutos a mais do governo regional ou do Partido Socialista, 3 minutos que de facto não foi assim, e, portanto, eu pedia que se fosse feita essa correção que não fossem contabilizados nos tempos globais dos partidos e do governo os tempos que foram utilizados no âmbito dos protesto, contraprotostos, da defesa da honra e outras figuras regimentais.

Presidente: Eu penso, Sr. Deputado, sem certezas, que nesta figura regimental os protestos são contabilizados no tempo global, penso que sim, mas podemos acertar isso depois.

Vamos avançando, o ponto 2. da nossa Agenda será tratado na manhã de amanhã, conforme deliberado pela Conferência de Líderes. Avançamos para o ponto 3.,4. e 5., também foi deliberado pela Conferência de Líderes que seriam debatidos em conjunto.

Então estamos a falar do ponto 3. - **Anteproposta de Lei n.º 11/XII – “Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do Subsídio Social de Mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas”**, uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O ponto n.º 4. é a **Anteproposta de Lei n.º 12/XII – “Estabelece a uniformização e descentralização do Subsídio Social de Mobilidade das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira”**, uma iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

O ponto n.º 5 - **Projeto de Resolução n.º 120/XII – “Recomenda ao Governo Regional a intervenção na República pelo fim da burocracia no Subsídio Social de Mobilidade nos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do CHEGA.

Os tempos para este debate, o Partido Socialista, o Governo, o CHEGA e o BE têm 22 minutos, o PSD 20 minutos, o CDS-PP 14 minutos, o PPM 12 minutos, o IL e o PAN 10 minutos, o Sr. Deputado Independente sendo proponente dispõe de 11 minutos, ao que são acrescidos a estes tempos, por serem debates com várias iniciativas, 8 minutos para todos os grupos e representações parlamentares e ao Sr. Deputado Independente é acrescentado 4 minutos.

Para iniciar e para a apresentação da Anteproposta de Lei n.º 11, da autoria do Bloco de Esquerda dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O subsídio social de mobilidade, criado pelo Decreto-Lei n.º 41/2015 de 24 de março destina-se aos passageiros residentes e residentes equiparados na Região Autónoma dos Açores, bem como aos passageiros estudantes.

Esta medida foi criada na sequência da supressão das obrigações modificadas de serviço público para as ligações aéreas entre os Açores e o Continente e entre os Açores e a Madeira, existindo também entre o mesmo mecanismo para as viagens de residentes entre a Região Autónoma da Madeira e o Continente, embora regulado por outro Decreto-Lei.

O procedimento estabelecido assenta no reembolso aos passageiros, o que não só implica que estes adiantem o pagamento das viagens, como também, os sujeita a um processo demorado e burocrático, com a apresentação de uma panóplia de documentos para comprovarem a sua qualidade de beneficiários a cada viagem que realizem.

O mecanismo obriga ainda a que os passageiros beneficiários adiantem o valor total da viagem, sendo reembolsados do valor do subsídio apenas após a realização da viagem.

Os adiantamentos podem chegar a muitas centenas de euros por passageiro o que limita e pode mesmo colocar em causa o direito à mobilidade entre a Região e o Continente e entre a Região e a Madeira.

Muitas famílias não têm, 500, 1000 ou 2000 euros para adiantar quando necessitam de realizar uma viagem. E estes valores podem ser ultrapassados em muito se estivermos a falar de uma família com vários elementos.

Percebe-se a necessidade de comprovar a realização efetiva da viagem.

Mas tal desiderato pode ser atingido de outra forma, permitindo a dedução direta do valor do subsídio ao bilhete pela transportadora aérea que é reembolsada desse montante pelo Estado, através da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Desta forma garante-se uma maior simplificação da atribuição do subsídio social de mobilidade, aliviando ainda o peso que o sistema de reembolsos representa para os seus beneficiários.

Importa ainda garantir que as taxas de emissão de bilhete, elegíveis para efeitos de reembolso do subsídio social de mobilidade, tenham limites máximos aceitáveis, que propomos estabelecer em 30 euros.

Por diversas vezes esta matéria foi debatida na sociedade açoriana, neste Parlamento e na própria Assembleia da República. É consensual que o sistema atual pode e deve ser melhorado.

No entanto, embora o próprio Governo da República já tenha reconhecido que o modelo precisa de alterações, ele mantém-se inalterado.

Recordo que em março de 2017, o Ministro das Infraestruturas e Planeamento anunciou a criação de um grupo de trabalho para a revisão do Subsídio Social de Mobilidade.

Nenhuma solução, que se saiba, saiu deste grupo de trabalho, no qual participou o Governo Regional.

É fundamental que este Parlamento defina um caminho para a revisão deste modelo perante a inação do Governo da República e do próprio Governo Regional que não tem procurado defender os interesses dos açorianos e açorianas sobre esta matéria junto do Governo da República.

A anteproposta de lei que hoje debatemos, perante interesses contraditórios, interesses dos passageiros e das companhias aéreas, procura proteger o interesse da parte com menos recursos financeiros, a parte com menor poder - o passageiro residente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

É preciso que também fique claro que esta proposta não altera o modelo de transporte aéreo vigente.

Não se trata de impor novas obrigações de serviço público e por isso não é, de modo algum, o equivalente a regressar ao modelo vigente antes de 2015.

É tão somente proteger o passageiro residente, simplificando um modelo com uma burocracia que é inconcebível manter-se em plena década de 20 do século XXI.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Furtado para apresentação da sua iniciativa.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A Anteproposta de Lei que apresentei nesta Casa há uns meses, tem como principal objetivo atenuar os problemas e os constrangimentos que se fazem à implementação do subsídio social de mobilidade.

Como todos sabemos, o subsídio social de mobilidade, por um lado, resolve o problema às pessoas, porque atenua o valor das passagens que muitas vezes é praticado pelas

companhias aéreas, mas, por outro lado, também tem o constrangimento de o valor com que as pessoas são ressarcidas é de difícil execução, constrange as famílias na medida que têm que avançar com o dinheiro para a aquisição inicial dos bilhetes e, por esta forma, torna-se um processo muitas vezes injusto, principalmente para as famílias menos abonadas.

A iniciativa que apresentei também tem um outro objetivo, o objetivo de uniformizar o valor pago entre residentes nos Açores e residentes na Região Autónoma da Madeira.

É lamentável que os subsídios de mobilidade existentes entre os Açores e a Madeira apresentem um diferencial de valor muito expressivo, não podemos esquecer que a Madeira paga aproximadamente 65% do valor que é pago nos Açores, ou seja, enquanto os açorianos pagam o limite estabelecido de 134 euros na Madeira, se não me falha a memória, o valor são 86 euros, portanto, há aqui uma diferenciação que é prejudicial aos residentes nos Açores, residentes e equiparados, que deve ser corrigida.

A iniciativa que apresentei também e procurando manter o modelo atual de liberalização do espaço aéreo, em que permitiu outros preços de aquisição dos bilhetes para os Açores, esta medida que eu apresento, conforme ela está delineada, não causa constrangimento às companhias aéreas, razão pela qual entendo que a implementação dela não trará efeitos nefastos na permanência dessas companhias nos Açores e não terá ainda preços médios, pagos ou preços médios apresentados pelas companhias aéreas para essas ditas viagens.

É exequível e é exequível porque entendi por bem que é importante que o Governo Regional entre também nesse mecanismo, avançando aqui como um parceiro, porque entendo que muitas vezes aquilo que se diz que que, o que é que o nosso país pode fazer por nós, também temos nós que perceber o que é que podemos nós fazer pelo nosso país e concretamente, eu acho que o Governo Regional dos Açores e relativamente ao subsídio social de mobilidade, poderá fazer poderá ser mais ativo na resolução desse problema, criando aqui confiança nas agências de viagens enquanto parceiros nesse modelo que eu defendo no sentido de que as agências de viagens, à imagem do que aquilo que acontece

atualmente com as passagens de 60 euros em que a SATA é reembolsada com regularidade adequada do tal diferencial, também aqui as agências de viagens que se prontificarem a vender os bilhetes de deslocação daqui para o continente, também sejam elas ressarcidas do diferencial com uma regularidade que permita uma tesouraria aceitável às agências de viagens.

Ainda relativamente à iniciativa e, considerando os pareceres escritos que foram feitos, nomeadamente pela SATA, mas também pela ANAC, onde identifica que as outras duas medidas desta natureza, os outros dois diplomas que estão em discussão aqui esta tarde, podem causar constrangimentos, nomeadamente no aumento médio dos preços das viagens para os Açores, mas também na possibilidade de alguns players que atualmente, portanto, fazem ligação Açores/Continente, possam vir a desistir destas rotas caso seja imposto a essas companhias, o modelo que elas não estão vocacionadas para suportar a mecânica inerente à implementação de um mecanismo que permita que o passageiro pague só os mínimos, portanto, aqui trata-se de arranjar uma solução que seja equilibrada, que seja consensual e que com a participação de todos, possa em pouco tempo trazer mais mobilidade às pessoas, mais justiça, principalmente às famílias menos abonadas no sentido da aquisição dessas viagens. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para a apresentação da sua iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sem querer repetir aqui argumentos, obviamente, qualquer açoriano já se apercebeu, não é nenhuma novidade, que há aqui uma injustiça muito grande, há aqui um critério em que nós não nos sentimos parte integrante de um território nacional. E porquê? O modelo que está feito, ou seja, eu pago e depois sou reembolsado nas passagens aéreas, serve a quem tem dinheiro, quem não tem dinheiro, não consegue fazer e disse muito bem o Sr. Deputado, que uma família e é o nosso argumento também, de 4 pessoas, dificilmente

conseguirá pagar esta viagem, aqui também é Portugal! E é bom nós dizermos isso à República, aqui também é Portugal, enquanto não nos nascerem umas asas nas costas, nós não temos outra hipótese de sair daqui, que não seja de avião.

E, assim sendo, esta fatalidade da condição humana, nós não podemos ficar aprisionados nas nossas ilhas, mas também não podemos ter um sistema imperfeito que eu não percebo a quem é que beneficia, porque alguém deve ser, e, até suspeito, que será muito mais favorável para alguns operadores aéreos, porque podem pôr o preço que quiserem e depois o contribuinte irá lhes reembolsar.

Não é certo, não é assim que deve ser, deve ser só 134, só 134, ponto final, pessoa paga e ponto final, não há mais conversa, não há mais desculpa, não há que ir aos CTT, não há que ter que pagar 50 cêntimos para tirar uma fotocópia do cartão de cidadão, não há que esperar numa fila, não há nada.

É um direito que assiste aos açorianos, é uma conquista que a a Autonomia conseguiu, agora feito desta forma, não é para todos os açorianos e nós defendemos que tem que ser para todos os açorianos em igualdade de circunstâncias, seja pobre, seja rico, ter a capacidade de se mover para fora do seu arquipélago, também é certo dentro do seu arquipélago demos um passo muito positivo, e nisto, o CHEGA também deu o seu contributo naquilo que é uma tarifa mais baixa de mobilidade, as coisas são como são e como dizia o outro, são assim mesmo não vale a pena fingir, isto está errado, por alguma razão não se muda, eu não me importa a razão, importa é que se mude, e, depois de mudarmos esta maneira de fazer as coisas, eu penso que vai beneficiar a todos.

Se o Governo da República não quiser, fica ele com esta responsabilidade de tratar mais uma vez mal os Açores, ao Governo Regional dos Açores, cabe a responsabilidade de usar todas as ferramentas e mais alguma para que tal aconteça e também a responsabilidade dos partidos neste sentido, o meu partido, e, através do CHEGA Açores, tem feito a pressão necessária dentro do seu partido para que este seja um tema atual, seja um tema que esteja em cima da mesa, mas nós sabemos quem é que governa Portugal e

quem tem a maioria absoluta, aí desafio também o PS a fazer o seu trabalho, o PS dos Açores, no sentido de pressionar o Governo da República para revertermos esta grande injustiça. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estão apresentadas as três iniciativas. Estão abertas as inscrições. Está inscrito o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, a quem dou a palavra, faz favor.

(* **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

As iniciativas ora em discussão apresentadas pelo CHEGA, Bloco de Esquerda e pelo Sr. Deputado Independente, trazem a debate uma situação que necessita de ser alterada, simplificando a vida dos açorianos, reduzindo a burocracia do sistema de reembolsos do subsídio social de mobilidade e evitando a prática de fraudes.

A alteração do subsídio social de mobilidade e a sua simplificação, apesar dos persistentes esforços do Governo Regional, não tem tido resposta do Governo da República, sendo a demais prova disso a impossibilidade de em sede da Comissão de Economia ouvir sequer os representantes da República no grupo de trabalho criado para o efeito.

Mas importa enquadrar o subsídio social de mobilidade no que foram as alterações das ligações ao continente em 2015, com a liberalização das rotas das ilhas Terceira e São Miguel, mantendo-se em obrigações de serviços públicos, as rotas da ilha do Faial, Pico e Santa Maria.

A liberalização daquelas rotas, processo cuja decisão foi adiada quase uma década pela incúria dos Governos Regionais Socialistas, ...

Deputado João Bruto da Costa: Bem lembrado!

O Orador: ... só foi possível com o empenho do Governo de coligação PSD, CDS em 2015 e mudou radicalmente o sistema de acessibilidade dos açorianos ao continente, potenciou o turismo e contribuiu decisivamente para a melhoria da situação económica

dos Açores, fixando ainda um preço máximo para residentes em 134 euros e 99 euros para estudantes.

Os números são impressionantes, em 2014 desembarcaram nos Açores com origem no continente 334 mil passageiros, em 2015, cerca de 470 mil e em 2019 e em 2022, aproximadamente 820 mil passageiros. Por outro lado, o sistema de encaminhamentos permitiu e permite que todos os açorianos, independentemente da sua ilha de residência, tenham acesso aos mesmos benefícios nas ligações ao continente.

Apesar da necessidade de revisão do subsídio social de mobilidade, com a liberalização, milhares de açorianos deslocam-se anualmente ao continente com preços inferiores a 134 euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a questão transversal às três iniciativas passa pela alteração e simplificação do sistema de reembolsos, ou seja, ambas defendem que os passageiros residentes paguem apenas o valor máximo e que acima desse valor, havendo lugar a reembolso, seja pago diretamente à companhia de aviação por uma entidade pública ou privada para o efeito contratada. Mas será que as propostas ora em discussão garantem estas condições? Nesta matéria é relevante mencionar a posição da ANAC em sede de audição escrita pela Comissão de Economia, nas suas conclusões, esta entidade afirma, e citamos: *a transferência de responsabilidades de verificação da documentação comprovativa, da elegibilidade do passageiro para as transportadoras aéreas e seus agentes irá onerar estas entidades quer pelo adiantamento forçado do valor global das viagens aéreas, quer pelo aumento de custos administrativos associados aos serviços de verificação da elegibilidade dos passageiros*, e acrescenta que pode conduzir a deturpações do mercado, bem como ao desincentivo e conseqüente minimização da procura por tarifas de menor valor, dado que o valor a pagar será sempre o mesmo, mas ao Governo da República compete encontrar, de forma tecnicamente adequada, dentro do quadro da legalidade e cumprindo a legislação Europeia as soluções mais adequadas,

garantindo simultaneamente a necessária concorrência que se afigura condição básica para as vantagens do sistema de liberalização.

Importa que o grupo de trabalho criado pelo Governo da República efetivamente funcione e equacione as soluções possíveis que correspondam aos anseios dos açorianos, mas sem comprometer todo o sistema.

Por isso, entendemos que o recurso à apresentação de Antepropostas de Lei não será o melhor caminho, por um lado, porque desresponsabiliza o próprio Governo da República, por outro, porque importa desenvolver o adequado aprofundamento técnico de eventuais soluções.

Por último, é bom recordar que, em 2019, a aprovação na Assembleia da República da Lei 105/2019, resultado de uma Anteproposta de Lei da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, acabou por ser letra morta, sem qualquer consequência na sua aplicação e se não resultou então, não resultará agora seguramente, por isso, o Grupo Parlamentar do PSD, entende que os compromissos da República devem ser assumidos e que o caminho mais adequado passa necessariamente, nesta fase, pelo efetivo funcionamento do grupo de trabalho e pelas propostas que possam ser acolhidas positivamente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Nós estamos perante três iniciativas, duas iniciativas legislativas e uma recomendação, que, partem de um princípio que nos parece justo, o princípio de que o passageiro açoriano que beneficie do subsídio social de mobilidade, não tenha que fazer o esforço financeiro de comprar

um bilhete de 900 ou 700 euros para poder viajar e ser reembolsado à posteriori.

Ora, o princípio é bom, o que encerram as iniciativas é que já nos parece que é mais complicado.

O sistema é de facto difícil de se operacionalizar, eu diria que a proposta do Bloco de Esquerda, sendo um bocadinho melhor do que a do Sr. Deputado Independente tem também alguns perigos e perante duas iniciativas legislativas também me parece que a proposta do CHEGA não faz qualquer tipo de sentido.

O que é que eu quero dizer com isso? Quero dizer que, recomendar ao legislador que faça legislação tendo o legislador na mão duas propostas legislativas, não me parece que faça grande sentido, sem, no entanto, deixar de realçar mais uma vez que, de facto importa dizer que o princípio de que os açorianos apenas devem pagar os 134 euros, está absolutamente correto do ponto de vista da justiça. No entanto, eu queria lembrar que o regresso a um sistema de indemnização diretamente à companhia não é viável, não é viável por duas ordens de razão, a primeira, porque as companhias não estão para isso, porque não querem ter relações com o Estado e a segunda porque poderia retirar do mercado algumas operadoras que queiram entrar no mercado, e, que por esta via passam a ter custos de entrada muito elevados e se houve vantagem nesse processo, processo que foi montado pelo Governo de Passos Coelho, se houve vantagens nesse processo, foi precisamente permitir que operadores privados, nomeadamente as “low cost” tivessem entrado neste mercado do transporte de passageiros num sistema liberalizado e não de obrigações de serviço público como tínhamos antes.

Ora, seria de todo vantajoso que conseguíssemos dimensão, mercado para deixarmos de ter obrigações de serviço público, mas, não quero com isso dizer, que se deixe de ter voos para o Faial para o Pico ou para Santa Maria, eu quero com isso dizer que seria de todo vantajoso que houvesse companhias a quererem voar também para Santa Maria, para o Pico e para o Faial.

Ora, se nós entrarmos por qualquer uma dessas soluções que aqui nos são apresentadas, uma remete de novo para as companhias a responsabilidade de assumir financeiramente

a demora do Estado, outra limita o preço do bilhete, outra ainda limita o custo da emissão do bilhete, isto, não nos parece que seja o caminho mais adequado para liberalizarmos e para termos mais empresas a quererem voar para a Região Autónoma dos Açores.

Deputado José Pacheco (CH): Diga qual é o caminho.

O Orador: Pois, esse é que é o problema, Sr. Deputado, o caminho é deixar a Comissão que está tratando desse assunto, tratar do assunto. **Deputado António Lima (BE):** Nunca tratou!

O Orador: Se calhar é porque o processo que nós temos hoje em dia não sendo bom, ainda é difícil de encontrar um que seja melhor, isso é mais ou menos como o Sr. Winston Churchill dizia da democracia, é um mau sistema, mas é o melhor dos sistemas e, por isso, nesse sentido, a Iniciativa Liberal vai abster-se na votação dos três diplomas que aqui estamos a discutir hoje.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar, começo por dizer que o Grupo Parlamentar do CDS, obviamente, está e acompanha aquilo que é a intenção subjacente a estes três diplomas, tanto às duas Antepropostas de Lei como o Projeto de Resolução, porque, obviamente, é algo que já foi amplamente discutido na opinião pública açoriana e pelos diversos partidos e julgo que estamos todos juntos e solidários no facto de ser contraproducente e ser uma dificuldade e uma barreira, um obstáculo para muitas famílias açorianas terem que despender de somas avultadas, por vezes, dependendo da altura do ano, são mesmo muito avultadas, à cabeça para poder viajar, seja por motivos de lazer, seja por motivos de saúde, o que seja e isso, é efetivamente uma dificuldade e um obstáculo.

Não obstante e atendendo àquilo que são, e por isso o CDS, obviamente que partilha deste objetivo, que estas iniciativas também propõem, não obstante aquilo que é proposto pelo

Bloco de Esquerda, é uma alteração que vai direto ao assunto efetivamente naquilo que é o pagamento de única e exclusivamente os 134 euros, que é o valor que é admitido como um teto máximo e que é o que está em vigor e que eventualmente poderá ser um valor ajustado, obviamente, se puder ser menos, tanto melhor, mas efetivamente, é um valor que é considerado ajustado até tendo em conta aquilo que é o mercado.

Mas a questão que levanta, já foi aqui referida também, tanto pelo Sr. Deputado Nuno Barata como pelo Deputado António Vasco Viveiros, coloca eventualmente em causa aquilo que é a entrada de alguns operadores que neste momento estão na Região e que vieram para a Região e que permitiram que houvesse um aumento exponencial de voos territoriais na Região, que isso é um facto, houve de alguns anos a esta parte, não foi agora nos últimos anos, até porque obviamente as condicionantes da pandemia, mas obviamente, houve muito mais voos e muitos deles abaixo daquilo que é este valor de referência dos 134 euros e isso deveu-se à liberalização de parte do espaço aéreo dos Açores e o facto de terem entrado outros operadores e por isso, parece-nos que isto poderá ser aqui um obstáculo à permanência de alguns desses operadores, exatamente por aquilo que também já foi referido que tem a ver com o Estado, sendo o Estado um pagador certo, pode é por vezes tardar a pagar e, por exemplo, depois há outra questão que até se podia pensar num processo de protocolo de adesão voluntária, mas até mesmo isso, não sabemos, e, no Grupo Parlamentar do CDS, coloca-nos algumas questões do ponto de vista até da legalidade no contexto ou no enquadramento legal europeu, não temos essa certeza e por isso é uma dúvida que também que permanece, não ficou para nós totalmente esclarecido.

Obviamente os pareceres que também foram dados, tanto pela ANAC, como pela SATA, parecem-nos também pareceres importantes, porque indicam também que esta passagem do ónus do reembolso, passando para as empresas de aviação, poderá levar a custos administrativos que neste momento não são contabilizados e que, dessa feita, passando o ónus de pagamento ou do reembolso para as empresas, poderá haver esses custos

administrativos que serão imputados logicamente aos utilizadores e isso é algo que também que nos parece que passando esse ónus depois é talvez difícil de condicionarmos essas taxas administrativas.

Por outro lado, temos também a outra Anteproposta do Sr. Deputado Carlos Furtado, Sr. Deputado Independente, que para nós tem um problema maior, que tem a ver com o facto de envolver o Governo Regional como parte da equação e o facto de ser o Governo Regional a avançar, a responsabilizar-se nisto que é uma responsabilidade da República, que é um direito constitucional da continuidade territorial, parece-nos que é muito positivo, até porque veja-se agora com as novidades que temos atualíssimas relativamente à solidariedade da República relativamente aos estragos do Furacão Lorenzo em que, ou seja, no passado, houve um adiantamento de 20 milhões de euros ao Governo Regional, sem haver investimentos, agora parece que o Governo Regional tem que pagar para depois ser ressarcido e isto obriga, obviamente a condicionar verbas do Orçamento Regional, que depois condicionam também investimentos noutras áreas que são de extrema importância para os Açores e obviamente, para aquilo que é proposto nos orçamentos regionais.

E depois há outro aspeto que também não é de somenos importância que tem a ver com aquilo que foi o percurso trilhado pela Madeira, a Madeira fez-se uma proposta similar que depois foi aprovada na Assembleia da República e que nunca saiu da gaveta, ou seja, na verdade nunca foi implementada, ou seja, parece-nos que estas duas iniciativas poderão ter exatamente o mesmo caminho e por isso não é algo que nós desejemos.

E por último, também resta-me falar da existência do grupo de trabalho que foi constituído na Assembleia da República que tem a participação da ANAC, do Governo da República e do Governo Regional. exatamente com esta finalidade também e que é obrigatório que esse grupo de trabalho produza resultados e diz o Sr. Deputado António Lima, em aparte, e bem, que esse grupo de trabalho nem sequer teve a decência de aparecer quando foi convocada a Comissão de Economia e nem sequer apareceu para dar explicações ou

mostrar qual era o trabalho que estava a ser desenvolvido e quais eram as possibilidades. Não obstante, parece-nos que esse é o caminho que tem que ser trilhado, há um grupo de trabalho que tem que desenvolver esse trabalho, porque foi para isso que foi criado e que terá que produzir resultados dentro daquilo que são os enquadramentos legais, tanto europeus como nacionais e que não ponham em causa aquilo que é o serviço, que neste momento é prestado pelos diversos operadores, à Região Autónoma dos Açores e, por isso, parece-nos que a proposta que o CHEGA também aqui apresenta, pese embora resuma no fundo aquilo que é o espírito das outras duas propostas também, mas como disse e bem, o Sr. Deputado Nuno Barata quer dizer, nós, enquanto legisladores e perante duas propostas legislativas estarmos a recomendar ao mesmo tempo para ser o Governo a fazer, quando nós temos podemos ter esse ónus, parece-nos que também poderá ser sobretudo neste enquadramento de hoje e com estes três pontos na agenda um bocadinho desajustados, e, neste momento é a posição do Grupo Parlamentar do CDS. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves, a quem dou a palavra faça favor.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo.

Temos aqui duas Antepropostas e um Projeto de Resolução que tentam, obviamente, tentar solucionar aquilo que é um problema neste momento e tem a ver, um problema relativamente a uma discriminação daquilo que está dentro da Constituição portuguesa, que é o direito à mobilidade, o direito à locomoção, mas que não é igual, porque depende de um fator económico de uma determinada pessoa, comparativamente para outra, se consegue ou não, pagar um bilhete que está muito acima daquilo que pode ser ressarcido, mas que não vai ter obviamente posses para o fazer, e, aí está essa discriminação, por isso

é que, obviamente, temos estas três iniciativas e bem, apesar, apesar, de que acho que nenhuma das três consegue acomodar o problema na sua realidade.

Por um lado, temos o ónus que passamos para o Governo da República, por outro temos o ónus que passamos para as transportadoras aéreas, se fosse a Ryanair eu ainda concordava, depois o outro é que dá o ónus ao consumidor, o que é bastante grave, porque esse ónus não se não deveria ser do consumidor, porque, repito, é um direito à mobilidade, está dentro da Constituição e, no máximo a responsabilidade é do Governo da República. Se estamos à espera e, se vamos ser ingénuos relativamente à Comissão do Governo da República, mais vale estarmos parados porque sem dúvida, quando as pessoas não são afetadas por esse problema, que é na sua maioria, essa Comissão, obviamente que a solução não passa por aí, a solução passa, obviamente pelas duas regiões autónomas de Portugal.

O PAN está mais inclinado para votar contra, não fecha ainda a porta, vamos ver o que é que vai continuar dentro desta intervenção, mas o que nós precisamos é uma simplificação e desburocratização daquilo que se passa e, neste caso, essa simplificação é para dar uma comodidade maior ao consumidor, ao açoriano, da forma como pode receber esse dinheiro, não é o ideal a realidade neste preciso momento, mas estas três iniciativas também não vão conseguir resolver o busílis da questão.

Isto é um problema bastante complexo e ainda não foi solucionado e sem dúvida que vai ter que haver uma proximidade de todos os partidos, incluindo o Governo Regional dos Açores, para que nós consigamos resolver isto da melhor forma e que simplifique, sem dúvida esta situação e que não discrimine quem não tenha posses monetárias adequados para conseguir, obviamente, ter o direito à mobilidade, obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Conforme já aqui foi realçado, este sistema que temos em vigor não é perfeito, é verdade, mas a verdade é que ele tem permitido, ao longo dos anos, uma evolução muito significativa da mobilidade dos açorianos.

E isso é algo que deve sempre merecer a nossa preocupação em tentar aperfeiçoar aquilo que existe de forma a responder às necessidades dos residentes, mas também sem colocar em causa a mobilidade dos açorianos e sem que, com as alterações propostas, se criem novos problemas para os residentes, para a Região e também é bom lembrar para a transportadora aérea SATA, que a todos nós interessa o seu desenvolvimento. E, portanto, o compromisso que foi assumido pelo Partido Socialista e pelos Deputados eleitos à Assembleia da República foi que era necessário simplificar, desmaterializar e digitalizar processos e procedimentos referentes ao reembolso do subsídio social de mobilidade, este é um compromisso que foi assumido, que se mantém e é sobre isso que está a ser trabalhado pelo Governo da República, exatamente nessa perspetiva.

Já aqui foi realçado que existe um grupo de trabalho constituído para o efeito, também com elementos indicados pelo Governo Regional dos Açores, pouco se sabe sobre o trabalho que tem sido desenvolvido, era importante aperfeiçoar esse trabalho, conhecer as conclusões e agilizar os procedimentos, mas, nesta matéria é o que temos e foi reconhecido em Comissão pela Sra. Secretária Regional Berta Cabral, que também nos últimos dois anos não se tem conhecido grandes desenvolvimentos.

Sobre as propostas que estão aqui em apreciação, se é verdade que elas pretendem resolver parte do problema, e, parte do problema que tem sido referido resulta do valor que é pago pelos residentes no ato da compra e que em alguns momentos atinge valores que são avultados, é verdade, mas é verdade também que o sistema permite que haja um reembolso efetivo dos valores pagos acima do limite do subsídio social de mobilidade. Sobre as três propostas, elas têm virtudes, mas também têm limitações e riscos que importa aqui lembrar no caso da Anteproposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, ela remete para as transportadoras e isso é referido quer no parecer da SATA, quer pela

ANAC, ela remete para as transportadoras a responsabilidade por garantir a elegibilidade dos passageiros para receber do Estado, o valor do subsídio, ou seja, ela implica automaticamente um aumento de custos administrativos e financeiros para as transportadoras aéreas, incluindo para a SATA, que é parte também envolvida neste processo, relativamente à taxa que é fixada dos 30 euros para emissão do bilhete, de certa forma, é transversal às três iniciativas, acaba por ser uma boa medida, mas ela acaba por ser residual naquilo que se altera e tem um impacto pouco significativo em tudo o resto. Implica também uma dedução direta do valor do subsídio pago ao bilhete para a transportadora e implica, no entender do parecer que foi apresentado, que haja um regresso ao modelo que vigorou entre 2005 e 2015, sendo que o atual quadro regulatório é diferente daquele que existia na altura e na prática o que faz é, aumenta o risco de esforço de tesouraria das transportadoras, não elimina o risco de fraude, apenas o transfere para as transportadoras e os custos inerentes aos processos burocráticos e aos riscos financeiros seriam refletidos no aumento do preço médio das passagens e creio que isso também nenhum de nós desejaria, na opinião da SATA, de acordo com o parecer que é remetido.

A proposta que é apresentada pelo Sr. Deputado Independente, ela implica riscos acrescidos para a Região, isso já aqui foi referido, também foi realçado pela Sra. Secretária em Comissão, que ao transferir para o orçamento regional o ónus de pagar o subsídio social de mobilidade, isso tem, como é óbvio, grandes riscos e que poderia colocar em causa a mobilidade dos açorianos e creio que nenhum de nós deseja isso.

Relativamente à Resolução que é apresentada pelo CHEGA, conforme também vem descrito nos pareceres, ela não concretiza de que forma é que pretende alterar o modelo e, portanto, tendo duas Antepropostas e depois comparando com a Resolução, ela é pouco concreta naquilo que se propõe e, portanto, também tem limitações.

E, portanto, este é o quadro geral que temos, o nosso compromisso continua a ser o mesmo, de simplificar, desmaterializar e digitalizar procedimentos de forma a facilitar o

trabalho dos residentes no reembolso social do subsídio social de mobilidade. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Dou a palavra agora ao Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. A Anteproposta de Lei que apresentei, na prática funciona como?

Na prática, funciona de forma muito simples, é assegurar que seja o Governo da Região que seguramente tem uma tesouraria melhor do que a maioria das famílias desfavorecidas, para que assegure temporariamente o pagamento desses valores em causa em vez de ser as famílias, portanto, articulando entre quem compra bilhete, entre as agências de viagens e entre o Governo, que o pagamento adicional seja pago pelo Governo às agências de viagens, permitindo assim que as pessoas só paguem inicialmente no limite, os ditos 134 euros, é isto! É tão simples como isso!

Agora, se o Governo não quer assumir esse encargo, por desconfiar do Governo da República por ser de outra cor partidária, isso aí já é outra história, isso é desconfianças de A em B ou de B em A, mas apenas limita-se a isso, agora, se esse mesmo Governo Regional não quer assumir essa responsabilidade, porque desconfia do Governo da República, está a dizer que, cedo ou tarde um dia pode haver incumprimento da República relativamente também ao pagamento, conforme é feito o modelo atual, não me parece que seja uma desconfiança fundamentada e não parece que seja porque incumprimentos à parte em algumas situações por parte da República e temos todos que reconhecer que isso aconteceu, mas o que é certo é que na generalidade, a República cumpre com as suas obrigações para com a Região, há exceções? Há! Furacão Lorenzo, é uma exceção? É! Mas todos sabemos porque é que ela é uma exceção. O subsídio social de mobilidade, tem um passado duvidoso?

Deputado Paulo Estevão (PPM): Polícia de Segurança Pública!

O Orador: Tem um passado duvidoso, tem sim Sr., e, tem um passado duvidoso, porque quando foi implementado em 2015, naquele ano, ao que eu julgo saber, o valor do subsídio social de mobilidade foram 17 milhões, no ano a seguir, com um aumento de apenas de 20% do tráfego aéreo, o subsídio de mobilidade disparou para quatro vezes mais, passou de 17 milhões para 70 milhões, alguém andou enganando o Governo da República, aliás, eu numa declaração política aqui há cerca de um ano atrás, já falei nesse assunto, a cadeia de Ponta Delgada, como o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de falar, a cadeia de Ponta Delgada é outro assunto, mas também é preciso percebermos que andamos a enganar a República, para a República pagar 3 milhões de euros para desmontar um monte de um lado e montá-lo no outro, é claro que depois a República pode não achar piada à ideia, quando perceber que foram enganados, têm que realmente responder à altura, essa é verdade, mas voltemos outra vez ao assunto do subsídio social de mobilidade, que é isso que nos traz neste momento, portanto, a minha proposta é que essa Assembleia Regional assuma a construção de um documento que visa resolver o problema das pessoas.

A solução apresentada aqui pela bancada da direita, é dizer assim: a Assembleia Regional não tem, foi isso que eu percebi, não tem estofos para resolver esse problema, há de haver um grupo de trabalho no continente que o resolva. Ora, quando nós, açorianos, não temos vontade de resolver um problema que é do nosso povo, não podemos ficar à espera que seja um grupo de trabalho da Assembleia da República, que já teve tempo para fazer trabalho e não o fez, que venha resolver esse problema, portanto, se estamos aqui, numa espécie de lavar as mãozinhas como Pilatos, cada um que tenha a sua quota de responsabilidade, eu da minha parte fiz aquilo que achei por bem, que era assumirmos a nossa responsabilidade e tentar resolver o problema às pessoas, principalmente as mais desfavorecidas, no sentido de que essas contassem com a tesouraria de forma temporária do Governo Regional para ajudar essas pessoas a comprarem passagem, se não for esse o

entendimento das pessoas, pois muito bem, olha, eu fiz a minha parte se cada um fizesse o seu, mais direita ou menos torta havia de sair daqui uma iniciativa aprovada para chegar à República, porque na realidade, aquilo que eu já percebi, o que vai ser daqui, a mensagem para a República é, eles nem na Assembleia Regional dos Açores, acreditam naquilo que disseram e agora estão empurrando a ideia para a Assembleia da República e para o grupo de trabalho.

Meus Srs. e minhas Sras., se é assim que pensam sobre o assunto, pois muito bem, o subsídio social de mobilidade, ao que parece, vai ficar assim por muito e bons anos, porque a verdade é que a República até já aprovou o diploma da Madeira e que foi inexecutável, portanto, o dos Açores não há de ser diferente. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Eu, nesta segunda intervenção, e, antes também de me pronunciar sobre as duas outras propostas em debate, gostaria de dizer que estou algo surpreendido e verdadeiramente surpreendido com a posição dos partidos da coligação.

Estou surpreendido, principalmente porque conheço aquilo que disseram em tempos idos sobre esta matéria, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já lhe tinha explicado, Sr. Deputado!

O Orador: ... aliás, o candidato e agora Deputado à Assembleia da República, Paulo Moniz, já o afirmou que queriam um modelo justo, o modelo de subsídio de mobilidade, justo, que não obrigue os açorianos a irem para filas dos CTT, mas depois, perante a completa inoperância deste grupo de trabalho e aproveitando a presença do Governo, não posso deixar de perguntar o que é que o grupo de trabalho produziu, tem representantes dos Açores, o que é que os representantes dos Açores foram lá fazer? Quantas vezes? Em que dias? Que conteúdos se produziu este grupo de trabalho? O que é que o Governo

Regional propôs nesse grupo de trabalho? Já agora seria interessante perceber, mas, a coligação deposita enorme esperanças nesse grupo de trabalho, no entanto, foi o mesmo Deputado Paulo Moniz na Assembleia da República, que já questionou sobre o que faz esse grupo de trabalho, acusando o Governo da República de estar a fazer essas alterações nas costas dos açorianos.

E agora, a direita...

Deputado José Pacheco (CH): A direita, aquela!

O Orador: ...acha que deve ser o grupo de trabalho a resolver o assunto, alguma, uma parte, a coligação melhor dizendo.

E penso que essa posição é surpreendente, quando este Parlamento tem a oportunidade, aliás, tem duas vias diferentes para fazer uma proposta à Assembleia da República, que pode ser alterada, aliás, quando nós apresentamos essa Anteproposta de Lei, sempre dissemos que aquele é um caminho possível, mas que naturalmente não fechávamos a porta a soluções que cumprissem o mesmo objetivo, mas pudessem ser diversas e eu não vejo, não vi ainda, o debate ainda não terminou, mas não vi a coligação apresentar propostas de alteração à Anteproposta de Lei e pode fazê-lo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor ouviu o que foi dito.

O Orador: Ouvi perfeitamente, e eu acho que o problema afinal, não está na forma da Anteproposta de Lei, aquilo que me parece, aliás, pelas diversas intervenções que nós já ouvimos, é que há aqui um interesse, que foi aquilo que disse daquela tribuna, um interesse que a coligação e o Partido Socialista e a Iniciativa Liberal querem proteger acima de tudo e não querem de modo algum, se quer arriscar a pôr em causa, que é o interesse das companhias aéreas,...

(Protestos das bancadas da Coligação)

O Orador: ... esse é que é o verdadeiro problema, porque quando todos os partidos que se manifestam contra estas alterações, os Srs. vêm dizer que isso tem riscos e riscos que

apresentam custos para as companhias aéreas, ó meus Srs., podem encontrar um mecanismo que suporte esses custos administrativos, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Regime Maoista!

Deputada Vera Pires (BE): Maoista das Canárias!

O Orador: ... podem propor um mecanismo que faça o Estado suportar estes custos administrativos adicionais.

Mas afinal os Srs. nem isso fazem, não querem custos administrativos para as companhias aéreas, mas não propõem uma solução, uma solução que coloque o Estado a suportar os custos administrativos, da nossa parte não haveria problema.

Não querem uma Anteproposta de Lei, dizem que o grupo de trabalho, que é um grupo de trabalho fantasma é que vai resolver o assunto, e, para estarem de acordo com o Partido Socialista, não deve ser por coisa pouca, não deve ser coisa pouca.

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe a quantidade de vezes que o senhor pode dizer isso!

O Orador: E, sobre esta matéria e sobre este modelo, este modelo é perfeitamente possível, e, aliás, implementado nas Canárias pelo Real Decreto 136/2001, Sr. Deputado Paulo Estevão deve conhecer, não só por ser um Real Decreto, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é que eu tenho a ver com as Canárias?!

O Orador: ..., mas também, por ser das Canárias, porque, o Sr. inúmeras vezes trouxe o exemplo das Canárias a este Parlamento e quem está aqui há mais tempo do que eu sabe, perfeitamente que é verdade.

Por isso o exemplo das Canárias, em que os passageiros não avançam com adiantamentos é possível e basta para isso haver vontade política e, de facto, aquilo que não há é vontade política, porque eu recordo que o anterior Ministro das Infraestruturas em Comissão na Assembleia da República alertava para o risco de fraude deste modelo, há até investigações em curso sobre este modelo que alertam para o problema da fraude, é

verdade que a proposta do Bloco de Esquerda não elimina o risco de fraude totalmente, nenhuma irá conseguir fazer, o problema é que o risco de fraude dividido por milhares de passageiros que fazem o reembolso é muito superior do que dividido por duas ou três companhias aéreas, e, daí esta proposta reduzir o risco de fraude.

Finalmente, a última questão relativamente à taxa de emissão do bilhete, não sendo um problema essencial, é um problema que onera o Estado que há efetivamente taxas de emissão de bilhete que são exageradas, que é o Estado que as suporta e que não há, julgo eu, qualquer necessidade de manter as coisas como estão a esse nível, porque efetivamente é mais um custo para o Estado.

Relativamente às propostas que estão também em cima da mesa, apresentadas pelo Deputado Independente e pela Representação Parlamentar do CHEGA, relativamente à Anteproposta de Lei do Sr. Deputado Independente Carlos Furtado, ela, a nosso ver, tem alguns problemas que não nos podem levar naturalmente a votar favoravelmente, em primeiro lugar, porque estabelece um teto máximo ao valor do bilhete, naturalmente, também ao valor do subsídio que é suportado pelo Estado, naturalmente, isso quer dizer que se um passageiro pagar um bilhete que custe 1000 euros a partir dos 450, deduzido os 134 euros ou o valor que agora propõe que é idêntico ao da Madeira, quer dizer que o passageiro teria que suportar o valor para além dos 450 euros, isso seria um modelo pior do que nós temos neste momento, é aquilo que vigora na Madeira e aquilo que os madeirenses se queixam e querem alterar porque efetivamente, em época alta, os preços atingem valores muito superiores a 450 euros e isso onera muito, nesse caso, os passageiros residentes na Região Autónoma da Madeira, por outro lado, a questão de se transferir essa responsabilidade para o Governo Regional não nos parece de todo a melhor solução, porque efetivamente essa é uma responsabilidade do Governo da República, que deve ser por ele garantida.

Finalmente, relativamente ao Projeto de Resolução do CHEGA, não seria por isso que não votaríamos a favor, recomenda em linhas gerais, aquilo que nós apresentamos através

de uma Anteproposta de Lei, no entanto, tem duas imprecisões ou poderão não ser imprecisões, mas que nos levam a ter algumas dúvidas e a não acompanhar totalmente, nomeadamente, quando não se falam em passageiros estudantes, que é uma matéria que para nós deve ser mantida, um valor diferenciado e, por outro lado, estabelecendo um valor de 134 euros e não “até 134 euros”, porque naturalmente, se a companhia aérea vender mais barato o passageiro residente deve ter acesso a esse valor. Estas duas questões levam-nos a ter algumas dúvidas relativamente aos pormenores da proposta que nos apresenta a Representação Parlamentar do CHEGA, muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Já tive a oportunidade de, em sede de Comissão, referir qual é a posição do Governo dos Açores relativamente a estas três propostas, duas Antepropostas de lei e um Projeto de Resolução, apresentados nesta Assembleia e, sem prejuízo dessa posição que foi aqui referida, eu não posso deixar de em Plenário reafirmá-la e deixar mais duas ou três considerações que me parecem relevantes neste momento.

E, queria lembrar que a liberalização das rotas entre o continente e os aeroportos de Ponta Delgada e das Lajes, em 2015, associada à criação do subsídio de mobilidade para os residentes nas regiões autónomas, foi um marco histórico, um marco histórico no panorama do modelo de transporte aéreo e da mobilidade dos açorianos.

Eu costumo dizer que a seguir à Lei das Finanças das Regiões Autónomas, esta liberalização e esta alteração na mobilidade dos açorianos são, efetivamente uma legislação que marca o antes e o depois da vida dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor ouviu o que foi.

A Oradora: Por duas razões principais, a primeira porque aumentou substancialmente a mobilidade de quem reside nos Açores, a segunda porque deu um enorme impulso no desenvolvimento do turismo dos Açores.

E, portanto, referindo a cada uma destas eu gostaria de dizer, que, foi com a liberalização que entraram várias companhias no nosso mercado, que se aumentou a oferta, a conectividade e a diferenciação de tarifas que provocaram uma grande competitividade, uma grande capacidade de escolha e daí o crescimento do turismo de forma sustentada de forma progressiva até 2019.

Aconteceu depois a pandemia, não é culpa de ninguém, mas felizmente, em 2022 já retomamos a situação, já ultrapassamos 2019, ainda hoje, há dados do SREA divulgados com os quais todos nos regozijamos, em que o crescimento das dormidas ultrapassou em mais de 6%, 6.8 para ser rigoroso, 6.8%, as dormidas de 2019, e, os proveitos mais de 20% do que em 2019.

Portanto, esta situação tem que ser acautelada, não pode ser de forma nenhuma posta em causa, porque tudo isto é muito relevante para o desenvolvimento económico dos Açores. Eu sei que há uns partidos que dão pouca importância a isso, ...

Deputado António Lima (BE): A senhora não dá importância a quem não pode pagar 2 mil euros.

A Oradora: ..., mas sei também que a generalidade dos partidos desta casa dão importância ao desenvolvimento dos Açores, à criação de emprego, à criação de riqueza, porque só assim é que se podem ter políticas sociais sustentáveis e isto é um dado adquirido que nós não podemos pôr em causa.

Esta é a primeira questão que queria referir a segunda, e dito isto, tem a ver naturalmente com a mobilidade dos açorianos e a mobilidade dos aorianos, como eu referi na Comissão, é óbvio que o sistema criado, temos que o reconhecer, é complexo e burocrático, é incómodo para quem tem que ir para as filas dos CTT pedir os reembolsos, mas, apesar de tudo, isso funcionou até agora e promoveu a mobilidade e, portanto, tudo

o que se fizer é para simplificar, estamos de acordo, é para desburocratizar, é para resolver o problema dos açorianos e para criar igualdade de oportunidades a todos, estamos todos de acordo, mas, temos que ter cuidado com a forma como fazemos para não pormos em causa tudo o que está aqui em causa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sabemos que o sistema atual cria constrangimentos às famílias e lhes exige um grande esforço financeiro no momento da aquisição das tarifas, sabemos isso, temos que o resolver, temos!

Deputada Vera Pires (BE): Quando?

A Oradora: Sabemos que simplificar o sistema neste momento é aquilo que todos desejamos e é por isso que aqui estamos, por isso mesmo, também sou a favor e disse-o na Comissão que é preciso reativar o grupo de trabalho, reconstituí-lo eventualmente, porque já há dois Governos diferentes, foi criado ainda no Governo anterior da Região, no Governo anterior da República, há um novo Governo lá e um novo Governo cá, é possível que haja novos elementos a integrar este grupo de trabalho, é preciso reativá-lo para fazer o seu trabalho, porque isto é uma competência do Governo da República, não é uma competência do Governo Regional.

Nós não estamos impedidos de fazer Antepropostas de Lei, mas cuidado com o detalhe, ...

Deputado António Lima (BE): Então faça, logo que a senhora é que sabe.

A Oradora: ... cuidado com o que propomos, cuidado com a situação que podemos criar e pôr em causa tudo aquilo que eu referi anteriormente e, portanto, aquilo que eu considero que é o adequado é reativar o grupo de trabalho e que o Governo da República faça aquilo que é a sua obrigação e assuma as suas competências, nunca em situação alguma, nós devemos admitir sequer a transferência de responsabilidades do Governo da República para o Governo Regional, nunca em circunstância alguma, porque essa não é a nossa obrigação. A nossa obrigação é aqui simplificar o sistema, é trabalhar nesse grupo

de trabalho para obter os objetivos e atingir os objetivos que nós desejamos todos, mas não, nunca, assumir responsabilidades que não são nossas e por isso, da nossa posição já prevista no relatório que está apenso a todos estes processos, o que nós consideramos correto é reativar o grupo de trabalho e fazer um trabalho sério, porque até agora também, já agora aproveito para responder, nunca o grupo de trabalho com este Governo Regional reuniu. Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bem, da parte do CHEGA, que eu não costumo meter na vida dos outros, e é uma boa prática, porque dá sempre asneira quando o fazemos, nós apresentamos aquilo que achamos que é competência, aquilo que é possível, sem criticar quem o fez diferente, na lógica que achou que devia fazer, nós conhecemos as regras do jogo, sabemos até onde é que podemos ir e sabemos o que é que existe.

Aqui deixamos um grito de alerta, deixamos um grito de alerta, mas o grupo de trabalho se funcionasse, já tinha funcionado.

O que eu tenho a dizer aos açorianos sobre esse tema é, os Srs. vão continuar a pagar da maneira que está, porque o próprio sistema não o quer e quer é que seja assim, pronto, tão simples quanto isso.

Eu tentei fazer aqui uma simplificação e, no fundo, um pouco o que dizia ali a Sra. Secretária, e, já dissemos um pouco por aqui, por ali, que é criar a tal pressão, agora os considerandos os “se, se, se” é coisa que, na vida eu pessoalmente detesto, esses “se, se, se, se, se” é o que entala a vida a toda a gente, vamos começar por um princípio, vamos dar um passo e depois vamos vendo o que é que acontece, não fazer nada é que é ridículo,

todos concordamos, o que foi dito aqui foi, todos concordamos, hei pá, mas fazer isto depois não dá muito jeito porque falta isso, falta aquilo, falta aqueloutro, eu continuo a não perceber o que é que falta, eu continuo a não perceber nada disto, eu continuo a perceber é que dá jeito, muito, se calhar a alguns, que isto seja feito desta forma e “se, se, se, se” a verdade é que a minha função com este diploma foi deixar um alerta, em primeiro lugar e em segundo lugar, defender quem não pode pagar as passagens aéreas e fica aprisionado no seu arquipélago, porque as coisas são como são, e, tem razão, Sr. Deputado António Lima, até 134 euros, se nós tivermos que pagar até 134 euros muito bem, a partir daí, obviamente que uma família da classe média, nem estou a falar de uma família pobre, uma família da classe média empobrecida pagar 500 euros por uma passagem, quatro elementos já estamos a falar de 2000 euros, não é? Quer dizer, ninguém consegue, é óbvio que não consegue, não temos ordenados para isso.

açorianos, abram os olhos! Percebam, o que é que foi dito hoje aqui, percebam, o que é que nós estamos falando, “se, se, se, se” ficam os Srs. todos em terra. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Bem quanto à provocação do Bloco de Esquerda em relação ao Real Decreto, eu já vi que a esquerda portuguesa gosta, gosta de verificar e analisar e copiar muitas das medidas e muitos Reais Decretos, por exemplo, agora até na eutanásia eram Reais Decretos holandeses e Belgas ou também noutras matérias como nas matérias do aborto, a mesma coisa em relação a países tão progressistas como a Holanda, a Dinamarca, a Bélgica, a Suécia, a Noruega, o Reino Unido ou o Canadá são países que, de acordo com os critérios do Bloco de Esquerda, não são bem democracias, não são democracias por direito, por isso, é muito curioso que o Bloco de Esquerda agora faça essa referência.

Em segundo lugar, gostava de dizer o seguinte, diz-me o Sr. Deputado Independente, que acha que a República e o Governo da República está a fazer quase tudo bem.

Deputado Carlos Furtado (*Indep.*): Eu não disse isso.

O Orador: Ó Sr. Deputado, eu pergunto-lhe, e, que está a ajudar o Governo Central, seja qual for o Governo Central, veja bem.

As questões que nós temos com segurança, o défice da segurança, as questões do suborçamentação da Universidade dos Açores, da RTP Açores, as questões que têm a decadência e a degradação em que se encontram os nossos tribunais e os serviços que são da responsabilidade do Estado, não só a PSP, mas com todas as forças de segurança da Região Autónoma que trabalham e desempenham as suas funções na Região Autónoma dos Açores, também o estabelecimento prisional em Ponta Delgada, as prerrogativas que a República nos quer retirar no âmbito da gestão do nosso mar, um conjunto enorme de matérias em que existe um défice, um défice muito grande por parte do poder central, que não tenha dúvidas, que não tenha dúvidas, que o que pretende é gastar o menos possível na Região Autónoma dos Açores e não cumpre, está muito longe de cumprir aqueles que são os seus deveres constitucionais na Região Autónoma dos Açores. Por isso, a política tem que ser sempre nos Açores, exigir que a República cumpra aquelas que são as suas competências constitucionais, têm que as cumprir e não nos podemos substituir à República nessas matérias, porque obviamente, nós temos um orçamento e temos as nossas próprias competências e assumirmos responsabilidades que não são nossas, então isso é que seria absolutamente desastroso para a autonomia dos Açores. Nós temos um conjunto de matérias que são da nossa responsabilidade, como a educação, a saúde, em que temos que, ou na âmbito da segurança social, em que temos que implementar cada vez políticas mais ambiciosas, onde estamos a gastar muito dinheiro e obviamente uma coisa que nós não podemos fazer, Sr. Deputado, é gastar aquele que é o dinheiro da Região Autónoma dos Açores em competências que são competências da República, pelo contrário, temos que exigir que eles as cumpram, que eles as executem, e, eu defendo isto aqui, como defendo nas outras matérias, que são matérias da competência do Governo Central. Devo-lhe dizer também antes de abordar a questão diretamente, devo lhe dizer

também, Sr. Deputado, e dizer também aos restantes Grupos Parlamentares, aqui presentes e ao Governo Regional, que tenho a certeza, que o Governo do Partido Socialista na República tem neste momento uma estratégia e a estratégia é asfixiar economicamente este Governo, portanto, eu não vejo do lado de lá um aliado dos Açores, pelo contrário, vejo uma ação política concreta no sentido de prejudicar a Região Autónoma dos Açores, para provocar uma mudança política nos Açores, não tenho nenhuma dúvida, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é falso!

O Orador: ...não tenho nenhuma dúvida que é isso que o Governo da República tem vindo a fazer de forma cada vez mais agressiva e um combate à autonomia, porque nenhum Governo deve ter critérios partidários no sentido de exercer as suas funções ou não na Região Autónoma dos Açores, deve sempre é servir o interesse nacional e servir o interesse nacional aqui é servir também o interesse das regiões autónomas e o Sr. Primeiro-Ministro, António Costa, neste momento está aliado ao Partido Socialista da Região Autónoma dos Açores, no sentido de prejudicar o Governo Regional, mas assim prejudica, obviamente, aqueles que são os interesses da Região Autónoma dos Açores. É preciso dizer isto com todas as letras e é preciso dizer isto frontalmente, é isso que está a acontecer em todas as matérias.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Os Membros do Governo batem palmas a isto?!

O Orador: O Partido Socialista está a asfixiar para provocar uma mudança política nos Açores.

Em terceiro lugar, gostava de dizer o seguinte, nestas questões é muito importante ouvir entidades que têm competências específicas nesta matéria, que têm uma grande experiência e obviamente os relatórios e aquelas que são as audições que nós realizamos junto destas entidades devem ser ouvidas, devem ser analisadas e devem ser tomadas em conta.

Veja-se bem, o que é que diz a ANAC, *relativamente à proposta de pagamento do subsídio social de mobilidade pela autoridade tributária e aduaneira às transportadoras aéreas proposta pelo Bloco de Esquerda, importa referir que a transferência de responsabilidades de verificação da documentação comprovativa da legibilidade do passageiro para as transportadoras aéreas e os seus agentes irá onerar estas entidades quer pelo aditamento forçado do valor global das viagens, quer pelo aumento dos custos administrativos associados ao serviço de verificação de legibilidade dos passageiros. 2. A delegação de responsabilidade para verificação da legibilidade do beneficiário por parte das companhias aéreas levanta constrangimentos, nomeadamente, ...*

Deputado António Lima (BE): E às famílias não levanta?!

O Orador: ... e, sublinha esta parte, nomeadamente quanto às regras estritas de proteção de dados e à violação de princípios concorrenciais. O que nos está a dizer a ANAC é que esta proposta é ilegal e que estas alterações têm estas restrições do ponto de vista legal, é isto que a ANAC nos está a dizer...

Deputado Berto Messias (PS): Na sua opinião.

O Orador: ... e depois também nos diz mais, *a tal acresce o facto desta habilitação poder gerar questões de violação de princípios concorrenciais, levando ao extremo a certas transportadoras aéreas, abandonem o mercado, a que as transportadoras aéreas abandonem o mercado, esta autoridade entende ainda que o modelo apresentado representa um retrocesso, uma vez que o cenário proposto é semelhante ao modelo que vigorava antes da liberalização das ligações entre o continente e as regiões autónomas, saliente-se também que o financiamento por parte das companhias aéreas poderá criar barreiras à entrada das companhias aéreas da mesma maneira que impactará negativamente tanto a gestão operacional como administrativa das transportadoras aéreas, ou seja, poderia continuar aqui a referenciar aquele que é o parecer da ANAC, que refere várias situações, são situações complexas que neste momento, de legalidade, até, de legalidade em relação à implementação dos modelos que agora nos são propostos,*

por isso, o PPM considera que estas propostas não reúnem as condições necessárias para que o PPM as possa acompanhar, votando favoravelmente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu começaria por dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, que a ANAC não diz que é ilegal, levanta naturalmente questões, levanta dúvidas e levanta o fantasma de que o Sr. tem medo, que é a possibilidade de alguma companhia aérea se afastar da Região por esta alteração, mas esse é aquele problema que os Srs. não dizem que é o principal problema para não aprovarem essa proposta, mas que é, é o único problema, é o único problema de que os Srs. têm medo, mas isso o que significa...

Deputado Bruto da Costa (PSD): Coisas de somenos!

O Orador: ... é que este modelo nunca, na opinião da coligação e dos restantes partidos que votarão contra ou não votarão a favor, este modelo de adiantamentos de centenas e milhares de euros vai-se manter para sempre e é bom que falem a verdade aos açorianos. É que na vossa opinião este modelo é para manter *ad aeternum*, mais simplificado ou menos simplificado os açorianos e açorianas saberão que, no que depender da coligação, vão ter que adiantar 500, 1000, 2000, 3000 euros se for necessário, e, esse ponto nunca será alterado e é bom que toda a gente perceba o que isto quer dizer, mas ler pareceres eu também sei, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já somos dois.

O Orador: Diz a ACRA: na generalidade, o princípio da Anteproposta é vantajoso e facilitador para os consumidores, na medida em que estes ficariam desobrigados de despende antecipadamente valores que só são devolvidos quando concluída a viagem e ainda deixaria de incumbir ao passageiro aéreo a responsabilidade de se dirigir aos CTT,

outra vantagem que poderá resultar da alteração do regime aplicável ao subsídio social de mobilidade seria a possibilidade de ultrapassar a dificuldade que muitos consumidores enfrentam e que diz respeito à exigência de faturas com número de identificação fiscal, até porque é o próprio código do IVA que não obriga os serviços de transporte a emitirem faturas com o NIF, ora esta matéria e algumas companhias aéreas que não emitem a fatura com o NIF ou por desconhecimento do próprio passageiro, leva a que muita gente fique como se diz na gíria, “a arder centenas de euros” e que a fatura com o NIF só chegue, como diz a própria ACRA no parecer que nos é enviado, depois dos 90 dias do reembolso, e, quando o passageiro se dirige ao balcão dos CTT, chegue lá e leva um rotundo “não”, não tem direito a nenhum cêntimo, porque, entretanto, o prazo esgotou. E é esse o sistema que os Srs. querem manter e que este Parlamento, pelos vistos, acha que deve ser mantido, é burocrático, diz a Sra. Secretária, é complexo, diz a Sra. Secretária cria constrangimentos, diz a Sra. Secretária, exige um grande esforço financeiro por parte das famílias, o que é que vamos fazer? Nada! Vamos tentar ressuscitar um grupo de trabalho que está morto há dois anos, pelo menos, se é que alguma vez esteve vivo, provavelmente nunca teve porque esse grupo de trabalho, como se sabe, nunca deu sinal de vida nem compareceu à audição para o qual foi convidado na Comissão de Economia, mas a coligação e o PSD, em particular, têm mais uma incongruência, em 2018, apresentou uma pronúncia por iniciativa própria, a defender o subsídio social de mobilidade, mas também a dizer que queria simplificá-lo e propostas? Onde é que está a proposta? É que o Bloco de Esquerda apresentou esta proposta em maio de 2022, já lá vai quase um ano e o que é que o Governo fez? Tentou ressuscitar o grupo de trabalho? Não ouvi nada! Apresentou uma proposta alternativa? Não vejo nada!

Bem, a vontade é claramente tudo ficar como está e quando não se quer fazer alguma coisa, costuma-se dizer que se faz um grupo de trabalho e é isso que o Governo Regional quer fazer. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(* **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bem, Sr. Deputado António Lima, há pouco o Sr. ficou indignado quando comentou que a minha iniciativa tem um teto de 450 euros, eu devo dizer que fico mais indignado quando pessoas pretendem por qualquer motivo fazer uma viagem com marcação à última hora e se tiverem que pagar mil euros por um bilhete, que depois sejam os outros contribuintes, os que não viajam, a ter que pagar aquele bilhete de mil euros, acho que a injustiça aí é maior, porque o homem nem viajou ou a família nem viajou e já está pagando os encargos de terceiros.

Falando agora do grupo de trabalho, voltando a falar do grupo de trabalho, onde é que estão os contributos da Região relativamente a esse grupo de trabalho? Eu não vejo essa Assembleia Regional apresentar um trabalho para enviar ao grupo de trabalho, portanto, aqui estamos todos sentados nas nossas cadeirinhas de pele à espera, que o grupo de trabalho faça um trabalho que nem sequer nós nos dignamos a fazer algo e quando aparecem duas iniciativas neste sentido, parece que a vontade é mais de pô-las abaixo do que dá-las apoio, portanto, que rico contributo há de estar a dar essa Assembleia ao dito e famoso grupo de trabalho que não funciona.

Comentar ainda a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando diz que a República tem que assumir os seus deveres constitucionais, sim, sim, Sr. Deputado Paulo Estêvão, a República e os Deputados da Assembleia Regional, quando os Deputados da Assembleia Regional, como o Sr. se mostra indisponível para contribuir para uma solução para resolver esse problema que nem sequer e podendo fazê-lo, podia fazer propostas de alteração, seja ao meu diploma, seja ao diploma do Bloco de Esquerda, quando o Sr. não apresenta propostas de alteração, aí Sr. Deputado, sim Sr., aí o Sr. está a faltar com os seus deveres constitucionais, Sr. Deputado e disse, muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Há aqui uma questão, que eu lhe expliquei na primeira intervenção, é que eu não confio que esta maioria absoluta do Partido Socialista na República, que tem uma maioria na Assembleia, não alterem estas propostas, ou seja, somos nós que tomamos a iniciativa legislativa, será analisada e votada na Assembleia da República e veja esta legislação está em vigor, ou seja, o regime transitório para atribuição do subsídio social está em vigor até 30/06/2023 e, eu não confio, ao contrário de V. Exa., que não venha a ser adotado um regime mais penalizador para a Região Autónoma dos Açores.

E tenho boas razões para desconfiar, Sr. Deputado, ainda para mais quando o antigo Primeiro-Ministro, o atual Primeiro-Ministro, o antigo daqui a uns tempos, o mais depressa possível, quando o atual Primeiro-Ministro acha que está a ser pirateado e que está a ser enganado e por isso eu digo-lhe, eu não confio, que, chegando esta proposta, que é aprovada aqui, mas que tem que ser aprovada no âmbito da Assembleia da República, onde existe uma maioria do Partido Socialista, que esta proposta até não possa ser, e desculpa a expressão, utilizada como uma barriga de aluguer para fazer outras coisas, não será a favor da Região Autónoma dos Açores e dos interesses dos açorianos, isso eu tenho a absoluta convicção que será assim e por isso, Sr. Deputado, tenho a certeza que no seu entendimento está a servir os interesses da Região Autónoma dos Açores, o melhor que sabe e que pode, tenho a certeza disso, mas tenha também a certeza que eu estou a fazer exatamente a mesma coisa, tendo uma opinião diferente de V. Exa., acho que com a minha atitude, com a atitude do meu Grupo Parlamentar, estamos a defender o melhor possível os interesses da Região Autónoma dos Açores e dos açorianos, pode ter a certeza que essa é a minha convicção e por isso eu anuncio que voto contra as três iniciativas em causa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(* **Deputado Carlos Silva (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço uma interpelação para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental regressamos às 17h45.

Intervalo às 17h15

Os trabalhos recomeçaram às 17h45

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições para a participação no debate destas três iniciativas, não havendo, vamos então passar à votação,

Vamos começar por votar na generalidade a **Anteproposta de Lei n.º 11/XII – “Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do Subsídio Social de Mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas”** iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 11/XII, na votação na generalidade, obteve um resultado de empate, com 2 votos a favor do BE e 1 do CHEGA, 2 contra do PPM e 1 do PAN, 25 de abstenção do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Vamos repetir a votação, dessa Anteproposta de Lei n.º 11/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 11/XII, na votação na generalidade, na segunda votação obteve resultado de empate, sendo rejeitada com 2 votos a favor do BE e 1 do CHEGA, 2 contra do PPM e 1 do PAN, 25 de abstenção do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora passar à votação na generalidade da **Anteproposta de Lei n.º 12/XII – “Estabelece a uniformização e descentralização do Subsídio Social de Mobilidade das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira”** apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 12/XII, foi rejeitada com 2 votos contra do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente, 25 votos de abstenção do PS, 21 do PSD, 3 do CDS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Tendo sido rejeitadas Antepropostas de Lei na generalidade, vamos passar à votação do **Projeto de Resolução n.º 120/XII – “Recomenda ao Governo Regional a intervenção na República pelo fim da burocracia no Subsídio Social de Mobilidade nos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do CHEGA.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 120/XII foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 2 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 1 a favor do CHEGA, 21 de abstenção do PSD, 3 do CDS, 2 do BE e 1 da Iniciativa Liberal,

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, para uma declaração de voto, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O exemplo que essa Assembleia hoje deu perante os açorianos, para mim, na minha ótica, não foi o melhor, a Assembleia Regional entendeu por bem declinar as suas responsabilidades na resolução de um problema que afeta parte da população açoriana, quando pretende comprar um bilhete de avião para sair da sua Terra, sair da sua Terra que também é Portugal e que, mesmo a República tendo fazendo a sua parte ao assumir parte desse custo, a Assembleia Regional não conseguiu encontrar aqui uma solução, ou favoravelmente uma solução que ajudasse a resolver esses problemas.

Da minha parte, obviamente, que tinha que votar favoravelmente a minha proposta, não votei favoravelmente a do Bloco de Esquerda, porque não acredito nela, mas dei o benefício da dúvida, porque achei sempre melhor que era preferível que houvesse uma proposta que eu não concordasse do que daqui saísse proposta nenhuma, o mesmo gesto não teve o Bloco de Esquerda que, ou se concorda comigo ou não se concorda. Portanto, para o Bloco de Esquerda, ficou presente que é preferível não termos nenhuma iniciativa do que a iniciativa do Carlos Furtado.

E a iniciativa do CHEGA também votei, essa sim, votei contra porque, obviamente, que estando aqui em discussão duas iniciativas que pretendiam resolver o problema, não fazia sentido que essa Assembleia apresentasse um Projeto de Resolução que não resolve o problema.

E a mensagem que ficou aqui dada é muito clara, a mensagem é claríssima, havia duas propostas para tentar resolver esse problema, nenhuma das propostas de forma construtiva com a figura de Anteposta de Lei nenhuma foi aprovada para ser aprovado um Projeto de Resolução.

A pergunta que se impõe, Sras. e Srs. Deputados, é, o que é que estamos aqui a fazer, a aprovar Projetos de Resolução, recomendações à República? Nós estamos a dar-nos por incapazes de arranjar uma solução, foi isso que se viu, lamentavelmente, disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, para uma declaração de voto.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, açorianos.

É isto, vejam essa questão da mobilidade, vejam a vontade que há.

Não há mais palavras a dizer sobre isso. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, para uma declaração de voto.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PAN votou contra as três iniciativas, não, porque não tem vontade para que se mude, se simplifique, que se retire a burocracia relativamente a este tema, e, ao contrário daquilo que foi dito que antecedeu à minha declaração de voto, o que não aceito sequer, não vou por um lado, porque quero mudar, mas porque eu não concordo que estas iniciativas conseguissem resolver o problema.

Há aqui diferentes posições, posicionamento político do PAN simplificar o máximo possível e, neste caso, ao ponto de fazer uma transferência bancária diretamente ao passageiro, isto é o que o PAN pretende, neste momento as iniciativas que estão aqui não serviriam, ...

(Aparte impercetível do Deputado Independente)

O Orador: ... eu não o interrompi, Sr. Deputado, não servem absolutamente para aquilo que nós necessitamos.

A Região Autónoma dos Açores, necessitava de mais, se eu posso também sentir-me responsável, que eu podia ter feito propostas de alterações, sem dúvida, aceito essa responsabilidade, não o fiz, poderia tê-lo feito, só que não é na balança ou sim ou não, ou aceitamos ou não aceitamos, não! As iniciativas não eram aquilo que para o PAN seria a melhor solução para os Açores, por isso é que votou contra. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, para uma declaração de voto.

(* **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O sentido de voto do Grupo Parlamentar do PSD não significa que não defenda com vigor aquilo que é a necessidade da simplificação do sistema do subsídio social de mobilidade e aquilo que é a necessidade de alterar e aquilo que são as injustiças relativamente às pessoas que têm menos possibilidades financeiras da compra de bilhetes que são vendidos a preços muito exagerados.

A questão aqui coloca-se sobretudo numa visão global do modelo e naquilo que é uma matéria demasiado técnica para que se possa sem pôr em causa o próprio modelo da liberalização e aquilo que são as vantagens associadas seguir um caminho que já se percebeu que não resultou numa iniciativa semelhante da Assembleia Legislativa da Madeira e que foi aprovada na Assembleia da República, e, portanto, há absoluta necessidade de fundamentação técnica que não seria possível através da aprovação das propostas aqui apresentadas, ainda que, o nosso voto tenha de abstenção, e portanto, o que nós defendemos é que o Governo Regional, dentro daquilo que são as suas possibilidades, junto do Governo da República, reative, como disse a Sra. Secretária, o grupo de trabalho e desse grupo de trabalho é que de facto, podem sair benefícios para os açorianos e é isso que nós estamos disponíveis para apoiar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto. Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(* **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Para o Grupo parlamentar do CDS reiteramos que o que era o objetivo destas duas, ou o pensamento e o raciocínio que está por trás das

iniciativas que votámos é um pensamento e um desejo que nós obviamente acompanhamos. No entanto, temos e tivemos muitas dúvidas quanto à exequibilidade e à forma como estas medidas foram propostas, assistia-nos também a possibilidade de fazer alterações, é certo, não encontramos uma formulação que nós considerássemos que pudesse vir a ter pernas para andar por assim dizer no Parlamento nacional e, por isso, atendendo também ao histórico de iniciativas semelhantes e ao histórico que tiveram na Assembleia da República, consideramos que não seria nesta forma e nós não tendo uma forma melhor, consideramos que aquilo que o Governo Regional tem que fazer é exatamente aquilo que também foi reiterado, que é a reativação ou colocar o grupo de trabalho que foi nomeado para esse efeito a fazer este trabalho urgentemente e que resolva de uma vez por todas este problema que tem a ver com a impossibilidade que pode gerar em muitas famílias açorianas de ter que avançar com uma verba que é muito superior àquilo que é o valor que foi desenhado e que foi designado como valor máximo a pagar pelos açorianos. Por isso, dessa forma, nós abstivemo-nos porque não tínhamos uma forma melhor de dar resposta a este documento, mas, contudo, também não nos opomos àquilo que era o pressuposto que está na origem destas iniciativas. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou naturalmente a favor da sua Anteproposta de Lei, porque ela era, e continuamos a achar que é, o caminho para se não só simplificar a questão do subsídio social de mobilidade, mas também para acabar com a questão dos adiantamentos que oneram e que trazem um constrangimento que é para

nós inaceitável aos passageiros que se deslocam para o continente e para a Região Autónoma da Madeira.

Votamos a favor porque efetivamente, consideramos que a inércia que se verifica por parte das entidades responsáveis sobre esta matéria em melhorar o sistema está para durar e, também, porque se percebe que na Assembleia da República e no Governo da República não há de facto vontade alguma em alterar este modelo e se não for o Parlamento dos Açores a tomar uma posição consequente e apontando um caminho, este modelo dificilmente ou nunca será alterado, principalmente no que respeita à questão dos adiantamentos.

Lamentavelmente, criou-se, uma nova coligação neste Parlamento sobre este subsídio social de mobilidade, que é a coligação que quer manter tudo como está.

E, António Costa bem pode agradecer a quem não votou a favor porque tem aqui os seus maiores aliados, aqueles que querem manter exatamente o subsídio social de mobilidade como está...

Deputado Bruto da Costa (PSD): Que o senhor votou!

O Orador: ... e os açorianos e açorianas, a terem, que adiantar centenas e milhares de euros para viajar, para sair dos Açores Para isso, António Costa não conta com o Bloco de Esquerda. Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Agora, passados 6 anos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista absteve-se em relação às duas Antepropostas, por considerar que, pese embora algumas virtudes das mesmas, sobretudo na simplificação dos procedimentos que poderiam levar ao reembolso do subsídio social de mobilidade, a verdade é que também elas acarretavam riscos acrescidos, num caso, na proposta do

Bloco de Esquerda, ela acarretava riscos de aumentar os custos administrativos e financeiros para as transportadoras, nomeadamente para a SATA, que está em pleno processo de privatização, e, isso também não pode ser ignorado, portanto, traria riscos acrescidos que no nosso entender, poderiam prejudicar a mobilidade dos açorianos, também não eliminava o risco de fraude e, em limite, poderia também levar ao aumento do preço médio, conforme consta dos pareceres. Relativamente à Anteposta do Deputado Independente, conforme foi reconhecido também, ela acarretava riscos acrescidos para a Região, porque transferia a responsabilidade da gestão do subsídio social de mobilidade, da República para a Região Autónoma dos Açores e isso também no nosso entender, não é aceitável e condicionaria a mobilidade dos açorianos, por isso não votámos a favor, mas também não votamos contra, por reconhecer exatamente a necessidade de aperfeiçoar o modelo existente de forma a não onerar os açorianos. Relativamente à Resolução apresentada pelo CHEGA, ela, de facto, não concretiza propriamente alguma alteração do modelo e além disso, votámos contra porque ela prejudicaria os estudantes açorianos porque não ficavam contemplados na Resolução que foi apresentada e, portanto, com isso, não poderíamos aprovar. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PPM votou contra, por três ordens de razões, a primeira tem a ver com o conjunto de obstáculos da argumentação desenvolvida pela Autoridade Nacional de Aviação Civil, que vale a pena recapitular.

1. A delegação da responsabilidade para a verificação da legibilidade dos beneficiários por parte das companhias aéreas levanta constrangimentos, nomeadamente quanto às regras estritas de proteção de dados e à violação de princípios concorrenciais, ou seja, um problema legal evidente.

2. Ainda em relação à posição tomada pela ANAC, a tal acresce o facto desta habilitação poder gerar questões de violação de princípios concorrenciais, levando ao extremo a que certas transportadoras aéreas abandonem o mercado, sublinho esta preocupação da ANAC, que abandonem o mercado, ou seja, que abandonem os Açores.

3. Esta autoridade intenta, a ANAC, ainda que o modelo apresentado representa um retrocesso, uma vez que o cenário proposto é semelhante ao modelo que vigorava antes da liberalização das ligações entre o continente e as regiões autónomas, o que, como se sabe, era péssimo e altamente constrangedor.

4. Saliente-se também que o financiamento por parte das companhias aéreas poderá criar barreiras à entrada das companhias aéreas neste modelo de subsidiação e, portanto, no modelo de atribuição de subsídio social de mobilidade.

A segunda ordem de razões tem a ver com a oportunidade, a oportunidade política, nós vamos ter a atribuição do subsídio social de mobilidade, a legislação que o contempla apenas o contempla até 30 de junho de 2023, deste ano, e, portanto, nós tendo em conta o passado recente deste Governo da República, altamente constrangedor para aqueles que são os interesses da Região Autónoma dos Açores, nós consideramos que a apresentação de propostas na Assembleia da República, uma Assembleia da República em que o Governo da República tem maioria absoluta, ou seja, na Assembleia da República, o Partido Socialista tem a maioria absoluta, poderia ser utilizado para diminuir as vantagens que ainda temos neste atual modelo, era um risco muito significativo, até tendo em conta a opinião do Primeiro-Ministro nesta matéria e, portanto, o risco era muito significativo de se procederem alterações altamente prejudiciais para a Região Autónoma dos Açores. A terceira ordem de razões tem a ver também com o processo de privatização em curso, a SATA, no seu parecer, refere claramente esta questão, ou seja, que a alteração deste modelo neste período, neste período tão nevrálgico do ponto de vista da decisão de concorrer e de participar neste processo de privatização seria drasticamente negativo para os interesses da companhia e do processo de privatização, que como se sabe, está a ser

imposto por parte da União Europeia, portanto, seria mais um fator altamente desestabilizador para um processo de privatização que não será fácil, que não será fácil e que tem que decorrer no âmbito da defesa dos interesses dos Açores, que é isso que nos interessa nesta matéria.

Portanto, essa é a terceira razão, ou seja, afetaria gravemente o processo de privatização em curso, aprovar estas alterações, que sublinho, teriam que ser aprovadas ainda no âmbito da Assembleia da República, mas aí o Partido Socialista tem a maioria absoluta, portanto, são estas as três razões que nos levaram a votar contra e a assumir uma posição nesta matéria de defender, como em todas as outras matérias, defender intransigentemente, os interesses dos Açores, mesmo que o partido venha a ser alvo depois de ataques populistas, nós estamos de consciência tranquila, defendemos os interesses da Região Autónoma dos Açores, defendemos os Açores.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Penso que estão feitas as declarações de voto. Vamos avançar para a próxima iniciativa, ponto 6. da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 38/XII – “Cria o Centro de Qualificação dos Açores, IPRA, e procede à definição do seu modelo de organização e funcionamento”**, é uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, para apresentação do Diploma, faz favor.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O XIII Governo dos Açores, definiu como um dos seus objetivos fundamentais para a governação da Região o aumento dos níveis de qualificação dos açorianos através da formação profissional, conforme está expresso no Programa do Governo e nas Orientações a Médio Prazo 2021/2024, num compromisso inédito nos Açores, repito, inédito nos Açores, foi apresentado em Fevereiro do ano passado a Agenda Regional para

a Qualificação Profissional, resultado de uma reflexão alargada no âmbito do Fórum Regional da Qualificação Profissional, através do qual diferentes agentes de educação, da formação, da economia, da sociedade civil, identificaram necessidades e desafios de um setor essencial para a coesão e desenvolvimento da nossa Região, tendo em vista a articulação de uma estratégia e respostas comuns.

A sua operacionalização em curso pressupõe o conjunto de transformações essenciais para que possamos coletivamente promover novas possibilidades sobre o ensino e formação profissional na próxima década, por um lado, e por outro, reforçar a qualificação e competências da população ativa, considerando os seus efeitos para mais e melhor emprego para a inclusão social, para o crescimento da economia e para o desenvolvimento da nossa Região.

Assim, a Proposta de Decreto Legislativo Regional, ora em apreciação, que cria o Centro de Qualificação dos Açores, CQA, constitui uma etapa particularmente significativa neste percurso que foi traçado e que está a ser trilhado em articulação com as escolas profissionais, tecido empresarial, parceiros sociais, entidades públicas e privadas para a concretização desta estratégia de valorização e promoção do sistema de ensino e formação profissional na nossa Região.

O Centro de Qualificação dos Açores vai surgir no lugar da escola profissional de Capelas, a única instituição pública de qualificação profissional da Região, que passa para a tutela da Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, já na observância do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2023/A de 11 de janeiro, que transferiu a tutela do ensino profissional para esta Secretaria Regional. O CQA é uma oportunidade para os açorianos e para a economia da Região.

O CQA vai ser um centro de formação de adultos, através do qual será assegurado uma resposta flexível à medida das necessidades da qualificação e aquisição de competências da população ativa empregada ou desempregada, em função das necessidades das

empresas e do mercado, beneficiando todas as ilhas, com recurso, sobretudo à formação à distância.

O CQA vai implicar uma revisão da oferta formativa, visando numa ótica de especialização inteligente, anular possíveis sobreposições. Enquanto instituto público de formação, não fará concorrência às escolas profissionais e não irá ministrar cursos profissionais de nível IV, mas sim formação modular e dual em áreas cujas outras escolas profissionais não oferecem formação.

O CQA vai atuar nos domínios de orientação ao longo da vida, da educação e formação e do reconhecimento, validação e certificação de competência, adequando a sua capacidade técnica e tecnológica às necessidades atuais e futuras.

O CQA vai permitir juntar as capacidades operativas da Escola Profissional de Capelas e da Rede Valorizar, gerando sinergias em termos de instalações de apoio logístico, com vista a uma maior eficiência e eficácia, qualidade e abrangência dos seus serviços, garantindo uma resposta integrada ao cidadão.

O CQA vai promover uma estreita ligação às empresas e à indústria, ligação essa que vai estar assegurada desde logo no seu Conselho Consultivo, no qual os parceiros sociais empresariais terão assento e poderão aconselhar e avaliar a sua política de qualificação alinhada com as políticas públicas de qualificação e emprego definidas pelo Governo Regional.

Este será em traços gerais, o novo CQA, recebeu parecer favorável dos parceiros sociais e entidades da sociedade civil, entre os quais o Conselho Económico e Social dos Açores, a Federação Agrícola dos Açores, a AICOPA, UGT-Açores, a CGTP- in Açores, o Sintap-Açores, a ANAFRE-Açores, o Sindicato Democrático dos Açores e, entre outros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Centro de Formação Profissional dos Açores, Escola Profissional de Capelas, comemorou este ano os seus 47 anos de formação e qualificação de excelência nas áreas técnicas, industriais, de milhares de quadros da nossa Região.

A última década é, porém, de má memória...

Deputado Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: ... os últimos 10 anos da Escola Profissional de Capelas fica marcado pelos desinvestimento, por uma reduzida oferta de cursos, pela concorrência com as escolas profissionais e pela fraca ligação com as empresas e indústria da Região.

Essas escolhas conduziram ao desmantelamento da vocação desta instituição, formar e capacitar tecnicamente em áreas como eletrónica, construção civil, mecânica automóvel, agroalimentar, eletricidade, madeira, entre outras.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O nosso objetivo é trazer a Escola Profissional de Capelas para o século XXI, em termos de equipamentos e edifícios, mas também em termos de projeto, tirando partido das infraestruturas já existentes, que vão ser recuperadas e qualificadas, bem como da capacidade técnica e pedagógica já instalada.

O Centro de Qualificação dos Açores vai ter todas as condições para ser uma referência nacional, na área da educação e formação em termos de qualidade, criatividade, excelência e ligação à economia e à sociedade.

Deputados Bruto da Costa e António Vasco Viveiros (PSD): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Neste ano, que é o Ano Europeu das Competências e aproveitando os recursos financeiros disponibilizados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, propomos a esta Assembleia Legislativa a criação do Centro de Qualificação dos Açores, uma nova resposta pública ao desafio de qualificar os açorianos, assente numa estratégia que vai promover a maximização das atividades de formação e potenciar a mobilização da população ativa e dos diferentes setores produtivos.

Assumimos este compromisso, estamos aqui, no sentido de o cumprir.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional, está apresentada a iniciativa. Sra. Deputada Vera Pires, tem a palavra, faça favor.

(* **Deputada Vera Pires (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo Governo Regional, pretende proceder à substituição da Escola Profissional das Capelas por um Centro de Qualificação dos Açores, alegando a necessidade de uma maior eficiência, qualidade e abrangência dos seus serviços.

Na década de 90, o então centro de Formação Profissional dos Açores foi transformado na Escola Profissional das Capelas, com a justificação de que se verificavam graves dificuldades de gestão de que se impunha um novo enquadramento que acautelasse a garantia da qualidade do ensino ministrado, nomeadamente no que respeita ao seu paralelismo com as outras modalidades integradas no sistema educativo regular.

Mais tarde, em 2008, houve uma reestruturação da Escola Profissional das Capelas, completando, e bem, o seu processo de integração no sistema educativo regional.

O atual Governo apresenta agora uma proposta que altera a natureza orgânica desta escola e, para tanto, pensamos nós que será necessário demonstrar a este Parlamento a necessidade de fazer esta alteração sobre a qual o Bloco de Esquerda tem muitas dúvidas. Não vemos vantagens na criação deste centro com a consequente extinção da Escola Profissional das Capelas.

E começamos por relevar aqui uma contradição gritante entre o texto que o Governo apresenta a esta Assembleia, a este Parlamento, para votar e as intervenções da Sra. Secretária responsável pela área, quer em sede de Comissão, quer agora aqui em Plenário. E isto, porque, quando a Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego apresenta esta iniciativa e isto aconteceu praticamente com as mesmas palavras em Comissão, como agora aqui hoje, diz-nos que este centro vai ser um centro

de formação dos adultos, portanto, vai ser um centro que não vai ministrar cursos de formação de nível IV e que não é concorrencial com as escolas do ensino profissional.

Ora a proposta apresentada aqui, pelo Governo Regional, na sua alínea b) do n.º 2 do art.º 4.º, refere uma coisa completamente diferente, dizendo que uma das atribuições deste centro, deste CQA, é o desenvolvimento de ações de formação profissional de nível II a V. Portanto, gostaríamos que a Sra. Secretária nos esclarecesse esta questão.

Para além disto, e embora este diploma refira, no n.º 4.º do art.º 12.º, que o pessoal afeto tanto à Escola como à Rede Valorizar, transita para o Centro de Qualificação no respetivo grupo e categoria profissional, nada refere sobre o modo de recrutamento dos futuros funcionários. Quanto ao pessoal docente, embora esteja prevista a possibilidade de estes requererem junto da Direção Regional, a respetiva afetação ao Centro de Qualificação, nada garante o deferimento deste pedido e também o método de recrutamento de docentes não está especificado.

No nosso entender, deve ser realizado através da oferta centralizada de emprego, à semelhança do que acontece nas outras escolas públicas da nossa Região.

Assim sendo, todo e qualquer recrutamento para o Centro de Qualificação, ficará, com este texto que o Governo nos apresenta, dependente de quem administrar o centro, abrindo mais hipóteses para os famosos “jobs for the boys” e, quanto a isso o Bloco de Esquerda já demonstrou bem a sua posição, defendendo sempre que estes processos devem resultar sempre de concursos públicos.

Concordamos que é necessário efetivar o direito à formação profissional com medidas que valorizem e desenvolvam a qualificação das pessoas, contudo, parece-nos que com a criação deste centro, poderemos correr o risco de fornecer às empresas mão-de-obra qualificada a preços “low cost”, quando o que é essencial é garantir que a aposta na formação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras dos Açores os valorizará, além disso, há algo que consideramos também importante salientar, há poucos dias, numa visita à Escola Profissional das Capelas, um dos partidos que tem acordo com este Governo

afirmou que a formação profissional tem de ser levada a sério, como se não o fosse, acrescentando ainda que esta é passo a citar: *não pode ser o depósito de lixo do ensino oficial*, esta foi a forma encontrada por este partido para caracterizar os alunos das escolas profissionais e isso é do nosso ponto de vista, absolutamente inadmissível.

Para o bloco, as escolas profissionais desempenham um importante papel na formação e qualificação dos jovens e frequentam estas escolas jovens que decidem aceder com toda a legitimidade, a uma formação que lhes proporcione preparação para um exercício profissional qualificado com contacto com o mundo do trabalho e experiência profissional e estes jovens não são lixo.

Centrando-nos novamente na análise desta iniciativa em concreto, verificamos que a própria nota técnica à Proposta de Decreto Legislativo Regional deste Governo menciona que esta iniciativa não refere nem se faz acompanhar do necessário estudo para a criação de um instituto público regional, quanto à necessidade, implicações financeiras e efeitos relativamente ao setor em que este instituto irá exercer a sua atividade, tal como previsto no n.º 2 do art.º 10.º do DLR n.º 13/2007/A de 5 de junho alterado e republicado pelo DLR n.º 13/2011/A de 11 de maio.

Tendo em consideração todos os constrangimentos que aqui expusemos, o Bloco de Esquerda não irá acompanhar esta iniciativa. Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está inscrito o Sr. Deputado José Pacheco a quem dou a palavra, faça favor.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada, foi o Deputado do CHEGA que disse, pode dizer, eu assumo tudo o que digo, e, digo desde que fui formador numa escola profissional e dizia aos meus alunos e dizia aos responsáveis da escola, sabe porquê? Porque eu levo muito a sério o ensino profissional e devíamos levar todos a sério o ensino profissional, porque o que se está a passar na nossa sociedade, hoje em dia, é uma falha grave da formação profissional e não

pode ser o ensino profissional o balde de lixo do ensino público, isto o que é que quer dizer? Os meninos que não dão nada no ensino público, os meninos que, enfim, vocês gostam de descartar ou gostam de reter nas escolas, eram atirados para a formação profissional e eram eles depois, enfim, estavam ali, estavam ali num congelador, num congelador, não é assim que eu vejo o mundo, não é assim que se deve ver o mundo, a formação profissional é fundamental, aqueles rapazes devem sentir orgulho, como eu vi nas Capelas uma turma de eletricidade que mando um abraço, que estavam com orgulho a explicar o trabalho que estavam a fazer, a formação que estavam a ter, o que eu não vi com orgulho, foi um Centro das Capelas atirado ao abandono pelo Governo Socialista, em que chove lá dentro, em que está tudo que é uma grande desgraça porque os Srs. não têm respeito pela formação, é uma vergonha o que eu vi nas Capelas é uma vergonha e sendo uma vergonha, tem que ser denunciado publicamente, porque os Srs. abandonaram a formação profissional e andaram a por dinheiro naquilo que vos interessava, nos “boys for the jobs” e “boys for the jobs” não é só no Governo, também houve nas escolas profissionais, aquilo passou a ser, as escolas profissionais passaram a ser, o depósito dos políticos desempregados, é contra isso que nós temos que lutar, temos que levar a formação profissional a sério, temos que levar a formação profissional como uma missão, uma missão para esta Terra, caso contrário, olha, vamos ter que importar trabalhadores, sem qualificação, sem formação, sem coisíssima nenhuma, sem coisíssima nenhuma, é isso que os Srs. querem? Eu não quero, mas se é isso que os Srs. querem é isso que os Srs. vão ter e eu vou estar cá para lutar todos os dias contra isso, formação profissional, fundamental, fundamental, mas também acrescentava, também, acrescentava, sim, investir no Centro das Capelas sim, mas também investir nas nossas escolas públicas, onde eu fui a Rabo de Peixe ver portas amarradas com arames e estive com os alunos da Antero de Quental, o nosso Liceu, a reclamar até nem meia dúzia de árvores se consegue plantar, quer dizer isto também não é aceitável, não é aceitável.

Nós temos que apostar em tudo, quem quer ir para o ensino que nós chamávamos o regular, o ensino oficial, vai é uma opção de vida, quem quer ir para a formação profissional tem que ir, mas tem que ir de peito aberto para aprender uma profissão e louvo aqueles rapazes que eu vi, pronto, só havia rapazes, a aprender eletricidade e louvo a alegria que eles tinham de explicar o que estavam a aprender, eu quero, é mais gente desta! Eu quero é que os Açores tenham mão de obra qualificada a ganhar bem, a ganhar bem e também percebi, daquilo que me foi dito, que aquelas pessoas à partida, já têm colocação no mundo do trabalho, também ouvi uma coisa muito interessante da visita que fiz às Capelas é que vai ter um centro de incubação de novos empresários, ou seja, quem tem a formação poderá ali naquele mesmo espaço, dar os primeiros passos. Sim, Sr., é isto que eu quero ouvir, vai acontecer? Estamos aqui para ver, para acreditar, se não acontecer, estamos aqui para criticar, é assim que as coisas devem ser. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PAN é favorável a esta iniciativa, tendo em conta o valor que nós damos às escolas profissionais, o valor que nós damos àquilo que é uma formação prática sobre aquilo que é necessário e necessitamos.

Temos uma lacuna bastante grande sobre esses profissionais nos Açores, isso foi-nos dito, também fui visitar a Escola das Capelas e foi-nos dito que todos os alunos são absorvidos na sua totalidade pelas empresas nos Açores, aliás, as próprias empresas dizem que querem que haja mais formação, mais pessoas, porque essas pessoas, obviamente, serão absorvidas, e, estamos a falar de cursos que são extremamente importantes e que estamos a perder as novas gerações não querem acompanhar tanto como as gerações anteriores, mas isto sem dúvida que é um nicho de mercado onde até se paga bastante bem, estamos a falar de eletricidade, estamos a falar de canalização, estamos a falar de carpintaria algo bastante importante e, que, se calhar a escola pública até nem consegue adaptar essas

peessoas que queiram fazer essa profissão e de uma forma mais prática e sem dúvida que todas as escolas profissionais são bastante importantes e eu, tanto pessoalmente, como também como representante do PAN, apoio totalmente as escolas profissionais e temos retirar da ideia, as pessoas têm que retirar a ideia que a escola profissional é, neste caso, a escola barata daquilo que nós temos nos Açores acontece exatamente o mesmo no continente, acontece o mesmo na Madeira, as pessoas têm quase anticorpos para ir para a escola profissional, acham que não é tão adequada, está completamente errado, basta depois olhar se nós, uma pessoa que sai da escola pública, que não vai para universidade ou mesmo que vá para universidade e uma pessoa da escola profissional que tem emprego e é bem pago, depois, o que é que acontecerá daqui a 10 anos de uma pessoa que quer, neste caso, ter o seu conforto monetário, comparativamente com uma pessoa que vai ficar no desemprego? Esta é a diferença e também quero dizer aos pais e aos alunos que isto é aquilo que nós queremos apostar.

Sobre o diploma em si e eu estou um bocado, obviamente, surpreendido e por isso pergunto à Sra. Secretária, se tiver a amabilidade de responder, porque eu tenho essa dúvida, já foi dito pela Deputada do Bloco de Esquerda, relativamente àquilo que é o art.º 4.º, neste caso, a alínea b) do n.º 2 do art.º 4.º, em que diz que este novo estatuto vai dar formação do nível II até ao nível IV, mas na intervenção neste caso, no discurso da Sra. Secretária disse que não quer, obviamente, competir, obviamente, se calhar não é assim tão óbvio, competir com as outras escolas profissionais não vai dar nível IV ou se calhar o nível V, eu gostaria que questionasse isto, porque eu tenho, está escrito no Decreto e é por isso que o apoio e essa mudança não ajuda e eu gostaria pelo menos que houvesse uma explicação, se calhar eu não estou a ver bem e é outra coisa completamente diferente sobre isso. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Diz o povo do alto da sua sabedoria, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, ninguém no seu perfeito juízo nesta Região contesta a necessidade, a importância, a pertinência do ensino profissional.

Ninguém no seu perfeito juízo depois de ter ouvido ao longo dos últimos dois anos desta legislatura, empresários, associações e IPSS e até órgãos dirigentes da administração pública regional falar de falta de mão de obra, de falta de mão de obra qualificada, ninguém no seu perfeito juízo, dizia eu, poderia criticar uma estratégia de melhoria da qualificação dos ativos e da qualificação dos jovens açorianos.

Mas como dizia, de início uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, uma coisa é acreditarmos nessa necessidade, acreditarmos nessa pertinência, estarmos com vontade de alterar essa situação, outra coisa é o diploma que nos traz o Governo.

Um diploma que cria mais um instituto público, ora, eu não quero sequer aqui falar do tipo de cheque em branco que o Governo nos pede para passarmos aqui diretamente para a regulamentação, aliás, também faz o Partido Socialista na sua proposta de alteração, o funcionamento de mais este instituto público, eu vou só lembrar que a Iniciativa Liberal deu-se ao trabalho de alterar um Decreto Legislativo Regional que, tal como este, veio a esta Câmara sobre um outro instituto público e a Iniciativa Liberal deu-se ao trabalho de o alterar no sentido de reduzir os custos deste instituto público, de melhorar algumas das suas áreas de funcionamento e o Governo levou para regulamentação o documento um bocadinho melhorado, ora, eu lembro que passado esse tempo todo da aprovação do IVVA, para quem não se lembra de que instituto era, ainda não está implementado, ainda não está criado, ainda não está a funcionar, já passou um ano...

Deputado Bruto da Costa (PSD): Até ao lavar dos cestos...!

O Orador: ... de vinificação e afinal, até parece que não tem importância nenhuma e o Governo, o mesmo Governo, traz-nos agora mais um instituto público.

Sr. Deputado José Pacheco, temo em dizer-lhe, eu comungo de todas as suas preocupações em relação aos jovens açorianos, à dignidade que é preciso dar ao ensino

profissional, mas temo em dizer-lhe que este diploma que o Governo aqui trás é mais “jobs for the boys” do que preocupações com os jovens açorianos, com a qualificação de ativos, com a qualificação dos jovens açorianos, e, por isso eu percebo as suas preocupações com o ensino profissional, eu percebo, até porque tenho acompanhado ao longo da minha passagem por este Parlamento nesses últimos dois anos, já visitei escolas profissionais na Povoação, Nordeste, Ribeira Grande, Praia da Vitória e Velas e todos se queixam da forma como este Governo, todos, transversalmente, se queixam da forma como este Governo tem lidado com este processo e não é criação de mais um instituto que vai resolver o problema é a concorrência, por exemplo, que faz no ensino regular, com cursos profissionais, que não são adequados sequer...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: ... à empregabilidade.

É, por exemplo, os entraves que mete a algumas escolas profissionais para abrirem alguns cursos, e há aqui muitas questões que nós podemos ver e, todos esses cursos, que se querem agora, essas qualificações que se querem agora dar a esses ativos podem ser dadas naquela escola sem criarmos mais um instituto público e as obras que são necessárias e tem razão, Sr. Deputado e tem razão, Sr. Deputado, as obras que são necessárias e o abandono a que foi votado aquela infraestrutura podem ser feitas sem se criar o instituto público, não precisa de um instituto público, de mais órgãos dirigentes, equiparados a Diretores Regionais ou lá o que é que queiram por aqui, para fazer aquilo que é preciso ser feito, não precisam de ter mais um instituto, não precisam de ter mais “job for the boys” para resolver o problema da qualificação de ativos na Região Autónoma dos Açores, nem para resolver os problemas gravíssimos que existem na qualificação de jovens açorianos e na formação de jovens açorianos, disse.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra agora o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Governo Regional apresenta uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o Centro de Qualificação dos Açores, Instituto Público Regional dos Açores e procede à definição do seu modelo de organização e funcionamento.

Saudamos desde logo a presente iniciativa na pessoa da Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Maria João Carreiro.

Na opinião do Grupo Parlamentar do PPM, estamos perante um projeto de formação profissional que é necessário implementar nos Açores, já que, como é do conhecimento geral, nos dias de hoje, escasseiam trabalhadores de ofícios, principalmente de destreza manual.

Para o efeito é sugerido pela presente iniciativa transformar a Escola Profissional das Capelas no Centro de Qualificação dos Açores, desta escola profissional pública, que anteriormente foi um centro de formação, saíram milhares de alunos açorianos com certificados de habilitação profissional, prontos a ingressar no mercado de trabalho nas mais diversas áreas.

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do PPM entende que a criação de um Centro de Qualificação dos Açores é uma grande mais-valia porque, para além de mitigar a falta desses ofícios no dia a dia açoriano, também contempla o propósito de formar adultos com baixas qualificações, oferecendo cursos de curta duração, com informação e orientação vocacional, com formação inicial e contínua e o devido reconhecimento, validação e certificação de competências.

Em suma, são valências muito necessárias à nossa sociedade e que preencherão uma grande lacuna, como é a falta de profissionais em ofícios em diversas áreas e, por outro lado, colmatar o ensejo de uma franja da nossa população que necessita de alento e anseia pela oportunidade de uma porta que se abra e torne possível a realização de uma carreira baseada numa formação profissional específica, de forma a atingir um emprego estável e a subsequente realização pessoal e profissional.

O Centro de Qualificação dos Açores deixará de ser uma escola profissional, logo não poderá dar a oferta formativa de cursos profissionais, ficando essa oferta para as outras escolas profissionais existentes na Região, que partem da iniciativa privada e que tem sido um grande pilar de educação e formação, também de milhares de alunos açorianos. A articulação com a Rede Valorizar, programa que assegura a todos os cidadãos residentes nos Açores maiores de 18 anos, uma oportunidade de qualificação e certificação de nível básico, secundário e ou profissional, fortalece a oportunidade de muitos açorianos em atingirem o patamar profissional que pretendem e que vá de encontro às necessidades das empresas regionais.

Acompanhamos as notas de alguns pareceres no sentido de uma consulta às entidades envolvidas no ensino profissional e parceiros sociais, de modo a elaborar a regulamentação prevista no diploma.

Finalizo, congratulando o XIII Governo Regional dos Açores, pela apresentação deste diploma, que trará a valorização a algumas profissões que outrora eram consideradas de humildes ou de baixa remuneração, atualmente não é assim, uma formação intensiva e de curta duração pode ser o garante de um emprego bem remunerado por conta de outrem ou por conta própria, disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Wilson Ponte Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Peço a palavra para intervir no debate...

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Até que enfim que eu te ouço!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Estava com saudades?

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Estava, porque é um jovem promissor.

O Orador: ... no diploma em discussão, na qual da nossa parte merece atenção especial.

Nós estamos a discutir a criação do Centro de Qualificação dos Açores, em que, em sede de Comissão Parlamentar, verificamos e analisamos que há bastantes incongruências que não foram respondidas através daquela bancada pela Sra. Secretária Regional. Desde logo pareceres que levantam e suspeitam daquilo que é o objetivo de Centro de Qualificação dos Açores, nós não sabemos e não conhecemos em que base ele vai ser regulamentado, ele é automaticamente remetido para opção governativa, tal opção governativa, como é também, a nossa correção, Sra. Secretária Regional, deve sobretudo à correta aplicação da Lei que está no diploma, não se deve apenas à alteração de como deve ser, mas cabe ao Governo sim deixar a regulamentação à centralidade do Parlamento para que nós possamos também fiscalizar a boa ação governativa e não é aqui isso que nós encontramos, o que nós encontramos é praticamente, e, refuto as palavras do Sr. Deputado Nuno Barata, que é o cheque em branco ao Governo Regional.

Nós cá ainda não conseguimos discutir, não conseguimos avaliar e perceber em que dimensão vai ser implementado, isto para nós deixa-nos uma grande preocupação daquilo que será o futuro das escolas profissionais dos Açores, escolas que estão a passar graves problemas em que o Governo Regional demarca-se de qualquer situação e isso põe a nu efetivamente aquilo que é o respeito e a consideração que o Governo Regional tem em relação às escolas profissionais, desde logo nós não compreendemos como um Centro de Qualificação ele forma e ao mesmo tempo, certifica, algo que é conflituante àquilo que se baseia o objetivo deste Centro de Qualificação dos Açores.

É conflituante, na medida que nós não percebemos em que matéria é que vai ser feita esta aplicação e continuando neste desiderato e nesta atabalada apresentação deste diploma, diploma que carece de uma análise profunda, e, em sede de Comissão, isso foi visível pelas declarações que várias entidades foram ouvidas, nós percebemos também que não há qualquer intenção de explicar aqui nesta Câmara como vai ser feita a regulamentação, a Sra. Secretária Regional disse-nos que, ...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... aqui nesta bancada, Sr. Presidente, eu posso continuar, penso que há aqui um ruído na sala que me impede de continuar a minha intervenção.

Deputado Bruto da Costa (PSD): O senhor é que tem que ser mais claro.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado, pode continuar.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente. Para concluir e a aguardar por explicações da Sra. Secretária Regional, o diploma não é claro naquilo que diz, naquilo que se refere aliás, à forma da atribuição das formações que vão ser lecionadas, o diploma diz que pode ser aquilo que está lá, pode ser concorrente às escolas profissionais, concorrente naquilo que é a oferta formativa na Região, e sendo assim, carece de alguma explicação da parte da Sra. Secretária Regional, para compreendermos e percebermos de que se trata esse Centro de Qualificação dos Açores, fico a aguardar. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Guilhermina Silva, faça favor.

(*) Deputada Guilhermina Silva (PSD): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A melhoria da qualificação profissional é um desígnio assumido por este Governo, suportado em ofertas formativas que atendem às necessidades dos cidadãos, das empresas e do mercado de trabalho.

Só assim se poderá dotar a população ativa de competências para enfrentar os desafios de uma economia global em constante mudança, onde a capacidade dos trabalhadores se adaptarem a novos desempenhos e profissões é um desafio corrente.

A criação do Centro de Formação Profissional dos Açores, põe fim a uma década de desinvestimento na Escola Profissional das Capelas, uma irresponsabilidade do PS, que deixou aquela escola ao abandono, reduzida a cursos que eram dados pelas escolas do ensino profissional e não aproveitando equipamento e infraestruturas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Torna-se necessário reorganizar aquela escola transformando o ensino de qualificação dos Açores, com vista a uma maior eficiência, eficácia e qualidade no seguimento também da Rede Valorizar.

Será um centro de formação de adultos com a missão de satisfazer as necessidades de formação e aquisição de competências de jovens ativos e dos adultos desempregados ou empregados em função das necessidades das empresas e do mercado laboral, tendo uma atenção especial aos desempregados, com fragilidades e dificuldades em integrar o mercado de trabalho.

O centro deixa para as escolas profissionais, os cursos profissionais de nível IV, focando a sua ação na formação de adultos que teve parecer favorável de várias escolas profissionais e dos parceiros sociais.

Tal como refere o parecer de um funcionário da Escola Profissional das Capelas, aquele estabelecimento foi herdeiro do Centro de Formação Profissional dos Açores, uma instituição deveras importante na implementação do nosso processo Autónimo, Político e Administrativo transversal à Região, tendo contribuído decididamente para dotar todas as ilhas com trabalhadores qualificados, com sólidas competências profissionais.

Deputado Bruto da Costa (PSD): É verdade.

A Oradora: Congratulamos ainda o facto de estar assegurada a manutenção dos atuais colaboradores da Escola Profissional das Capelas, bem como a continuidade dos formandos atualmente em formação.

Saudamos o Governo Regional dos Açores por mais esta medida estratégica para a Região.

(Aplausos dos Deputados bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária, que seja apenas esse, o primeiro passo de muitos passos que têm que ser dados relativamente ao ensino profissional.

Também eu estive na Escola das Capelas a convite...

Deputado António Lima (BE): Eu não recebi convite nenhum. Isso é uma discriminação.

O Orador: ... para visitar as instalações, estive agora e estive em 89, quando passei por lá numa breve formação, estive naquela escola e sinceramente eu que tenho algum carinho por edificado, meteu dó, meteu dó ver aquela Escola ao estado de abandono que aquele edifício está.

Os Srs. da política, que nem sequer conservar um edifício que foi construído noutros tempos, nem sequer conservar, é lamentável, é lamentável isso e também lamentável, sinceramente, que se espere que os jovens que adiram à formação profissional que há de ser ministrada naquela escola e certificada naquela escola, mas que ainda se espera que eles vão voluntariamente para lá, Sra. Secretária, não vão! Sra. Secretária, para que os nossos jovens vão para lá, é preciso dizer-lhes mais, é preciso dizer-lhes, que essa Região tem que ser justa, não podem alguns funcionários públicos trabalhar, por exemplo, 35 horas por semana e quem trabalha por conta de um patrão privado trabalhar 40 horas, isso é meio caminho andado para não haver jovens a querer fazer cursos profissionais enquanto não houver uma igualdade de tratamento entre trabalhadores, sejam públicos, sejam privados, não vão aparecer lá jovens assim, só porque sim, não, é preciso criar condições, é preciso mostrar a esses jovens e, por isso é que eu apresentei propostas de alteração, é preciso mostrar a estes jovens alguma literacia económica, de lhes fazer perceber que numa profissão lecionada naqueles cursos podem ter uma vida confortável, não de trabalhar 35 horas nem 40, nem de 45, nem de 50, mas sim aquelas que eles entenderem, serem empreendedores, esse diploma fala em empregabilidade, empregabilidade, empregabilidade, não, eu prefiro falar de auto emprego, eu prefiro falar de jovens que, se calhar, vão preferir trabalhar 45 ou 50 horas por semana para terem uma vida mais confortável para poderem ter aspirações de futuro, eu prefiro falar de jovens

que vão fazer um curso de mesa bar e que daqui para algum tempo, vão, se calhar, eles próprios terem o seu próprio bar.

É assim que a economia tem que funcionar, tem que se reconhecer o empreendedorismo de cada um, tem que se valorizar essas pessoas, essas pessoas têm que perceber que, com o seu esforço, com a sua dedicação, podem ir mais além, um curso de formação profissional não pode ser redutor, não podemos estar aqui a fabricar mão de obra para empregadores, sim também mão de obra para empregadores, mas não só isso, Sra. Secretária.

É por isso que eu lhe digo que este diploma, eu admito que seja apenas um primeiro passo, porque tem que ser mais do que isso, a nossa sociedade precisa imperativamente que seja mais do que isso, do que seja só mudar o nome a um centro e atribuir novas competências e outra estrutura, não, tem que haver mais, tem que se dar mais vida aos jovens, tem que se perceber que os nossos jovens e os menos jovens podem sair daquela escola com orgulho de ter um diploma de uma formação feita e este diploma para lá do orgulho deles tem que ser reconhecido, reconhecido na sociedade.

Alguém que traz um curso das Capelas, não pode pensar que aquilo é um diploma de papel reciclado, não, aquele tem que ser um diploma reconhecido na sociedade, eu tenho que ter orgulho de ter um filho num Centro da Capelas, o meu vizinho também e o outro em frente, as pessoas têm que se tem que se perceber que os quadros intermédios são fundamentais e faz parte das nossas obrigações valorizar essas pessoas.

Por isso, Sra. Secretária, eu acho que esse diploma é importante, mas é importante ter outras ambições, faça Sra. Secretária, com que aquela escola, aquela formação seja apetecível para os seus filhos, é só pensar assim e com certeza teremos melhores condições, melhor visão para fazer daquela escola e para dar aquela escola a dignidade que as instalações já tiveram, o reconhecimento que aquele edifício já teve e que os formadores daquela escolha já tiveram, isto é determinante para o sucesso da escola e

determinante para o sucesso e para o bom funcionamento da nossa sociedade. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a quem dou a palavra faça favor

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Vejo com satisfação que V. Exas. querem ouvir o que eu vou dizer agora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Bem-vindo, Sr. Deputado Vílson Gomes, já tínhamos saudades de V. Exa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Oh não diga isso!

O Orador:... eu tinha, eu tinha, ao longo de todos estes meses V. Exa., como é que eu vou dizer isto, foi votado ao silêncio e, portanto, agora está de regresso muito bem.

Sr. Deputado, mas eu compreendo porque razão é que V. Exa. foi votado ao silêncio, veja bem, porque o seu principal argumento no seu discurso para se opor de alguma forma a esta iniciativa é de que deixa coisas para regulamentar por parte do Governo Regional, ora, por esse prisma, Sr. Deputado, posso garantir-lhe aqui uma coisa, V. Exa. teria chumbado todas as propostas do Governo Regional anterior.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Todas! Se esse é o argumento, esse é um argumento que lhe teria permitido votar contra todas as iniciativas que os Governos Regionais anteriores aqui apresentaram. Mas Sr. Deputado, também constato que não utilizou o argumento que foi utilizado aqui pela Iniciativa Liberal do instituto público porque, obviamente, V. Exas. também estão familiarizados com essa figura, mas a verdade é esta, a verdade é que V. Exa. também em articulação, com certeza com o líder da sua bancada, também teve o cuidado de não aprofundar muito, enaltecer muito aquela que foi a experiência recente da Escola das Capelas, tal como ela se encontrava, porque a verdade é que ela foi profundamente desvalorizada, a verdade é que as instalações como estão e os equipamentos também e,

portanto, percebo, percebo que V. Exa. não tivesse feito aqui aquilo que podíamos chamar um exercício de saudade...

(Risos do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: ... em relação àquilo que V. Exas. aqui deixaram, não fez este exercício de saudade, a verdade é que é preciso olhar para o futuro, o que é que se pode fazer, como é que se pode fazer diferente e que se pode fazer melhor?

Desde logo, a partir do momento em que se concebe uma formação especificamente destinada para os adultos e, portanto, sem concorrência, como o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal aqui referenciava sem concorrência em relação às outras escolas profissionais, em relação às escolas públicas também, ou seja, fazendo algo que não está a ser feito e que precisa de ser feito e algo que a sociedade civil e os diversos agentes requerem, que é uma resposta efetiva e é isso que se faz com muito sucesso em muitos países da Europa, com muito sucesso, que é uma resposta efetiva às necessidades do mercado, quais são as formações que são necessárias, qual é a formação que é necessária, que é requerida, qual é que tem saída no mercado, o que é que é preciso fazer para que se dê a formação que os agentes económicos necessitam, que a sociedade necessita e aquela que permitirá, por sua vez, aos jovens terem uma melhor integração no mundo do trabalho, e, esta proposta responde a esses princípios, o princípio até estará previsto até no conselho consultivo da instituição, ou seja, uma participação naquela que será a definição dos princípios e daquelas, que são as prioridades do ponto de vista da formação, isso estará garantido, uma integração com o mundo do trabalho, com as necessidades do mundo empresarial, do tecido económico e, portanto, eu considero que esta é de facto a resposta que a Região necessita e esta é a resposta que permitirá, de facto, que esta instituição possa ser uma instituição de êxito e que responda às necessidades da sociedade e também às expectativas daqueles que decidirem obter formação no âmbito desta instituição.

E, é por isso que eu considero que esta proposta, que o Grupo Parlamentar considera que esta proposta é uma proposta muito válida e que merece a aprovação por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, porque significa um novo futuro significa uma nova resposta, a resposta que os açorianos necessitam.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Continuam abertas as inscrições. Sra. Secretária Regional da Juventude, faça favor.

(*) Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Relativamente às questões aqui colocadas, importa desde logo esclarecer que o CQA é um centro de formação direcionado para a formação de ativos, estamos a falar ativos, empregados desempregados, muito na lógica de formação de adultos.

Não há contradição nenhuma no que está escrito e aquilo que eu disse e reitero! Uma coisa são ministrar cursos profissionais nível IV diferente é promover formação modular ou ensino dual, que equivale ao nível IV e aí o CQA está disponível e preparado para tal. Agora, só as escolas profissionais é que promovem cursos profissionais de nível IV, eu queria esclarecer essa questão que já o fiz e volto aqui a frisar.

A partir do momento em que temos um instituto, um instituto não é uma escola profissional, portanto não promove nem tem capacidade, nem legitimidade para promover cursos profissionais nível IV, diferente é promover formação dual, promover formação modular que equivale ao nível IV, e, sim, o CQA vai promover, portanto, não há concorrência, se falarmos em concorrência, já existe neste momento, ao manter como está, temos uma Escola Profissional de Capelas que promove cursos profissionais nível IV, não é isso que nós queremos, nós queremos a formação dedicada de ativos em função das necessidades do mercado, com contexto de proximidade com as empresas, sempre em dignificar e valorizar as profissões, portanto, não há contradição.

Quanto ao modelo de recrutamento, Sra. Deputada Vera Pires, segue as regras da função pública.

Quanto à criação de um instituto, já foi aqui explicado, tivemos um DLR aprovado no passado mês de dezembro, o art.º 20 do DLR está bem explícito que a tutela do ensino profissional passa para a Secretaria Regional de Qualificação Profissional e Emprego, a partir daí, há uma estratégia, está explicado, se a tutela do ensino profissional passa para a Secretaria Regional de Qualificação Profissional e Emprego, uma Escola Profissional de Capelas, que é a única instituição pública que promove formação profissional, ao transitar para esta tutela, tem que passar a instituto, não tenhamos dúvidas. Quanto a despesa, não vai haver aumento de despesa, a despesa está assegurada, desde o primeiro momento foi dito, não há aumento de despesa, vai obedecer ao regime jurídico da criação de instituto, tal como já existe, neste momento o que é que nós temos? Temos três elementos no conselho diretivo, iremos manter os três elementos, quanto a remunerações, não iremos aumentar as remunerações dos trabalhadores, não há despesa, pelo contrário, nós temos até uma meta que até 2025 queremos reduzir a despesa em 15% face à capacidade instalada, face às infraestruturas que vamos ter requalificadas para que possamos aqui reduzir a despesa.

Quanto à questão aqui do Sr. Deputado Pedro Neves, penso que esclareci no art.º 4.º, alínea b), uma coisa é promover cursos profissionais nível IV, que só as escolas profissionais é que podem oferecer, diferente é um instituto em que promove formação, aí sim, pode haver formação modular ou ensino dual, que equivale à formação de nível IV, mas é diferente são coisas distintas. Portanto, os cursos profissionais de nível IV são ministrados pelas escolas profissionais.

Deputado Pedro Neves (PAN): Mas a iniciativa não é minha.

A Oradora: Não, mas foi a questão que colocou, não está não, volto a dizer, é só questão de ler, diz, incluindo dupla certificação, não diz cursos profissionais nível IV, dupla certificação, nomeadamente profissional e escolar, não diz cursos profissionais nível IV,

tem a ver com a terminologia, trata-se de terminologia, uma coisa é cursos profissionais nível IV, distinto é promover formação profissional equivalente ao nível IV, está mais esclarecido, tem a ver com a terminologia.

Em relação aqui à questão do Sr. Deputado Nuno Barata, já aqui fiz esclarecer, a necessidade da criação do instituto prende-se precisamente desde logo quando transferimos a Escola Profissional de Capelas para a tutela da Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego como estratégia, numa ótica da formação da população ativa, do contexto de proximidade com as empresas, inclusivamente estamos aqui a resgatar uma instituição que foi posta ao abandono pela anterior governação, portanto, estamos aqui a requalificar, a revitalizar uma escola que tem um passado histórico e que promoveu muita mão de obra qualificada e de reconhecido mérito. Quanto ao Sr. Deputado Vílson Gomes, no que diz respeito formar e certificar, é preciso aqui, desde logo esclarecer quando estamos a falar no art.º em que fala nas competências, estamos aqui a designar em termos de competências, no âmbito das adquiridas ao longo da vida da RVCC's, não é certificar cursos, daí a questão, a partir do momento que eu tenho a rede valorizar integrada no CQA, a Rede Valorizar tem competência para certificar os cursos dos RVCC, é precisamente por causa disso essa questão, não é para certificar cursos, certificar cursos é pela Direção Regional.

Em relação à regulamentação do próprio DLR, seguirá o regime jurídico e à semelhança também feito pelos anteriores Governos. Concorrência não existe porque, como foi referido, os cursos profissionais de nível IV passam a ser ministrados pelas escolas profissionais, sendo que o CQA como instituto isso não irá acontecer. Agora, gostaria aqui de dar nota do seguinte, que eu não poderei deixar perder a oportunidade, Sr. Deputado Vílson Gomes, para permitir aqui esclarecer essa questão, nós não abandonamos as escolas profissionais, não fomos nós que criamos os graves problemas nas escolas profissionais, nós somos solidários com as escolas profissionais, ...

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... os problemas foram criados pela governação do Partido Socialista e nós estamos a arranjar problemas para as soluções que os Srs. criaram, e, vou-vos dar exemplos, nós alterámos a diminuição do número de alunos por turma através do RGAPA, nós criámos um modelo de financiamento em transição entre quadros em que o Governo suporta os juros, ao contrário do Partido Socialista, que ao interpretar a resolução, nem isso conseguiu desmistificar, tentando criar aqui o caos, gerar aqui confusão, não, nós estamos do lado das escolas profissionais, nós fomos o Governo que conseguimos juntar as escolas profissionais, o tecido empresarial, departamentos do Governo, na construção de uma agenda regional para a qualificação profissional...

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que foi anunciada há um ano e que já está a dar resultados, desde logo nós temos mais alunos no ensino profissional face ao ano transato, nós alterámos o RGAPA, nós criámos o Gabinete de Orientação Vocacional e Profissional, direcionado aos jovens NEET, aos desempregados de longa duração para ver um despiste, um complemento de formação para integrar o mercado de trabalho, nós, inclusivamente, posso dar nota que já instalamos o questionário, está a ser disponibilizado a todas as escolas do ensino regular, aos alunos do nono ano e do oitavo ano, que foi iniciado ontem esse questionário na plataforma do Google Forms, precisamente para perceber quais são as intenções destes jovens que estão no oitavo e nono ano, se querem prosseguir estudos no ensino regular no ensino profissional, que curso querem tirar, sabe porquê? Para podermos realizar esses resultados às escolas do ensino regular, às escolas do ensino profissional, para evitar precisamente a redundância da oferta formativa, nós temos um critério na atribuição da oferta formativa nas escolas profissionais e este estudo há de ser feito precisamente para que as escolas sejam devidamente elucidadas que a oferta devem promover em função do concelho ou das necessidades do mercado.

Ainda vamos mais além, porque já queremos que esses alunos, queremos perceber junto desses alunos se querem ou não prosseguir os estudos no ensino superior também para

poder promover um estabelecimento, no alinhamento aqui também à Universidade dos Açores essa informação.

Trabalhamos todas em parceria na valorização e dignificação do povo açoriano.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires, faça favor.

(* Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu quero reiterar que há contradição sim, Sra., Sra. Secretária, há contradição e há falta de clareza, quem explica uma coisa tendo escrito outra, faz uma espécie de explicação em circuito fechado que lhe servirá a si que sabe o que escreveu e o que queria dizer e não é explicação para quem lê uma coisa e ouve uma outra coisa diferente.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Onde é que isso está escrito Sra. Deputada?!

A Oradora: Peço desculpa, não percebi, o que está escrito? O que está escrito é planear, promover e desenvolver ações de formação no âmbito das diversas modalidades de formação profissional e incluindo de dupla certificação, incluindo.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): E está certo!

A Oradora: Não, não é, vai me desculpar, mas tem que escrever de novo, nomeadamente profissional e escolar de nível II a IV, isto é o que está escrito e isto é diferente do que foi dito, quer em sede de Comissão, quer aqui no Plenário, portanto, ponto 1 - Há contradição, há falta de clareza, continua a não dar resposta, por exemplo, à questão que colocamos aqui em relação ao pessoal docente...

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Foi transferido.

A Oradora: ... e faz uma outra coisa extraordinária que é reconhecer o fantástico histórico da Escola Profissional das Capelas para a extinguir.

O que aqui está em causa, do nosso ponto de vista, não é a questão da formação profissional das escolas profissionais, o que aqui está em causa é a necessidade que nós não vemos e os Srs. não conseguiram comprovar e explicar-nos, mais uma vez, têm dificuldades na explicação, porque é que é preciso extinguir uma escola com o histórico que os próprios Srs. reconhecem para resolver o problema das instalações degradadas ou da escola que funciona menos bem.

Depois, para além disto, queria ainda fazer dois apontamentos, ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é quando não se quer compreender.

A Oradora: ... um é de que não deixa de ser curioso que quem defende como a coligação e o Governo Regional quem defende em termos gerais e habitualmente a concorrência, as leis do mercado, quem está preocupado com a concorrência, nomeadamente ao nível do transporte aéreo, por exemplo, depois acha que não pode, o ensino público fazer concorrência ao ensino privado...

Secretário Regional das Finanças (Duarte Freitas): Aí Nossa Senhora, onde isto já vai!

A Oradora: ... quando se fala de escolas profissionais e de formação profissional e eu diria, será que o próximo passo do Governo será fechar algumas valências de escolas públicas do ensino não profissional, do ensino regular, para não fazer concorrência ao Colégio do Castanheiro?

Como última nota, nós também deitamos as mãos à cabeça quando nos apresentam um texto escrito e uma explicação oral em que não bate a bota com a perdigota. Por último, uma nota, mais leve, que é a de que gostaríamos de perceber porque é que os convites para, já é famosa a visita à Escola Profissional das Capelas, ...

Deputada Ana Luis (PS): Também gostava de ouvir essa resposta Sra. Secretária.

A Oradora: ... se tenham esgotado antes de conseguirem chegar a este lado da bancada, parece-me que só uma parte do hemiciclo é que foi contemplada. Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(* Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu vou resistir e vou começar pelo Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, disse-nos que as escolas profissionais estão a passar grandes dificuldades, bom, Sr. Deputado, elas não estão agora, elas já estão a passar grandes dificuldades há anos, elas andam há muitos e muitos anos a passar dificuldades porque foram esquecidas pelo partido que o Sr. representa, pelo Partido Socialista.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas se calhar, Sras. e Srs. Deputados, se calhar as escolas profissionais não foram esquecidas, as escolas profissionais foram desprezadas, as escolas profissionais foram deixadas à sua sorte, porque o PS colocou as escolas públicas a fazer concorrência direta...

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... às escolas profissionais com cursos profissionais nas escolas públicas regulares.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E, chegamos a 2023 e temos, um jovem Deputado a queixar-se que as escolas profissionais estão a passar grandes dificuldades, pois, Sr. Deputado, consulte um pouco da história política dos últimos 20 anos nos Açores e vai perceber porque é que as escolas profissionais estão da maneira que estão.

Descapitalizaram as escolas, fizeram concorrência às escolas profissionais e agora queixam-se que as escolas profissionais estão em grandes dificuldades...

Deputado Rodolfo Franca (PS): Dê um exemplo!

O Orador: Se queremos formação profissional, e, a formação profissional e a formação contínua ao longo da vida é fundamental para a nossa sociedade e para a nossa economia,

e, se queremos formação profissional e formação contínua, temos que valorizar o ensino e essa formação profissional.

Temos que valorizar as escolas profissionais, dando-lhes os meios necessários e não roubando recursos que elas necessitam para cumprir a sua missão.

Já aqui ficou esclarecido neste debate que a nossa sociedade, a nossa economia também necessita de quadros intermédios, não é só de trabalhadores indiferenciados e só doutores, são necessários quadros intermédios e é a formação profissional e é a formação profissional ao longo da vida que qualifica e que mantém...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): O Vílson ainda não tinha nascido e já estavam falidas as escolas profissionais!

O Orador: ... atualizados os nossos profissionais dos quadros intermédios, mas também os profissionais indiferenciados que procuram singrar na vida e obter mais e melhores qualificações profissionais para poderem progredir nas suas profissões...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: ... e cada vez mais o mercado de trabalho é exigente e é complexo e requer uma adaptação permanente, e, é neste contexto que o Governo aposta nesta formação para os ativos, não é para os jovens é para os ativos para quem já está no mercado de trabalho, para quem esteja numa situação de desemprego. E, portanto, esta é uma boa aposta deste Governo porque consubstancia uma política desta coligação que é não deixar ninguém para trás...

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Nota-se!

O Orador: ... e dar a mão a todos, mesmo àqueles que estão trabalhando e àqueles que já em vários debates aqui neste Parlamento, foi dito que empobrecem a trabalhar e empobrecem a trabalhar exatamente porque exercem profissões pouco diferenciadas e, conseqüentemente, o salário é baixo e, portanto, passam dificuldades mesmo trabalhando e, portanto, é com boa formação, e é com sólida formação profissional que nós

conseguimos combater a pobreza, porque a pobreza também é uma consequência das baixas qualificações escolares e profissionais. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, faça o favor

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Está a ocorrer um milagre aqui! Uma 2ª intervenção!

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu volto a intervir neste debate, fui interpelado pela Sra. Secretária Regional, pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, que já nos habituou aqui com momentos de gargalhadas, Sr. Deputado Pedro Pinto, então é para si que também intervenho neste debate.

O Partido Socialista, ao longo do seu tempo de governação, tem um legado de boas práticas no que toca à formação profissional, construiu uma rede de valorização e de resposta no ensino profissional, tem tantos jovens que receberam troféus, foram com mérito, com várias medalhas do ensino profissional e isso deve também ser um orgulho para a Região e um orgulho também para todos aqueles que todos os dias estão a dar o seu melhor nas escolas profissionais.

Aquilo que eu ouvi nos diversos discursos que ouvimos neste debate, há aqui uma ideia clara, é que para o Governo Regional a criação de um novo organismo é que vai responder e é que vai ser a resposta certa para o futuro da formação profissional dos Açores.

Mas, Sra. Secretária Regional, não posso deixar de referir tão bem aquilo que é o desinvestimento ao longo dos últimos três anos.

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: Nós, estamos a falar perto dos 80% de desinvestimento em termos de mecanismos de financiamento às escolas profissionais. E quem diz isso não é Partido Socialista, são os parceiros sociais, que também subscreveram o parecer do relatório em

relação a este diploma que dizem praticamente que há um desinvestimento, há falta de resposta e falta de cuidado para com as escolas profissionais e isso é notório.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João Carreiro*): Isso não é verdade!

O Orador: É notório, desde logo que o orçamento aprovado para o presente ano há uma redução de 33 milhões de euros na formação profissional em relação à ação da formação profissional, e, isso é um facto, um facto que está escrito no Orçamento e Plano para este ano. Por isso, da parte do Partido Socialista, o desinvestimento que tanto falam que tanto quiseram apregoar não é claro em relação às suas intervenções, desde logo que é, diz uma coisa, mas à partida e claramente faz outra.

Mas, também não é o Partido Socialista, e isso é bom que fique bem claro, não foi no tempo do Partido Socialista que se fechou escolas profissionais nos Açores, não foi o Partido Socialista que fechou e contribuiu para que as escolas profissionais dos Açores possam entrar em dificuldades para serem fechadas e isto é um facto!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E o que essa matéria deste diploma nos diz é que há aqui um conjunto de boas intenções, mas no qual todos nós desconhecemos e não foram claras através da sua intervenção o que é que pretende o Governo Regional com isso em concreto, isso é um diploma que não concretiza, não explica como vai atuar, nós temos aqui um conjunto de artigos que são muito vagos...

Deputado Bruto da Costa (*PSD*): O senhor não pode dizer isso quando faz uma proposta de alteração!

O Orador: ... há aqui, uma ideia do Centro de Qualificação dos Açores, em que o nome é pomposo, é pomposo para a formação profissional dos Açores, mas em concreto, o que é que se trata? Que especificidades querem tratar? em que forma? Como é que não vai intervir também na concorrência das escolas profissionais dos Açores? Em que medida é que nós temos também nos Açores um contributo efetivo e claro, para a melhoria da

formação profissional dos Açores? É um diploma extremamente vago, sem qualquer objetivo, e isto nós não concordamos. Não podemos olhar para este diploma e sentir a garantia que será um contributo efetivo para a melhoria das escolas profissionais, aliás, para a melhoria da formação profissional nos Açores, isto é o que nos traz e é o Governo Regional traz mais uma vez em resposta, em resposta às necessidades e às dificuldades que as escolas profissionais estão a passar, sim, estão a passar, o Governo Regional dá resposta de criação de mais um instituto, mais um organismo público...

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João Carreiro*): Não. A escola já existe.

O Orador: ... para à sua mercê poder criar e escolher de forma inequívoca como quer constituir um organismo que aqui na Assembleia, no centro da democracia, nós não conseguimos definir e perceber em que medida o Governo Regional quer atuar e quer concretizar os objetivos a que se propõe. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu até me comecei a rir quando o Sr. Deputado Vílson Gomes, que eu gosto tanto, falou sobre o investimento da formação profissional do Governo atual.

Sra. Secretária, você devia fazer o convite ao Sr. Vílson Gomes para ver, ir à Escola das Capelas, a Escola das Capelas, quando eu cheguei lá, tirando a parte que está ativa, parece que aconteceu o que aconteceu em Chernobyl, uma bomba atómica, toda a gente teve que fugir e ficou exatamente como estava, partiu-me o coração de ver, que, o Governo anterior não quiseram investir na Escola das Capelas para dar esse, tanto para os ativos, mas também para os jovens daquilo que nós deveríamos deixar de uma escola pública nos Açores, mas isso, para mim também, começa a ter um problema, agora nós falamos sobre

só os ativos profissionais e não os escolares, não estamos a falar dos jovens, mas não é isto que está no diploma, nesta iniciativa, nesta iniciativa não exclui os jovens, esta iniciativa não exclui os jovens, eu gostaria de perguntar novamente à Sra. Secretária, tanto esta pergunta, como novamente a mesma pergunta que já respondeu, mas não respondeu, porque, isto não há interpretações, isto é ver exatamente aquilo que está claro e na alínea b) e eu vou citar: planear, vírgula e as vírgulas são importantes, promover e desenvolver ações de formação no âmbito das diversas modalidades de formação profissional vírgula, incluindo de dupla certificação, estamos a incluir, estamos a assimilar, estamos a adicionar, é uma adição vírgula, nomeadamente profissional e escolar vírgula, de nível II a IV, que respondam às necessidades do desenvolvimento da Região. Neste caso, são as necessidades que existem na atualidade ou a médio ou longo prazo.

Mas está, é claro, estão a dizer que o diploma está vago, não está vago, está claro, mas o argumento da Sra. Secretária é exatamente contrário à sua própria iniciativa, e isso é que me deixa um pouco melindrado quando à partida deixa-me, peço imensa desculpa, deixa-me melindrado, quando à partida eu dou o apoio a esta iniciativa, mas os argumentos, neste caso, a intervenção da Sra. Secretária é contrária àquilo que está escrito, porque eu li, tive o cuidado e tive o cuidado tanto de visitar, de ver o diploma, ter o cuidado também falar com a minha jurista, que faz parte do gabinete, que não concorda sequer com o diploma que acha, exatamente como o Sr. Vílson, está vago, mas aqui para mim está claro, está extremamente claro, os seus argumentos é que não estão claros.

O que é que o Governo pretende sobre a Escola das Capelas, é que a minha ideia, e, por aquilo que foi falado do Sr. Diretor da Escola das Capelas é completamente diferente daquilo que estou a ouvir agora e estou-me a assustar, daquilo que eu apoio totalmente eu agora começo a ter dúvidas.

Sobre o financiamento, que as pessoas têm aqui problemas sobre, estamos a fazer mais uma instituição, estamos a fazer mais um fundo, não se vai pagar mais, não se paga, não

se vai pagar mais, as pessoas que fazem parte da escola vão fazer parte da direção, vão receber exatamente o mesmo ordenado.

Deputado Nuno Barata (IL): Não vão não.

O Orador: Não vai pagar mais, o que é que vai acontecer? Temos que descentralizar, não temos que meter como fosse um Governo Central que decide e faz tudo, eu sou a favor de fundos, fundações e centros de qualificação, porque têm autonomia administrativa e financeira e com isso vão ser fiscalizados pelo Tribunal de Contas, vão ser mais fiscalizados do que se não fizessem parte de fundos ou fundações ou então temos exatamente o mesmo pensamento que o Governo da República tem para os Açores e para a Madeira, neste caso, nós queremos descentralizar tudo e não interessa autonomias, não, eu quero dar autonomia aos nossos fundos, fundações e centros de qualificação, desde que não subimos, obviamente, a nossa faturação e que não vai acontecer, não vai acontecer.

Por isso, Sra. Secretária, e o meu voto depende da sua resposta e estou a ser sincero, porque há aqui uma grande diferença entre aquilo que está escrito e aquilo que foi dito e acho que aqui o voto do PAN agora vai fazer diferença entre isto ser contra ou ser a favor, porque já fiz a conta de matemática.

Explique-me, por favor, se estamos a incluir ou não dupla certificação nível IV e nível V, ou, se neste caso é só para ativos, neste caso, pessoas que já trabalham e estão desempregados e não os jovens que precisam de ir trabalhar primeiro para depois serem certificados e não podem ir para este ensino profissional. Eu tenho essas dúvidas, por isso é que eu gostaria que explicasse.

Sobre a concorrência, não tenho problema nenhum em que haja concorrência, não tenho qualquer problema em que haja concorrência, a concorrência é boa e supostamente é saudável e tem que acontecer. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Deputado Nuno Barata (IL): Afinal havia mais alguém que estava com saudades de ouvir o Sr. Deputado Vílson Gomes.

O Orador: É preciso também recordar aqui que nós, em dezembro passado, nós estivemos a discutir e muito bem a política regional para a qualificação e formação profissional, e, portanto, toda a estratégia está delineada, foi aprovada por esta Casa e, portanto, este Governo está a colocar em prática e implementar essa mesma estratégia.

É preciso também recordar e penso que isto é importante para a discussão que essa mesma estratégia foi um compromisso assumido por este Governo Regional e por esta coligação e, portanto, o que demonstra que este Governo e esta coligação está mais uma vez, ao contrário do incómodo notório do Partido Socialista, está mais uma vez a corresponder e a colocar em prática aqueles que foram os seus compromissos.

É também importante realçar o seguinte, é que parece que a Escola Profissional de Capelas passou a ter dificuldades muito recentemente, como bem sabem, a Escola Profissional de Capelas está há muitos anos colocada ao abandono, houve um completo abandono, uma reduzida de cursos naquela escola, e não somos nós que o dizemos, o próprio diretor executivo da escola, que já foi anteriormente como diretor pedagógico, disse que esteve na escola há 10 anos atrás e que voltou agora para a escola e que diz que, *para mim foi um choque o estado de degradação em que encontrei aquela escola, não havendo um edifício na escola, que possamos dizer que está sem qualquer problema*, e portanto, não somos nós que o dizemos é o próprio diretor executivo da escola e, há mais, as próprias fotografias que foram disponibilizadas no relatório demonstram isso mesmo, o completo abandono que foi deixado a escola e a degradação profunda que aquela escola tem tido, isso não é da responsabilidade deste Governo, não foi nos últimos dois anos que a Escola de Capelas ficou no estado em que se encontra, foi dos 24 anos de desinvestimento do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Este Governo com esta proposta, pretende dignificar aquela escola, na discussão sobre a Estratégia Regional para a Qualificação Profissional, o Deputado Carlos Furtado levantou aqui algumas questões, desde logo a falta de mão de obra que temos vindo a deparar-nos cá na nossa Região e este Centro de Qualificação, que vai passar a ser Centro de Qualificação dos Açores, vai permitir-lhe ir ao encontro dessa dificuldade, Sr. Deputado, ir ao encontro dessas necessidades, da falta de mão de obra,...

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... especializando jovens e menos jovens com cursos de curta duração formar esses jovens, formar estas pessoas para que possam colocar em prática esses mesmos conhecimentos, desde logo na área da mecânica.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E são áreas, Sras. e Srs. Deputados são áreas que têm sido muito levantadas pelos nossos empresários da nossa Região, desde logo a mecânica, a carpintaria, eletricidade, construção civil, entre muitas, muitas outras, que tem sido uma dificuldade premente.

Esta nova estratégia, que foi aprovada em dezembro, como eu disse e que vai ser implementada com o Centro de Qualificação dos Açores, vai também permitir que deixemos de ter aquela concorrência que o Bloco de Esquerda levantou na audição na própria Comissão, porque aquilo que foi respondido pela Sra. Secretária deixaremos de ter a Escola Profissional de Capelas, neste caso, o Centro de Qualificação dos Açores, a não lecionar cursos de nível IV e, portanto, isto faz toda a diferença, como a Sra. Secretária respondeu e, portanto, o Centro de Qualificação dos Açores vai ter uma missão bem clara, bem definida e precisa, qualificação de adultos através de cursos de curta duração, e isto vai também permitir que outros adultos ou jovens de outras ilhas que não tenham acesso na sua ilha ao ensino profissional que possam aproveitar estes cursos, uma vez que também serão dadas formações online e, portanto, esta tentativa do Partido

Socialista iludir mais uma vez, como tem-nos vindo a habituar nos últimos dois anos, tentar iludir os jovens açorianos e também os adultos, todos os açorianos.

É mais uma prova de que o Partido Socialista tenta puxar os Açores para baixo, ao contrário que este Governo tenta valorizar os açorianos. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Bem, diz o Bloco de Esquerda, que não foi convidado para ir à Escola das Capelas, pois, eu também não fui convidado, sabe que eu, não me convidam para quase nada, não me convidam para quase nada.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor faz-se convidado!

O Orador: Oiça, mesmo esta semana, voltei a não ser convidado outra vez para a Assembleia Municipal do Corvo, não sei porque é que não me convidam, acham que eu posso fazer alguma coisa desesperada, mas não me convidam, não me convidam para muitas coisas.

Sr. Deputado, outra coisa que eu lhe queria dizer, Sr. Deputado, agora defende a concorrência, que os privados devem fazer concorrência ao público, foi isso que eu percebi, eu não consigo compreender oiça, eu vou adotar consigo a mesma estratégia que eu adotava, eu e os meus amigos, com um jovem, um amigo meu, que nós chamávamos por “Zé Contra” quando o queríamos convencer de uma coisa, combinávamos entre nós, dizíamos exatamente o contrário, o contrário do que nós já sabíamos que ele ia fazer, e, portanto, tínhamos que mudar o discurso para o convidar sempre para o conseguir convencer e eu vou lhe dizer, em relação ao Bloco de Esquerda, nunca sei quando é que estão a favor dos privados, quando é que estão a favor dos públicos, quando é que estão a favor da concorrência, eu tenho que fazer sempre um discurso, oiça, com vocês, com V. Exas. vou sempre fazer o seguinte, vou sempre dizer o contrário daquilo que pretendo,

que V. Exas. aprovem ou que pensem de alguma forma e que possam dar um auxílio no âmbito da discussão.

Bem, em relação também ao Sr. Deputado Vílson Gomes, a intervenção do Sr. Deputado Vílson Gomes foi, ganhamos este troféu, batemos este recorde, mais esta medalha, eu digo-lhe uma coisa, o seu discurso parecia o do Cristiano Ronaldo.

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Deputado Mário Tomé (PS): O senhor nem assim!

O Orador: Só se preocupa com os troféus e com os recordes, mas digo-lhe uma coisa, eu não entro naquela sala de troféus e de recordes, porque há recordes e recordes, o recorde que V. Exa. vai encontrar lá é 24 anos de abandono em relação ao ensino profissional e esse não é um bom recorde e esse não é um recorde do Cristiano Ronaldo. Por fim, a última intervenção e a que me motivou verdadeiramente, Sr. Deputado Pedro Neves, eu tenho a mesma compreensão em relação a este assunto que V. Exa. e que a análise que V. Exa. fez e a resposta em relação à sua preocupação, é sim, sim, terá aquelas valências que V. Exa. definiu e que V. Exa. apoia.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem inscrições. Pergunto se há inscrições. Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, temos que pedir um intervalo regimental de 20 minutos.

Presidente: É regimental.

Está concedido, continuamos os nossos trabalhos amanhã. Boa noite a todos.

LISTAGEM DA CORRESPONDÊNCIA

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 493/XV (BE) – Reconhece e regulamenta o estatuto profissional da animação sociocultural - Audição n.º 170/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 01 - 20

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 02 – 09

Assunto: N.º 500/XV (L) – Estabelece a criação de um valor convencional de referência para os rácios salariais nas empresas - Audição n.º 171/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 01 - 24

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 02 – 13

Assunto: N.º 498/XV (L) – Proíbe a venda de bilhetes de lotarias e de lotaria instantânea nas estações e postos de correio - Audição n.º 172/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 01 - 24

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2023 – 02 – 13

Assunto: N.º 518/XV/1 (PAN) – Altera diversos diplomas, alargando o direito de voto antecipado no âmbito das eleições para os órgãos das autarquias locais e melhorando o processo eleitoral nos círculos da emigração no âmbito das eleições para a Assembleia da República - Audição n.º 174/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 02 - 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2023 – 02 – 22

Assunto: N.º 517/XV/1 (PAN) – Altera a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, reduzindo para 10 o número de círculos eleitorais e criando um círculo eleitoral da emigração e um círculo nacional de compensação - Audição n.º 175/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 02 - 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2023 – 02 – 22.

2- Propostas de Lei:

Assunto: N.º 57/XV/1 (ALRAM) - Pela representação das Regiões Autónomas nas estruturas que regulam as qualificações, as certificações das entidades formadoras e das aprendizagens - terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de fevereiro - Audição n.º 173/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 - 02 - 02

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 02 – 22;

Assunto: N.º 60/XV(ALRAM) – Cria o Estatuto do Estudante Deslocado Insular - Audição n.º 176/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 - 02 - 10

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 03 – 02;

Assunto: N.º 62/XV(GOV) – Estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas -
Audição n.º 177/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 - 02 - 10

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 03 – 02.

3- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que altera diversos regimes jurídicos da área da habitação - MH - (Reg. DL 359/XXIII/2022) - Audição n.º 105/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 02 – 02

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 02 – 14;

Assunto: Que clarifica o regime de avaliação ambiental aplicável aos planos de afetação – MEM - (Reg. DL 32/XXIII/2023) - Audição n.º 106/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 02 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2023 – 02 – 22;

Assunto: Que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período de programação de 2021-2027– PCM - (Reg. DL 28/XXIII/2023) - Audição n.º 107/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 02 – 06

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2023 – 02 – 14;

Assunto: Que altera o regime jurídico relativo à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, nelas se incluindo as águas de transição, e em águas interiores, ou que utilizem as mesmas – MAA - (Reg. DL 65/XXIII/2022) - Audição n.º 108/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 02 – 07

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2023 – 02 – 27;

Assunto: Que simplifica o processo de autorização para o exercício da atividade de transporte de doentes e estabelece o regime contraordenacional – MS - (Reg. DL 11/XXIII/2023) - Audição n.º 109/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 02 – 08

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 02 – 28;

Assunto: Que institui o mercado voluntário de carbono e estabelece as regras para o seu funcionamento MAAC - (Reg. DL 25/XXIII/2023) - Audição n.º 110/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 02 – 09

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2023 – 02 – 28.

4- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 80/XII

Assunto: Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2023 – 01 – 27

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2023 – 03 – 02

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR080.pdf>

N.º 81/XII

Assunto: Estatuto do Dirigente Desportivo Voluntário da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2023 – 02 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2023 – 03 – 27; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR081.pdf>

N.º 82/XII

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/A, de 28 de março, que estabelece o regime de distribuição de almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2023 – 02 – 07

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2023 – 03 – 13.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR082.pdf>

5- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 51/XII

Assunto: Construir 2030 – Dinamização do investimento sustentável e integrado

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 01 – 31

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2023 – 03 – 06;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpDLR051.pdf>

N.º 52/XII

Assunto: Aprova o Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 02 – 08

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2023 – 03 – 30

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpDLR052.pdf>

6- Petições:

N.º 46/XII

Assunto: Pela IGUALDADE no trabalho, 35 horas para todos os Ajudantes de Educação dos Açores

Proveniência: Rosália da Conceição da Silva Pais

Data de Entrada: 2023 – 02 – 02

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: Em processo de admissão; -

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpeti307.pdf

7- Requerimentos:

Assunto: A certificação do avião Dash Q-200 está por concretizar prejudicando os corvinos

Autor: Lubélio Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 23

Referência: 54.02.09 – N.º 546/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque546.pdf

Assunto: Opções do Governo Regional colocam em causa o direito à formação dos profissionais, chefias e dirigentes da área da saúde

Autores: Tiago Lopes, Andreia Costa e Carlos Siva (PS)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 23

Referência: 54.02.00 – N.º 547/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque547.pdf

Assunto: Os pescadores dos Açores estão a ser duplamente prejudicados por este Governo Regional da Direita

Autores: José Ávila, Manuel Ramos e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 548/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque548.pdf

Assunto: Alunos das ilhas Graciosa e São Jorge discriminados em prova desportiva organizada pelo Governo

Autores: José Ávila, Isabel Teixeira e Manuel Ramos (PS)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 549/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque549.pdf

Assunto: Governo ignora apelos dos Bombeiros do Topo sobre o fecho da secção destacada prejudicando jorgenses

Autores: Isabel Teixeira, Berto Messias, Tiago Branco e José Ávila (PS)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 25

Referência: 54.02.05 – N.º 550/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque550.pdf

Assunto: Pobreza energética: taxa de execução do Solenerge

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 26

Referência: 54.08.00 – N.º 551/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque551.pdf

Assunto: Atrasos no pagamento das dívidas a fornecedores e dos apoios a empresas e famílias estão a prejudicar os açorianos

Autores: Carlos Silva, Andreia Costa e José Ávila (PS)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 552/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque552.pdf

Assunto: Governo tornou público contrato de trabalho do ex-diretor de informática do HDES mas classificou como confidencial o contrato de trabalho do atual diretor

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 27

Referência: 54.06.02 – N.º 553/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque553.pdf

Assunto: Respostas sociais para pessoas com deficiência

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 27

Referência: 54.06.00 – N.º 554/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque554.pdf

Assunto: Projeto da 2.^a fase da variante à cidade da Horta

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 31

Referência: 54.06.07 – N.º 555/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque555.pdf

Assunto: Denúncia a professora de São Jorge

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 01

Referência: 54.09.05 – N.º 556/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque556.pdf

Assunto: Pagamento dos apoios no âmbito dos Programas de Manutenção de Emprego

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 557/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque557.pdf

Assunto: USISM e HDES continuam sem Presidente do Conselho de Administração

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 558/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque558.pdf

Assunto: Taxa para instrumentos musicais

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 03

Referência: 54.09.00 – N.º 559/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque559.pdf

Assunto: Por que razão o Governo Regional não fez cumprir o contrato para prestação do serviço de transporte marítimo de mercadorias à ilha das Flores até final do prazo?

Autores: José Gabriel Eduardo e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 06

Referência: 54.02.08 – N.º 560/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque560.pdf

Assunto: Governo Regional não está a honrar os compromissos com os agricultores Florentinos

Autores: José Gabriel Eduardo, Patrícia Miranda e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 06

Referência: 54.02.08 – N.º 561/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque561.pdf

Assunto: O cada vez mais inquietante ajuste direto promovido pela Direção Regional do Turismo

Autores: Carlos Silva e Rui Anjos (PS)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 06

Referência: 54.02.00 – N.º 562/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque562.pdf

Assunto: Inação do Governo penaliza estudantes açorianos na frequência de estágios curriculares

Autores: Vílson Gomes e Ana Luís (PS)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 06

Referência: 54.02.00 – N.º 563/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque563.pdf

Assunto: Quem está a bloquear a construção de um Parque de Invernagem e de Reparação Naval do Porto da Horta?

Autores: Tiago Branco e Ana Luís (PS)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 07

Referência: 54.02.07 – N.º 564/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque564.pdf

Assunto: Falta de pagamentos na saúde impedem a realização de exames na ilha do Pico

Autores: Marta Matos e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 07

Referência: 54.02.06 – N.º 565/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque565.pdf

Assunto: Empreitada no Centro de saúde das Velas

Autores: Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 08

Referência: 54.01.05 – N.º 566/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque566.pdf

Assunto: Governo faz orelhas moucas a pedidos para obras urgentes na Casa do Povo dos Flamengos

Autores: Ana Luís e Tiago Branco (PS)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 09

Referência: 54.02.07 – N.º 567/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque567.pdf

Assunto: Cancelamentos de consultas no Centro de Saúde de Angra do Heroísmo

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 09

Referência: 54.06.03 – N.º 568/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque568.pdf

Assunto: Apoio para pessoas com deficiência e seus cuidadores

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 09

Referência: 54.09.00 – N.º 569/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque569.pdf

Assunto: Governo abandonou obras de reabilitação do Solar e Ermida da Quinta de São Lourenço

Autores: Tiago Branco e Ana Luís (PS)

Data de Entrada: 2023 – 02 – 10

Referência: 54.02.07 – N.º 570/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque570.pdf

Respostas a Requerimentos:

Assunto: Dúvidas do Conselho de Administração do Hospital Santo Espírito Ilha Terceira

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 01 – 24

Referência: 54.06.03 – N.º 522/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp522.pdf

Assunto: O que esconde o parecer do Governo Regional dos Açores à quarta alteração à Portaria n.º 77-B/2014, de 1 de abril, que fixa o valor das taxas de segurança a cobrar nos aeroportos da rede ANA, S. A.?

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 01 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 523/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp523.pdf

Assunto: Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 01 – 24

Referência: 54.07.00 – N.º 527/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp527.pdf

Assunto: Os pescadores da Graciosa estão a ser prejudicados pela má gestão do Governo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 01 – 24

Referência: 54.02.04 – N.º 529/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp529.pdf

Assunto: Nomeação da Diretora de Serviços de Apoio ao Investimento e à Competitividade

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 01 – 24

Referência: 54.09.00 – N.º 530/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp530.pdf

Assunto: Um novo ajuste direto, mas o mesmo modus operandi, da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 01 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 511/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp511.pdf

Assunto: Contratos de avença e contratos de prestação de serviços na Administração Pública Regional

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 01 – 26

Referência: 54.06.00 – N.º 485/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp485.pdf

Assunto: O Governo Regional está a acautelar o impacto para as empresas e famílias dos Açores das alterações no sistema de comércio de licenças de emissão nos setores da aviação e do transporte marítimo?

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 01 – 26

Referência: 54.02.00 – N.º 520/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp520.pdf

Assunto: Tecnopolo MARTEC a caminho de ser uma oportunidade perdida com este Governo Regional de Direita

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 01 – 26

Referência: 54.02.07 – N.º 525/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp525.pdf

Assunto: Tipo de vínculo dos cuidadores contratados ao abrigo do programa “Novos Idosos”

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 02 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 521/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp521.pdf

Assunto: Estado de abandono do Centro de Processamento de Resíduos da Ilha do Corvo constitui um verdadeiro crime ambiental

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 02 – 07

Referência: 54.02.09 – N.º 524/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp524.pdf

Assunto: Um curioso contrato de prestação de serviços celebrado com a Nobre Guedes & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL., pela Vice-Presidência do Governo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 02 – 07

Referência: 54.02.03 – N.º 534/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp534.pdf

Assunto: Serviço de Atendimento Permanente no Centro de Saúde de São Roque, ilha do Pico

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 02 – 07

Referência: 54.06.06 – N.º 535/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp535.pdf

Assunto: Concessão de Licenças de Ocupação e de Utilização de espaços, para a atividade comercial de restauração/bar na Aerogare Civil das Lajes

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 02 – 07

Referência: 54.06.03 – N.º 540/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp540.pdf

Assunto: Porto comercial das Lajes das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 02 – 07

Referência: 54.06.08 – N.º 542/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp542.pdf

Assunto: Contrato para aquisição de assessoria clínica

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 02 – 09

Referência: 54.09.00 – N.º 538/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp538.pdf

Assunto: Governo Regional "engavetou" o concurso da empreitada de remodelação do Corpo A e B do Hospital da Horta prejudicando a prestação condigna dos cuidados de saúde

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 02 – 09

Referência: 54.02.07 – N.º 541/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp541.pdf

Assunto: Apesar dos sucessivos anúncios do Governo Regional da Direita os graciosenses ficam com menos um médico

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 02 – 09

Referência: 54.02.04 – N.º 543/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp543.pdf

Assunto: A certificação do avião Dash Q-200 está por concretizar prejudicando os corvinos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 02 – 09

Referência: 54.02.09 – N.º 546/XII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp546.pdf

8- **Informações:**

Assunto: Ofício n.º 86-ST a remeter, para conhecimento, a lista das verificações internas de contas realizadas pelo Tribunal de Contas em 2022 – 2.º semestre, objeto de homologação simplificada

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 01 – 18;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 78/XII (PAN) – Eco taxa marítima, até 26 de fevereiro de 2023

Proveniência: José Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 01 – 19;

Assunto: Ofício ref.^a 54533519, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para audição do Senhor Deputado Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado, na qualidade de arguido, nos autos de inquérito (Atos Jurisdicionais) n.º 481/22.1JAPDL, que corre termos no Juízo de Instrução Criminal de Ponta Delgada

Proveniência: Francisco de Siqueira, Meritíssimo Juiz de Instrução

Data de Entrada: 2023 – 01 – 20;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, por 30 dias, da Petição n.º 42/XII – “Criação de condições condignas de trabalho para os funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas”

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 01 – 24;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 70/XII (PAN) – Apoio Regional para Produtos de Apoio, ARPA e 61/XII (PAN) – Determina o fim das touradas e prevê apoios aos trabalhadores e à reconversão das praças de touros, até 24 de fevereiro de 2023 e 14 de março de 2023, respetivamente, e dos Projetos de Resolução n.ºs 133/XII (PAN) – Critérios para nomeação dos cargos de direção médica no Serviço Regional de Saúde, até

17 de março de 2023, 137/XII (PS) – Plano de Valorização da Viola da Terra na Região Autónoma dos Açores, até 10 de março de 2023 138/XII (PAN) – Implementação do rastreio do cancro do pulmão na Região Autónoma dos Açores, até 10 de março de 2023 e 140/XII (Deputado Independente) – Criação de apoio monetário para combate ao declínio demográfico, até 20 de março de 2023 e das Petições n.ºs 38/XII – Pela garantia de um regular início do próximo ano letivo nas escolas dos Açores e 39/XII, Reivindicação da construção de raiz de um novo Centro de saúde nas Lajes do Pico, ambas até 3 de março de 2023

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 01 – 24;

Assunto: Solicitação para realização de uma sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de fevereiro de 2023, que versará sobre políticas de desenvolvimento sustentável e crescimento socioeconómico da ilha Terceira

Proveniência: Nuno Barata, Deputado da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal (IL)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 26;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 24 de janeiro de 2023, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou admitir a Petição n.º 45/XII – Em defesa do atual passeio de calçada portuguesa na Avenida Marginal, Património modernista da Cidade da Horta

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 01 – 27;

Assunto: Agradecimento pelo envio do Voto de Pesar pelo falecimento do padre Cipriano Pacheco

Proveniência: Cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes, Vigário-Geral

Data de Entrada: 2023 – 01 – 27;

Assunto: Ofício ref.^a SEA/02/2023 de agradecimento pelo envio do Voto de Pesar pelo falecimento do padre Cipriano Franco Pacheco

Proveniência: Cónego Doutor Hélder Miranda Alexandre, Reitor do Seminário Episcopal de Angra

Data de Entrada: 2023 – 01 – 30;

Assunto: Ofício ref.^a 54562813, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Senhor Deputado Marco José Freitas da Costa, preste declarações como testemunha no âmbito do Processo de Ação Esp. Cump. Obrig. DL269/98 (limite = Alçada 1.^a Inst.^a), n.º 44770/22.5YIPRT, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores, Juízo de Competência Genérica de São Roque do Pico

Proveniência: Ana Melo Figueiredo, Meritíssima Juiz de Direito

Data de Entrada: 2023 – 01 – 30;

Assunto: Correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na qualidade de Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação, que foi publicado, na passada semana, um dos documentos de referência do CNE, nomeadamente o “Estado da Educação 2021 (edição de 2022)”

Proveniência: Hermínia Pereira Coelho Rodrigues, Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação e Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica Integrada de Água de Pau

Data de Entrada: 2023 – 01 – 31;

Assunto: Agradecimento por correio eletrónico, pelo envio dos Votos de Congratulação pelos 25 Anos do Conselho Mundial das Casas dos Açores

Proveniência: Paula Ferreira, Presidente do Conselho de Administração da Casa dos Açores do Quebeque

Data de Entrada: 2023 – 02 – 01;

Assunto: Envio do objeto das perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de fevereiro de 2023, que versará sobre políticas de desenvolvimento sustentável e crescimento socioeconómico da ilha Terceira, nomeadamente investimentos urgentes, política social e cultural e desenvolvimento e crescimento económico, informando que o número de perguntas para cada um dos quesitos será de três

Proveniência: Nuno Barata, Deputado Regional da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2023 – 02 – 03;

Assunto: Ofício ref.^a 03/GAC/2023 remetido por correio eletrónico sobre um Voto de Protesto aprovado por maioria no plenário de janeiro de 2023, pela “*falta de meios e recursos humanos*” da PSP nos Açores

Proveniência: Luís Manuel Pacheco Ribeiro Viana, Superintendente-Chefe do Comando Regional dos Açores da Polícia de Segurança Pública

Data de Entrada: 2023 – 02 – 03;

Assunto: Correio eletrónico a remeter o Parecer ao Plano de Atividades e Orçamento para 2023 da RTP, SA, aprovada na reunião do passado dia 20 de janeiro de 2023, com pedido de especial atenção para o Capítulo Análise na Generalidade, pontos 1,2 e 3 e Recomendações, ponto 8, por conterem matéria em relação ao Centro Regional dos Açores, solicitando que o mesmo seja enviado à Comissão Parlamentar respetiva

Proveniência: José Lourenço, Representante da Região no Conselho de Opinião da RTP, SA

Data de Entrada: 2023 – 02 – 03;

Assunto: AT/241/2023 a comunicar que o Senhor Deputado Tiago Branco passa a substituir o Senhor Deputado Vilson Gomes na composição da Comissão Especializada Permanente de Economia, com efeitos a partir de 7 de fevereiro de 2023, inclusive

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 02 – 06;

Assunto: AT/242/2023 a comunicar que o Senhor Deputado Vilson Gomes passa a substituir o Senhor Deputado Tiago Branco na composição da Comissão Especializada Permanente de Política Geral, com efeitos a partir de 7 de fevereiro de 2023, inclusive

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 02 – 06;

Assunto: Solicitação de agendamento para realização de um Debate de Urgência no período legislativo de fevereiro de 2023, sobre as “Condições de vida nos Açores e os mais recentes indicadores socioeconómicos”

Proveniência: António Lima, Deputado do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2023 – 02 – 07;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, por 30 dias, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 79/XII (PS/PSD/CDS-PP/BE/PPM/CH/IL/PAN/DI) - Eleva a freguesia de São Mateus da Calheta à categoria de Vila e da Anteproposta de Lei n.º 16/XII (IL) - Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro - Regime Jurídico da Regularização dos "Chãos de Melhoras"

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 02 – 09;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposta para Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito santo de Ponta Delgada, E.P.E. a Dra. Manuela Margarida Anglin Ferreira de Melo Cabral Gomes de Menezes e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição da indigitação

Proveniência: José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 02 – 10;

Assunto: Solicitação de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 132/XII (PS) – Identificação das áreas territoriais beneficiárias para efeitos de aplicação do Estatuto dos Benefícios Fiscais nos Açores

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 02 – 10;

Assunto: Solicitação de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 146/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Melhorar a regularidade do transporte marítimo de mercadorias para a ilha das Flores e criação de um regime especial de contratação pública

Proveniência: Paulo Estêvão, Presidente do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2023 – 02 – 13.

9- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 02 – 13

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17279.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 01 – 25

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17164.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado José António Vieira da Silva Contente

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 01 – 25

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17165.pdf

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Mário José Diniz Tomé, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 12/20.8T8SRQ

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 01 – 25

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17166.pdf

Assunto: Setorial sobre a Proposta de Resolução n.º 8/XII (GOV) – Conta da Região do Ano de 2021

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 01 – 25

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR008_3.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 134/XII (PSD/CDS-PP/PPM) - Aproveitamento e Gestão dos Recursos Hídricos em Altitude - Lagoa do Paul

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 01 – 25

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjR134.pdf>

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que os Deputados José Joaquim Ferreira Machado e António Vasco Vieira Neto de Viveiros possam prestar depoimento, na qualidade de testemunhas, no âmbito do Inquérito (Atos Jurisdicionais) n.º 447/22.1T9PDL

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 01 – 27

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17195.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 462/XV (BE) – Revoga o modelo de cogestão das áreas protegidas e introduz medidas para uma boa gestão das áreas protegidas (Revoga o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto) - Audição n.º 168/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 02 – 01

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1779-AR.pdf

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado, possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito do Inquérito (Atos Jurisdicionais), n.º 481/22.1JAPDL

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 02 – 02

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17168.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 459/XV (PSD) – Aprova os Estatutos do Conselho de Ação Climática criado pela Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro) - Audição n.º 169/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 02 – 06

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1781-AR.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 02 – 13

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17278.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII (PAN) - Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, que Estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores (SIADAPRA)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 01 – 26

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjDLR066.pdf>

Assunto: Setorial sobre a Proposta de Resolução n.º 8/XII (GOV) – Conta da Região do Ano de 2021

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 01 – 26

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR008_4.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 493/XV (BE) –Reconhece e regulamenta o Estatuto Profissional da Animação Sociocultural - Audição n.º 170/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 02 – 08

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1783-AR.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 02 – 13

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17280.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Estabelece as medidas de apoio aos praticantes desportivos olímpicos, paralímpicos e de alto rendimento após o termo da sua carreira desportiva – MAAP - (Reg. DL 194/XXIII/2023) - Audição n.º 102/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 02 – 01

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1296-OGP.pdf

Assunto: Setorial sobre a Proposta de Resolução n.º 8/XII (GOV) – Conta da Região do Ano de 2021

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 01 – 26

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR008_5.pdf

Assunto: Sobre a Petição n.º 35/XII – Pela manutenção de todos os cargos que o Dr. António Salgado de Almeida desempenha na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo (USIC)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 01 – 30

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIPare1972.pdf

Assunto: Sobre a Petição n.º 32/XII – Exposição dos Funcionários sobre CA - USIC

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 02 – 02

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare1508.pdf

Assunto: Sobre a Petição n.º 36/XII – Criação de um polo do Conservatório Regional de Ponta Delgada

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 02 – 06

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare2124.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 02 – 10

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17273.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Estabelece as regras gerais de aplicação do PEPAC Portugal, bem como, as disposições relativas à sua gestão financeira - MAA - (Reg. DL367/XXIII/2022) - Audição n.º 104/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 01 – 24

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1298-OGP.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 8/XII (GOV) – Conta da Região do Ano de 2021

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 02 – 06

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR008_6.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 145/XII (CH) – Recomenda ao Governo Regional a utilização do regime jurídico de preços

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 02 – 09

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjR145.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 498/XV (L) –Proíbe a venda de bilhetes de lotarias e de lotaria instantânea nas estações e postos de correio - Audição n.º 172/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 02 – 13

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1789-AR.pdf

10- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 89, 90, 91, 92 e 93.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Deputado Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

A redatora, *Sónia Furtado*